

26 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

# O Supremo e o futuro do CNJ

Uma das principais decisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que começou a funcionar em 2005, foi a de fiscalizar, processar e aplicar sanções administrativas a magistrados envolvidos com corrupção, nepotismo e tráfico de influência. A tarefa cabia às corregedorias dos tribunais, mas muitas delas foram corroídas pelo corporativismo. A pretexto de preservar a "imagem da Justiça", essas corregedorias deixavam de expor irregularidades de todo o tipo, cometidas por juízes.

Em seis anos de atuação, o CNJ condenou 49 magistrados. Desse total, 24 foram punidos com a pena máxima no plano administrativo – a aposentadoria compulsória. Os casos mais rumorosos foram os do ministro Paulo Medina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e do desembargador José Eduardo Carneira Alvim, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2.ª Região. Acusados de favorecerem máfias dos caça-níqueis, eles foram aposentados em 2010. Além disso, o CNJ colocou 6 magistrados em disponibilidade, afastou 15 provisoriamente, removeu 2 compulsoriamente e submeteu 1 à sanção de censura. Em 2009, as punições atingiram um corregedor do Tribunal de Justiça (TJ) da Região Norte, que foi aposentado por engavetar processos contra desembargadores da Corte.

Apesar da contribuição que tem dado para impedir que uma minoria de juízes acusados de desvio de conduta comprometa a autoridade de uma corporação integrada por 14 mil magistrados, o CNJ está correndo o risco de perder atribuições e ser esvaziado. Isto porque, pressionada pelas corregedorias dos tribunais, a Associação dos Magistrados Brasileiros

(AMB) impetrou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, questionando as prerrogativas do órgão encarregado do controle externo do Judiciário. A AMB alega que o CNJ não teria competência para punir e que só poderia atuar nos casos de omissão das corregedorias dos tribunais.

A ação já está na pauta do STF e seu relator, ministro Marco Aurélio Mello, tem sido um crítico do CNJ. Além do apoio público de entidades sindicais da magistratura, o recurso da AMB tem o endosso velado de membros do CNJ que são juízes de carreira. É o caso do presidente do órgão, Cezar Peluso. Na época do julgamento de Medina e Carneira Alvim, ele defendeu – sem sucesso – que os processos ficassem sob responsabilidade das corregedorias do STJ e do TRF da 2.ª Região e que a sessão fosse sigilosa, para não constranger os acusados. Durante anos, Peluso atuou ao lado do presidente da AMB, desembargador Nelson Calandra, no TJSP.

Indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho, outro conselheiro que quer esvaziar o CNJ é o juiz Lúcio Munhoz. Empossado em agosto, ele apresentou uma proposta para que os procedimentos disciplinares contra juízes acusados de irregularidades fiquem a cargo dos tribunais a que pertencem. A proposta tem o mesmo objetivo do recurso da AMB. Ela foi divulgada por e-mail como espécie de "questão de ordem" às vésperas de uma sessão do CNJ convocada para julgar um procedimento envolvendo um juiz do Maranhão, acusado de liberar altas somas de dinheiro em ações nas quais não teria competência para atuar. Se o procedimento tivesse de ser aberto no tribunal local, esse magistrado seria julgado por uma corregedoria que recebeu 120 representações contra juí-

zes, só em 2007, e não puniu nenhum deles. Nessa corregedoria há vários procedimentos arquivados por decurso de prazo.

Como se vê, a atuação moralizadora do CNJ, que foi criada pela Emenda Constitucional 45 como uma resposta à crise da Justiça, incomoda muita gente – principalmente as cúpulas dos tribunais de segunda e terceira instâncias. A oposição contra o CNJ cresceu depois que a atual corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, acusou as corregedorias de serem ineptas, inoperantes e corporativas e propôs novas medidas para aprimorar investigações, por meio de parcerias com a Controladoria-Geral da União, a Receita Federal e os Tribunais de Contas.

Se acolher o recurso da AMB, reduzindo a pó as prerrogativas do CNJ e fortalecendo as desmoralizadas corregedorias judiciais, o STF estará promovendo um retrocesso institucional.

# O ESTADO DE S. PAULO

## FÁBIO TOFIC SIMANTOB 26 SET 2011

# Mitos e verdades sobre as mudanças do CPP

**E**ntrou em vigor no dia 5 de julho a Lei n.º 12.403/11, que altera alguns dispositivos do Código de Processo Penal (CPP) referentes às medidas cautelares. Insta desfazer desde logo o principal mito sobre a nova lei, o de que agora bandido não vai mais para a cadeia.

É importante esclarecer de uma vez por todas que medida cautelar não tem nada que ver com pena imposta pela prática de um crime. As medidas cautelares são instrumentos de coerção postos à disposição do juiz durante o processo; a pena criminal, ao contrário, é punição prevista para cada crime e aplicada no fim do processo, depois de confirmada a culpa do acusado. O objetivo das medidas cautelares, então, é evitar que a demora do julgamento torne inviável a aplicação da pena final.

Assim, a medida cautelar é usada quando há risco concreto de fuga do réu ou de ameaças a testemunhas, ou seja, para assegurar o regular andamento do processo e garantir que, ao final, o réu pague pelo crime que cometeu.

Imagine, caro leitor, que independentemente da situação, do crime praticado e das peculiaridades de cada réu o juiz tivesse em mãos sempre o mesmo remédio para acautelar o processo e garantir a futura aplicação da lei: a prisão. É como se nossos hospitais só tivessem a quimioterapia para curar todas as doenças, desde o resfriado mais simples até um câncer terminal. Resultado: ou as pessoas sofreriam à mínima de medicação, ou sofreriam o excessivo e desnecessário efeito colateral da quimioterapia. Essa era a sistemática da antiga lei: ou as pessoas ficavam livres esperando o desenrolar do processo porque a prisão era remédio desproporcional demais para o crime imputado, ou amargavam

uma prisão processual por um crime cuja condenação não levaria à prisão final. Ou seja, eram distorções e idiosincrasias de todos os lados.

Num dos seus inúmeros pontos, a Lei n.º 12.403/11 só veio sedimentar lógica há muito tempo consolidada nos tribunais, prescrevendo que não caberá prisão provisória nos crimes cuja pena não ultrapasse quatro anos. Esse limite escolhido se deve a uma razão muito simples: crimes apenados com até quatro anos podem ter a pena final de prisão substituída por pena alternativa.

Mas se a jurisprudência já entendia da mesma forma que agora estabelece a lei, o que muda efetivamente com a alteração legislativa? A diferença é que, se antes o preso precisava percorrer a via-crúcis do Judiciário para usufruir o bom senso jurisprudencial e ser posto em liberdade, agora ele não chega sequer a ser preso. Isto é, a lei saiu em socorro dos desvalidos que ficavam presos por meses e até anos, sem necessidade, apenas por falta de acesso à Justiça.

Como se vê, ao contrário do que alardearam alguns profetas do apocalipse, sempre dispostos a minar as tentativas de implementação de um direito penal mais progressista e igualitário, a nova lei não é uma via de acesso fácil às ruas, por onde escoarão os criminosos mais graúdos; a alteração legislativa equivale à abertura de pequenos orifícios legais cujo entupimento impedia a liberdade provisória de infratores menos perigosos, esquecidos nas masmorras brasileiras tão somente por falta de recursos para reclamar os seus direitos nos tribunais.

Abem da verdade, o mérito da nova lei foi o de abandonar o velho e antiquado binômio prisão/liberdade, substituindo-o por nove alternativas à prisão como forma de garantir a execução final da pena. Quer dizer, então,

que, nos casos em que o juiz era obrigado a deixar o réu respondido solto ao processo – porque a prisão era absolutamente inaplicável –, ele pode agora impor uma das medidas alternativas à prisão (fiança, prisão domiciliar, proibição de frequentar certos lugares, afastamento de função pública, monitoramento eletrônico, entre outras), de forma a buscar na escala prevista na lei o grau de intervenção na liberdade alheia que atenda melhor aos pressupostos de adequação e necessidade do caso.

Se a lei anterior oferecia ao juiz um tamanho único para diferentes manequins, o novo diploma oferece a tesoura do alfaiate, permitindo ao magistrado aplicar restrições sob medida para cada acusado, de acordo com a necessidade do processo e a situação de cada réu. Isaac Bashevis Singer, Nobel de Literatura, foi feliz quando disse que fazer justiça nada mais é do que individualizar o julgamento.

Não se deve, todavia, desejar que a partir de agora, não importando o crime e tampouco as qualidades pessoais do réu, todo acusado seja obrigado a suportar uma medida cautelar antes de ser sentenciado. Tal raciocínio levaria a abolir por completo a presunção de inocência e admitir que, pelo simples fato de estar sendo processado, o cidadão já é merecedor de alguma restrição da liberdade, olvidando-se que ao final de um processo não são raras as chances de absolvição.

**CONTINUA**

# 26 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Outro aspecto que merece ser festejado é o retorno da fiança. Relegada na vigência do antigo código apenas aos crimes de pouquíssima gravidade, a fiança foi caindo em desuso porque se mostrava extremamente injusto exigi-la dos acusados de crimes leves e não dos de crimes graves. Com a nova lei a fiança pode ser aplicada pelo próprio delegado quando a pena do crime não exceder quatro anos e pelo juiz em todos os crimes, exceto aqueles para os quais a Constituição federal já a proibia, como os hediondos, o tráfico ilícito de entorpecentes, o racismo, a tortura, o terrorismo, etc.

Boa ou ruim, uma coisa é certa: a nova lei ajudará a reduzir a distância que separava os presos com fácil acesso ao Judiciário dos detentos que mofavam nas prisões por falta de defesa. De outra banda, casos em que o juiz nada podia fazer para evitar a impunidade ao final do processo vão permitir agora a aplicação de medidas que, se, de um lado, se ajustam melhor à situação de cada acusado, causando sempre o menor mal possível, de outro, garantem de forma mais eficaz a execução final da pena.

ADVOGADO CRIMINALISTA,  
É CONSELHEIRO DA COMISSÃO  
DE PRERROGATIVAS DA  
SECCIONAL PAULISTA DA OAB

**O mérito da nova lei foi substituir o antiquado binômio prisão/liberdade por penas alternativas.**

26 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

# Golpe no fechamento de ruas

**A** decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a qual moradores de vilas criadas com o fechamento de ruas não são obrigados a pagar taxas de condomínio, porque isso é inconstitucional, abre caminho para acabar com abusos que se vêm espalhando rapidamente nos últimos anos, principalmente nas grandes cidades. Se outras decisões como essa – que se refere a um caso específico do Rio de Janeiro – forem tomadas pelo STF, como tudo indica que acontecerá, estará firmada jurisprudência que vai orientar julgamentos em todos os outros tribunais.

A prática tanto do fechamento de ruas como da formação de condomínio em loteamentos, contra a vontade de muitos moradores, vem de longe. Na capital paulista, leis e decretos municipais, baixados entre 1991 e 2009, permitiram a difusão dessa prática. Existem hoje em São Paulo mais de 300 ruas fechadas, o que é feito com a justificativa de que se trata de medida destinada a melhorar a segurança dos moradores da área, que na prática se transforma numa vila.

O fechamento exige a instalação de grades e cancelas automáticas, além da contratação de pessoal para fazer a segurança – controlando a entrada e saída de pessoas e veículos – e a limpeza do local. Tudo isso tem um custo, que as associações criadas para gerir tais vilas querem repassar a todos os moradores, filiados ou

não a essas associações. Essa prática se repete em loteamentos como o da Granja Carneiro Viana, em Cotia, que ficou conhecido em 2008, quando moradores que se recusavam a arcar com as despesas de segurança e limpeza, por não serem membros da associação que decidiu que aquele seria um condomínio, foram considerados inadimplentes e acionados judicialmente.

Na ocasião, uma moradora teve sua casa penhorada pela Justiça por causa de uma dívida de R\$ 57 mil. A situação chegou a tal ponto que moradores descontentes criaram a Associação

### **Supremo decide que associações que fecham ruas não podem cobrar taxas de não sócios**

das Vítimas de Loteamentos Residenciais do Estado de São Paulo (Avilesp), para defender seus interesses. Apesar dos esforços da Associação, a situação continua a mesma, pois uma moradora de loteamento também em Cotia recebe, desde 1992, cobrança de taxa de condomínio referente a dois lotes de 350 m<sup>2</sup>, como mostra reportagem do Estado. “Até hoje, mandam boletos cobrando R\$ 1,9 mil por mês”, diz ela. Seu caso está na Justiça.

Antes da decisão do STF, a probabilidade de essa moradora perder a causa era muito grande. Os Tribunais de Justiça de São Paulo e do Rio de Janeiro entenderam até agora que todos os moradores, mesmo os não pertencentes às associações,

têm de pagar as taxas, porque usufruem dos serviços por elas prestados. Não contribuir configuraria, em última análise, enriquecimento ilícito. Agora, a situação pode mudar até mesmo para os que acharam melhor pagar as taxas para evitar maiores aborrecimentos. Segundo o promotor de Habitação e Urbanismo José Carlos de Freitas, “todos os que foram cobrados têm condições de ingressar com pedido de ressarcimento”.

Tudo indica que estamos perto de acabar com uma das situações mais odiosas criadas nas grandes cidades nos últimos anos, que na prática significa a privatização de espaços públicos, no caso do fechamento de ruas. Tanto nesse como no caso dos loteamentos transformados arbitrariamente em condomínios, o fim da obrigatoriedade de pagar taxas, para os que não pertencem às associações, tende a enfraquecê-las e levá-las a desistir da pretensão absurda de assumir, na prática, funções de segurança e controle de espaços públicos, que são privativas do Estado.

O ideal é que o passo seguinte seja o fim das leis e decretos municipais que possibilitam o fechamento de ruas. Nada justifica essa prática. O argumento de que ela garante maior segurança aos moradores daquelas áreas é inaceitável. No dia em que se admitir como legítimo que uma minoria pode se defender da violência à custa do direito da maioria, a cidade regredirá à lei do salve-se quem puder. Esta não é, nem de longe, a maneira correta de tratar do problema da segurança pública.

26 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

# Novas liminares adiam IPI de carro importado

No final de semana, Justiça suspendeu por 90 dias cobrança de imposto para duas importadoras de Ribeirão Preto (SP) e Vitória (ES).

Mais duas importadoras conseguiram na Justiça adiar por 90 dias o pagamento das novas alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A Justiça Federal concedeu liminares a importadoras de Ribeirão Preto (SP) e Vitória (ES) no final de semana. O governo tentará derrubar as decisões nesta semana, mas terá trabalho para conter a proliferação de novas decisões semelhantes por todo o País.

Nas decisões, os juízes afirmaram que deve ser respeitado o prazo de 90 dias a contar da publicação do decreto determinando o aumento antes que as novas alíquotas do imposto passem a ser cobradas dos contribuintes. As duas importadoras – Phoenix Comércio Internacional (ES) e Zona Sul Motors (SP) – só teriam de pagar as alíquotas em dezembro, conforme decisões da Justiça Federal em Brasília.

A primeira liminar adiando a cobrança das novas alíquotas foi dada quatro dias depois de o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciar o aumento em 30 pontos percentuais o IPI de automóveis e caminhões para montadores que não utilizarem no mínimo 65% de conteúdo nacional ou regional (Mercosul). A 1.ª Vara Federal Cível de Vitória (ES) suspendeu a cobrança no processo da empresa Venko Motors do Brasil, empresa que importa carros da chinesa Chery no Estado.

Desde então, as empresas estão recorrendo à Justiça para garantir o mesmo direito. De acordo com os juízes responsáveis pelas decisões, a cobrança imediata do novo percentual seria contrária à Constituição.

## • Decisão

**JOSÉ MÁRCIO DA SILVEIRA E SILVA**

JUIZ FEDERAL

**“É completamente descabida a cobrança imediata do IPI, porque é inconstitucional a incidência imediata da majoração determinada pelo decreto.”**

“Assim é completamente descabida, porque é inconstitucional a incidência imediata da majoração determinada pelo decreto (...). Deve, portanto, ser respeitado o interregno de 90 dias contado da publicação do decreto, somente podendo ser exigido o tributo após a fluência desse prazo”, afirmou na sua decisão o juiz José Márcio da Silveira e Silva, da Justiça Federal do DF.

Além das liminares, o governo ainda precisará enfrentar na Justiça o julgamento da constitucionalidade do aumento do imposto. Na última quinta-feira, o DEM ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação direta de inconstitucionalidade na tentativa de adiar, em todo o País, a cobrança imediata dos novos valores. O argumento central da dessa ação é o mesmo: o governo deveria aguardar 90 dias após o aumento para começar a cobrá-lo.

O ministro Marco Aurélio Mello é o relator do processo e ainda deve analisar se concede ou não uma liminar. Em razão da urgência do processo, o ministro pode adotar um rito abreviado da ação e levá-la em breve a julgamento.

Enquanto governo e empresas brigam na Justiça, o comércio aproveita a iminência do aumento para tentar aumentar suas vendas. Em Brasília, as concessionárias Chevrolet anunciaram plantão no domingo.

“Na Chevrolet o IPI não aumentou”, destaca o anúncio de página inteira publicado em jornal local.

26 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### Após pior índice da história, OAB aprova 14,83% dos candidatos

O Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresentou um aumento no número de aprovados na prova aplicada entre julho e agosto, depois de registrar o pior índice de aprovação da história (9,74%) no teste realizado em dezembro. De acordo com o resultado preliminar divulgado na sexta-feira, um total de 18.002 (14,83%) dos 121.309 candidatos passaram no último exame.

Para o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, o resultado tem duas causas: a melhora no ensino de Direito no País e o maior empenho dos alunos.

“É uma resposta positiva à prova que vem sendo elaborada. O objetivo é que passem os profissionais qualificados, e não a reprovação em massa”, afirma ele.

O juiz aposentado Luiz Flávio Gomes, criador da rede de cursos LFG, que prepara para o Exame da Ordem, não acredita que tenha havido melhora no ensino. “A aprovação na casa dos 15% é a média dos dez últimos exames. O que aconteceu é que a prova de dezembro foi mais difícil que as demais, o que diminuiu o número de candidatos bem sucedidos”, diz.

Gomes concorda, no entanto, com a afirmação de que os candidatos estão se aplicando mais. “Vejo isso no dia a dia. Os alunos estão se conscientizando de que é preciso estudar mais para poder passar”, conta.

Em sua opinião, o percentual de aprovação continua muito baixo. “O mínimo aceitável é que 25% dos alunos passem.”

**Revisão de prova.** Na primeira fase, três questões foram anuladas e todos os candidatos receberam os pontos referentes a elas. Já o resultado divulgado na semana passada é preliminar e ainda pode ser modificado.

Segundo o secretário-geral da OAB, Marcos Vinícius Furtado Coelho, cerca de 2 mil bacharéis entraram com recurso pedindo revisão. O número final será divulgado em 4 de outubro.

“Estatisticamente, o resultado não irá mudar muito”, afirma Coelho, ressaltando que a revisão será feita para todos que pediram. Como foram 21 mil candidatos na segunda fase do exame, o índice de aprovação nessa etapa foi de 85%. “É uma prova de que só passam pelo funil da primeira fase os mais capacitados”, diz o secretário-geral.

# O ESTADO DE S. PAULO

## FÓRUM DOS LEITORES

26 SET 2011

### **CORRUPÇÃO** **Boi Barrica**

O que esperar do futuro deste país, se o Superior Tribunal de Justiça (STJ), com seus mais renomados juizes, é posto de joelhos diante do todo-poderoso José Sarney, aceitando bovinamente as vontades desse senhor? Se tudo o que for julgado pelo STJ tiver como "cláusula pétrea" a condição de não ferir os interesses dos poderosos? Se os ministros, muito bem pagos para fazer valer a justiça, a ética e a moralidade, agem de forma tão subserviente e vacilante? Se o STJ ignorou os mais elementares preceitos de conduta, transformando-se num arremedo de tribunal? Se os poderosos agem como se estivessem acima da lei, com total anuência dessa Alta Corte? Enfim, se observarmos com mais atenção o silêncio da "oposição", que, apesar dos 43 milhões de votos, finge não estar vendo nada de anormal em toda a corrupção, que não para de crescer, o que esperar...?!

**WILSON SANCHES GOMES**  
sancheswil@hotmail.com  
Curitiba

### **Homem forte**

Avalio que o homem mais forte da política brasileira nos últimos tempos é, sem dúvida, José Sarney. Ele mantém dois Estados sob seu controle, comanda o Congresso, impôs à presidente ministros, altos funcionários e até um diretor da PF diferente do que ela pretendia e ainda controla parte importante do Judiciário. Nem o Lula teve tanta força política.

**FABIO FIGUEIREDO**  
fafig3@terra.com.br  
São Paulo

### **Censura**

Independentemente da atitude indecorosa e corporativista dos ministros do STJ em relação ao clã Sarney, uma simples e democrática pergunta *não* quer nem vai calar: e como fica a censura ao nosso Estadão?

**ANIBAL VILARI**  
anibalvilari@bol.com.br  
São Paulo

### **STJ e Sarney**

Justificável a decisão do STJ. Afinal, com o padrinho que têm os membros do tribunal, seria anormal se a decisão fosse outra. *Sere-mos Ternos com José* deve ser o novo significado da sigla.

**WALTER FRANCISCO BARROS**  
walterfbarros@yahoo.com.br  
Araçatuba

### **'Suum cuique tribuere'**

A velocidade espantosa, comparada aos vergonhosos padrões nacionais, com que foram anuladas as provas da operação da Polícia Federal (PF), desprezando diversos pareceres, dá a entender que a venda nos olhos da Justiça é para "que se atribua a cada um o que é seu", mas só pode abrir o pacote em casa para ver a surpresa. O percurso é o desfecho do julgamento em prol dos réus causaram "desconforto e desconfiança" entre ministros do STJ. Imaginem o *desconforto* e a *desconfiança* do povo brasileiro com essa forma inusual de inocentar sempre os mesmos sem-vergonha...

**FLAVIO MARCUS JULIANO**  
opegapulhas@terra.com.br  
São Paulo

### **Comuns e Incomuns**

O relator estudou e decidiu em seis dias o processo da Operação Boi Barrica. Pois eu tenho um simples processo de devolução de indébito no TRF-3, concluso, no gabinete do desembargador há 12 anos e lá continua parado. Parece que a Justiça, além de cega, é muda e paralítica.

**LUIZ TERCI SOBRINHO**  
terzzi65@hotmail.com  
São Paulo

25 SET 2011

## 'Juizes querem cercar a ação do CNJ'

Para o jurista, Conselho Nacional de Justiça perde sua razão de existir se for impedido de vigiar as atitudes de magistrados

A decisão dos juizes federais de contestar, no Supremo Tribunal Federal, o poder do Conselho Nacional de Justiça de regular e investigar irregularidades cometidas por magistrados "é uma iniciativa infeliz, que pretende cercar o trabalho bastante positivo do CNJ", diz o professor Pedro Estevam Serrano, titular de Direito Constitucional da PUC-SP. Essa posição adotada pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), segundo ele, "não é algo juridicamente adequado nem útil à sociedade".

É uma briga antiga, com pretexto novo. Em julho, o CNJ adotou a resolução 135, para uniformizar os procedimentos ligados à atuação administrativa e disciplinar dos juizes. Estes viram no ato uma extrapolação de poder. Só caberia ao conselho, entende a AMB, investigar assuntos já julgados por tribunais inferiores.

O STF deve julgar a Ação de Inconstitucionalidade (Adin) pedida pela AMB na quarta-feira. Ela tem como relator o ministro Marco Aurélio de Mello - que, até onde se sabe, vê com simpatia a causa dos juizes. Serrano não percebe, no episódio, indícios de espírito corporativo, assim como não critica a luta do Judiciário por melhores salários. Nesta entrevista, ele adverte: "Deviam parar de considerar o salário do magistrado uma referência para os demais Poderes".

● **Como o sr. vê o pedido dos juizes para que o STF os livre das decisões do CNJ?**

A AMB tem legitimidade para entrar com a Adin. Os artigos 102 e 103 da Constituição lhe dão tal direito. Se considerar inconstitucional, o STF pode retirar a lei do mundo jurídico.

● **De que modo isso seria feito?**

Após a decisão, o Supremo remete o texto ao Senado, cuja Mesa subtrai os efeitos da lei. É a mecânica burocrática. Mas na prática, decidida a inconstitucionalidade, a lei já perde a eficácia.

● **A atitude dos juizes configura espírito corporativo?**

Não vou chegar a isso. A gente não pode confundir certas coisas. Algumas reivindicações de natureza administrativa ou jurisdicional podem parecer corporativas, e na verdade atendem a demandas da cidadania. Pois ter um Judiciário forte, independente e bem remunerado é algo que interessa à sociedade, não só à categoria.

● **O Supremo deveria acatar o pedido da AMB?**

Sob o ponto de vista técnico e jurídico, acho que essa ação não deve prosperar. Digo isso porque a lógica da reforma feita para introduzir o CNJ no sistema é a de lhe atribuir possibilidades de controle administrativo e disciplinar - nunca a jurisdicional, fique claro - da conduta dos tribunais. Se você limita essa possibilidade de controle, para que ele só julgue o que já passou pelas corregedorias, vai reduzi-lo a uma instância recursal das corregedorias. Estará subtraindo a competência que lhe deu a Constituição.

● **Isso configuraria, então, espírito corporativo?**

Sim, nesse caso poderia favorecer o acobertamento de situações ilícitas. Não vejo isso em tribunais modernos e bem estruturados, como o de São Paulo, mas de outras regiões. Veja o tipo de desvios encontrados no Norte, é só fazer um levantamento do que o CNJ já fez até aqui. A propósito: se a lei que a AMB pretende existisse no passado, o conselho não teria feito nem metade do que fez.

● **Parecem-lhe justas ou corporativas as pressões salariais que crescem no meio jurídico?**

Acho que salário de juiz não é problema da Justiça, é do País. Decidiu-se criar na Constituição um teto para ministro do Supremo e isso se revelou, creio eu, inadequado. No início se ganha bem, mas um juiz mais experimentado, que trata de ações relevantes, é mal remunerado. E acho um equívoco remunerar o juiz da mesma forma que se remunera um senador, um deputado. Ser juiz é uma carreira. Então tem de remunerar de acordo com o mercado profissional, tratando melhor os mais experientes. O Brasil remunera mal os juizes maduros.

● **Mas os valores, para os padrões do País, não são bons?**

O que deviam fazer, acho eu, seria parar de considerar salário de magistrado referência para os demais Poderes. Cada poder devia ter seu próprio teto, e acho que o da magistratura devia ser mais elevado que os do Legislativo e Executivo. Mas cada vez que se fala do juiz vem alguém e compara com o salário mínimo... Ora, há muitas distorções na vida brasileira. A solução difícil de um grande problema não pode inviabilizar a solução de outro menor.

CONTINUA



# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

QUEM É

25 SET 2011

● Mestre e doutor em Direito pela PUC de São Paulo, é professor titular de Direito Constitucional da universidade. Foi procurador do Estado e é autor, entre outros, de *O Desvio de Poder na Função Legislativa* (ed. FTD) e coautor de *Dez Anos de Constituição* (ed. IBDC).



# O ESTADO DE S. PAULO

## 'O problema da Justiça não é dinheiro, é apatia', afirma juiz



25 SET 2011

**Tradição.**  
Mazloum: "É costume jogar a culpa nos outros"

O problema da Justiça não é dinheiro, não é falta de juiz nem de servidor, não é reforma processual. O problema, segundo Ali Mazloum, juiz há 20 anos, está na apatia da toga. "O juiz, na primeira chance que tem de adiar, de empurrar a audiência, ele faz. Não muda a rotina dos processos porque não quer. Está acostumado a postular alterações legislativas, pedir mais orçamento, mais pessoal e instalação de mais varas. Grande equívoco."

Ali Mazloum é titular da 7.<sup>a</sup> Vara Criminal Federal em São Paulo. Sua rotina são ações sobre crimes tributários, fraudes no INSS, tráfico internacional, descaminho, moeda falsa, roubo contra prédios federais.

Sua pregação vai na contra-mão dos argumentos da classe à qual pertence de que o Judiciário precisa de mais verbas, retoques profundos dos códigos, novas comarcas. "Grandes reformas legislativas? Nada disso é preciso. Mais recursos, mais funcionários? Tudo desnecessário. Quando o Judiciário diz que precisa de mais dinheiro e mais leis, ele está jogando a culpa no Executivo. É uma estratégia equivocada."

Em sua repartição, Mazloum implementou o processo cidadão. Muitos colegas repudiaram. Faz três anos. Ele tinha nas mãos mil ações penais. Hoje são 270. "Basta vontade para mudar a máquina do Judiciário. Bastam pequenas alterações, não precisa de grandes milagres e reformas." A principal conquista do processo que idealizou é que nenhuma demanda supera o prazo fixado.

"A ação tem que acabar em dez meses, nenhum dia a mais."

O rito moroso deu lugar a uma via mais curta. "Quando o réu é citado, no início da ação, ele já fica ciente do dia em que será julgado. Adotamos uma pauta inteligente, concentração de atos processuais sem causar danos ao contraditório e à ampla defesa. É trabalho em equipe, todos os funcionários da vara empenhados. A audiência é improrrogável."

Mazloum sustenta que "o processo é feito para inocentes, não para culpados". "É um instrumento de interlocução entre o acusado e o Estado, não é instrumento de punição, espada na cabeça do réu. Acusado e Estado, acusação e defesa, devem estar em pé de igualdade. Obrigações, direitos e deveres para ambos os lados."

"O gasto que o contribuinte tem com o sistema de Justiça é excessivo é por um serviço ineficaz, porque depois de muitos anos de espera não pode ser um bom serviço. Estou falando de quebra de paradigmas, de ruptura com uma cultura arcaica que permeia o processo."

Na ponta do lápis, anota o juiz, a 7.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal, em 2007, tinha um acervo de mil ações penais, com duração média de quatro anos. O custo de cada processo era de R\$ 2.150 — uma despesa mensal de R\$ 44,79 por processo, "sendo 70% em salários e 30% em insumos". Com o processo cidadão, houve redução de 40% do custo. O preço unitário do processo passou para R\$ 1.892. Custo mensal, ao longo dos quatro anos, de R\$ 39,41.

25 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Mães e filhos na prisão

# SÓ 6 MESES PARA CUIDAR DO FILHO. E EM UMA CELA

Como vivem as mães de Tremembé 2, prisão adaptada para elas

**S**ão bebês saudáveis, que pesam entre 3 e 6 quilos. Têm de 26 dias a 4 meses, de idade e acordam às 6 horas para mamar. Vivem ao lado das mães, 24 horas, todo dia. Nasceram em cidades do Vale do Paraíba e logo foram levados para casa: vivem os primeiros dias de suas vidas dentro da cadeia, junto com as mães presidiárias. Entre novembro e janeiro, as crianças completam 6 meses – é quando mãe e bebê, obrigatoriamente, terão de se separar.

A Penitenciária Feminina 2 de Tremembé, a 133 km de São Paulo, foi o primeiro presídio do Brasil com projeto arquitetônico adaptado para mulheres – tem atendimento específico a presas que acabam de dar à luz, por exemplo. Desde a inauguração, em abril, dez bebês nasceram em suas instalações. Vivem hoje na “área de amamentação”, maior melhoria sobre outros presídios do Estado. Pela primeira vez, uma equipe de reportagem teve acesso ao local.

Comparada a outras unidades, pode ser considerada luxuosa: tem banho quente, berço novo, roupa de cama nova, brinquedos novos. Mas, para as mães, isso tudo simboliza também uma inevitável separação.

Seis meses é o tempo que as crianças podem viver no presídio – o mínimo para amamentação, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), e o máximo definido em São Paulo pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP). É também o prazo que toda presidiária sabe de cor.

É quando expira o período que Fábio (todos os nomes de crianças são fictícios), de 4 meses, poderá ficar com a mãe, Poliana Oliveira Lourenço, de 23 anos. “Prefiro nem pensar. Passo o dia todo com ele, é meu amigo, meu compa-

nheiro, desabafo para ele, me conforto com ele. Tirá-lo de mim é pior do que ficar presa 20 anos”, afirma Poliana, que responde por tráfico de drogas – como metade das 526 presas que hoje estão na P2 de Tremembé. “Mas tenho esperança. Cada vez que as grades verdes se abrem, penso que é meu alvará (*de soltura*) e vou sair antes de ele partir.”

Entre as mães com data marcada para deixar os filhos, o principal sentimento é angústia. “Cresce à medida que se aproxima a data. Elas ficam inquietas, choram muito”, disse a diretora de reintegração da unidade, Ligia Toledo. “Muitas têm a primeira experiência de maternidade aqui. Com a vida que levavam antes, não davam atenção aos filhos. Aqui, elas ficam o tempo todo com eles e se apegam como nunca.”

**Adoção.** Há casos em que as mães sabem que vão perder o filho, mesmo depois de deixar o presídio – são as presas que, por não terem ninguém para cuidar dos filhos fora da cadeia, têm de encaminhá-los para a adoção. Após convívio direto e diário por seis meses, sofrem muito. “Ela mudou minha vida. E agora, vai ter de ir embora? Fico desesperada”, disse Silvânia Aparecida da Silva, de 31 anos, com a filha Natália no colo. “Antes de ir para a prisão, ela teve outros cinco filhos. “Mas foi com a Natália que percebi que posso ser uma pessoa melhor. Tomei essa decisão. E vou ter de ficar sem ela? Não sei o que fazer.”

As mulheres presas na área da amamentação vivem 14 horas por dia dentro das 12 celas – no caso, decoradas com adesivos de bichinhos, balões, parques de diversões, com camas novas, bichos de pelúcia, travesseiros e cobertores. “Quando a porta fecha (*às 16 horas*), a cabeça fica a mil. Olho para ele, começo a dar risada, a conversar. Mas cada vez mais, imagino a tristeza da separação”, conta Michele Fortunato, de 24 anos, mãe de Alexandre, de dois meses. “10 de

janeiro, 10 de janeiro... a data que ele vai sair fica pré-gada na minha cabeça.”

Carência é outro sentimento comum – desta vez, em toda a prisão: das 526 presas, 15 receberam visitas íntimas nos últimos cinco meses. “Elas se sentem abandonadas. Então, incentivamos as visitas de outros familiares. Equipamentos como brinquedoteca e playground incentivam a presença da família”, disse a diretora do presídio, Márcia Romero.

Apesar dos serviços específicos – como escola e padaria artesanal –, para quem acompanha o sistema penitenciário, a iniciativa é tímida. “São dez vagas de amamentação para 500 presas. É pouco”, disse a advogada Sonia Drigo, de coordenação da Pastoral Carcerária Nacional. “Já o presídio feminino de Santana, o maior do País, recebe centenas de presas grávidas do interior. A demanda é muito maior.”

Quando se aproxima a data de a criança partir, o atendimento psicológico aumenta. “Mas não tem jeito. Quando fico sozinha na cela, penso que é a história do meu filho que estou mudando”, disse Jussenilda Nunes, de 28 anos, mãe de Samuel, caçula da amamentação. “Ele vai crescer e vai saber: nasci em uma prisão. Torço para que seja vencedor e sirva de testemunho de que a gente venceu.”

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Déficit nas prisões  
femininas do Estado  
é de 5 mil vagas

25 SET 2011

● O déficit das prisões femininas em São Paulo é de 5.255 vagas, segundo estatísticas do governo, e não há prazo para solucioná-lo. No total, são 11.749 detentas, para 6.494 vagas. A maior parte das prisões é por tráfico de drogas.

Para solucionar o problema, o governo lançou um plano de construção de oito penitenciárias, mas apenas duas saíram do papel. Além de Tremembé, uma unidade foi inaugurada em junho em Tupi Paulista. Outras prisões não têm prazo de inauguração.

A situação não é diferente no restante do País: há 34,8 mil presas para 18,7 mil vagas. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional, será lançado ainda em 2011 programa para "zerar o déficit" em três anos. O Conselho Nacional de Justiça estima que outras 2,8 mil mulheres serão presas ainda em 2011.

## MÃE, FILHA E NETO FICAM NA MESMA PENITENCIÁRIA

Faltam pouco mais de dois meses para "o pior dia da vida" de Larissa de Castro, de 20 anos, mãe de Jorge (nome fictício). Em 6 de dezembro, seu primeiro filho completará 6 meses - e, logo de manhã bem cedo, será tirado de seus braços. Ainda não se sabe ao certo para quem o bebê será levado.

É o caso que mais demanda atenção do grupo de psicólogo e enfermeiras da Penitenciária Feminina 2 de Tremembé. "As outras presas têm outros filhos, além do bebê que está com elas aqui. Larissa é a única que foi mãe pela primeira vez aqui e, por isso, fica mais sensível. Conversamos muito com ela, para tentar amenizar o sofrimento", explicou Ligia Toledo, diretora de reintegração e atendimento à saúde da penitenciária.

No caso de Larissa, há ainda outra agravante: ela se preocupa com o futuro do filho porque, fora da cadeia, sua família está desmantelada. A começar pela mãe, Claudia, também presa em Tremembé respondendo pelo mesmo crime da filha: associação ao tráfico. Ela visita Larissa e o neto toda sexta-feira, por uma hora. "É a maior dor que pode haver. Errar e ver a família toda ficar em um lugar assim é tristeza difícil de apagar", disse Claudia, de 41 anos. As duas

estão em prisão preventiva e aguardam julgamento. "Tenho fé de que vamos sair ainda antes de chegar a hora de meu filho sair", disse Larissa, que costuma ficar com o filho sentada em bancos coloridos tardes inteiras, sem muita conversa com as outras detentas.

**Casa das mulheres.** Para filhos de presas que vão à penitenciária nos fins de semana para as visitas, o local ganhou um eufemismo. "Minha filha chama o presídio de 'casa das mulheres' e acha que gosto daqui", contou Roseane Souza, mãe de Lauana, de 3 anos. "Quando ela crescer, vou explicar, mas, por enquanto, deixa assim. Ela acha que estou trabalhando."

Projetada com playground, brinquedoteca e área de artesanato - "para tirar a cara de prisão" -, a área de visitas recebe entre 30 e 50 familiares nos sábados e domingos. "São só algumas horas, mas servem para agüentar o restante da semana", conta Alice Victorino, de 26 anos, presa em Jacaré. "Só o fim que é triste demais. Minha filha gruda na camiseta e pergunta, chorando, por que não volto. Passo o resto do dia mal."

**Grávidas.** Uma discussão comum entre as gestantes presas em Tremembé é se é melhor criar seus filhos na prisão por seis meses, ou se devem deixá-los, desde o começo, com outros familiares. "A separação seria sofrida demais, para ele e para mim. Então, vou deixar com a avó assim que ele nascer e ele nunca terá de saber disso", disse Gisele Santana, de 29 anos, grávida de 6 meses. "No meu caso, não vou abrir mão da amamentação. Nem que sejam seis meses, vai ser importante para ele", afirmou Pamela Ramos, de 25 anos. Além das detidas na área de amamentação, outras dez gestantes estão presas em Tremembé.

# JORGE FORBES 25 SET 2011

## Órfãos do explicável

Aprendemos que tudo tem razão de ser -  
e aí vem a tragédia do menino de 10 anos que se matou

**E** escrevo o que ninguém quer ler nem ouvir falar: não existe nenhuma fórmula, nenhum procedimento ou protocolo que tenha capacidade de prever uma atrocidade como a de um menino de 10 anos rou-

bar o revólver do pai; esconder a arma, quando perguntado pelo próprio pai; atirar na sua professora; e em seguida se matar.

É esperado que sejamos nestes próximos dias bombardeados com detalhes da vida desse menino: suas leituras, amizades, humores, ascendência familiar, credos, hábitos, notas escolares, desenhos, bilhetes eletrônicos, tiques, sexualidade, estranhezas. Tudo é bom, tudo serve, para a tentativa desesperada de estabelecer umnexo causal. Somos filhos do Iluminismo. Aprendemos desde pequenos que tudo tem uma razão de ser e, se não compreendemos, a falha não está no saber - pois o saber é sem falha -, mas no raciocínio imperfeito.

A sociedade ainda não suporta constatar que a pós-modernidade nos fez órfãos do Iluminismo porque isso é desesperador. E agora que a festa do "tudo é explicável" acabou? Como suportar não saber se aquele garoto um pouco arreado não é o próximo assassino de si mesmo ou de alguém? Se insistirmos em causalidades forçadas, vamos criar uma sociedade irrespirável. Afinal, qual de nós não tem a sua esquisitice? Já se fala que a professora teria notado um comportamento diferente no menino e não lhe teriam dado atenção. Já se fala que o pai deveria ter prevenido a direção da escola sobre o desaparecimento da arma. Como é fácil ser profeta do passado! Duro é constatar que estamos em uma época na qual esses crimes inusitados são um dos tipos de manifestação.

Há poucos dias, a presidente, em nosso nome, disse na abertura da Assembleia-Geral da ONU: "O desafio colocado pela crise é substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo". Está correto e é válido para além da crise econômica: vivemos nos amparando nas teorias defasadas de um mundo velho, sim. Quem duvida que uma das interpretações que mais vai se fazer é a de que o menino se identificou com o pai policial? Ou que, ao contrário, para provocar o pai, teve um comportamento de bandido? Ou, pior, que por ódio ao pai se matou com seu instrumento?

Estamos desbussolados. Os sintomas de nossa inaptidão para viver neste novo mundo estão sendo tragicamente anunciados.

Ontem, foi o moço da Noruega; hoje, o garoto brasileiro. Tão distantes e tão perto. Quando tudo parecia tão bem, tão perfeito: bom filho, boas notas, ia à igreja e até tocava bateria... ocorre o acidente, o fato inusitado, que nos deixa pasmados, ignorantes de nossa condição humana.

Urge, assembleia-geral de uma nova época, urge que abandonemos nosso conforto iluminista do tudo tem sua razão: essa luz ficou fraca, está nos deixando na sombra e liberando monstruosidades. A psicanálise tem novas contribuições para o momento atual. Não se trata mais do Freud explica, mas do Freud implica. O Freud explica é do tempo da revelação do saber escondido, fora da consciência, no inconsciente. O Freud implica é de agora, da constatação de que, de uma sociedade da razão, fomos a um novo tipo de laço social: o ressoar, "tá ligado?". Essa é a pergunta dessa geração que está aí, a geração mutante. Seus membros não perguntam se o que ele disse você entendeu, mas se lhe tocou, se você pode fazer alguma coisa com o que ele falou, não a mesma coisa feita por ele, mas algo marcado, atravessado por sua singularidade, necessariamente diferente da dele, daí o "tá ligado?".

O que se teme é que então estaríamos caminhando para uma esbórnica geral de comportamentos individualistas. Falsa conclusão de nossas mentes viciadas na segurança da razão padronizada. A sociedade do ressoar exige um duplo movimento de cada um: invenção e responsabilidade. Invenção, pois quando falta o caminho pré-estabelecido há que se inventar um. E responsabilidade, pois se deve inscrever no mundo a sua invenção, motivo pelo qual o medo do individualismo não se sustenta.

Para isso, uma guinada de 180 graus nos é exigida. A educação, sem dúvida, é um dos principais setores dessa mudança que já tarda. Em vez de medicalizar o aluno supostamente inadequado à escola, como tem sido feito nos últimos anos, ampárados abusivamente no diagnóstico de transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), melhor questionar a escola; não essa ou aquela, mas a instituição escolar, se ela está preparada para uma sociedade viral, das redes horizontais, da criatividade responsável. Na medida em que pudermos habitar esse novo mundo com uma nova bússola, na medida em que ampliarmos a legitimação das singularidades, seremos menos surpreendidos. Estamos atrasados.

**JORGE FORBES** É PSICANALISTA E PSIQUIATRA. PRESIDE O INSTITUTO DA PSICANÁLISE LACANIANA - IPLA E DIRIGE A CLÍNICA DE PSICANÁLISE DO CENTRO DO GENOMA HUMANO, DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

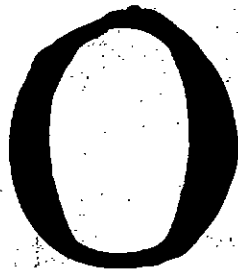
O ESTADO DE S. PAULO

# O ESTADO DE S. PAULO

ARTUR GUERRA DE ANDRADE

## Emborcamento precoce? 5 SET 2011

Na cidade de São Paulo, um em cada três estudantes entre 15 e 18 anos já bebeu cinco ou mais doses de álcool em uma única ocasião



O uso nocivo de álcool resulta em 2,5 milhões de mortes por ano no mundo. Cerca de 320 mil jovens entre 15 e 29 anos de idade morrem de causas relacionadas a essa substância – o equivalente a 9% de todas as mortes nessa faixa etária. Tais estimativas, da Organização Mundial da Saúde (OMS), são preocupantes, tanto é que, em menos de uma semana, tivemos ao menos dois eventos importantes relacionados ao assunto.

No dia 19 foi realizada uma reunião de alto nível da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre prevenção e controle de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), aberta pela presidente Dilma Rousseff. Nesse encontro (e na declaração política resultante dele), os principais fatores de risco em comum entre as DCNTs discutidas (doenças cardiovasculares, diabetes, câncer e enfermidades respiratórias crônicas), e evitáveis, foram: o sobrepeso e a obesidade resultantes da falta de uma alimentação saudável e da inatividade física, o tabagismo e o consumo nocivo de álcool.

Para diminuir o impacto deste último, ações e políticas públicas efetivas, baseadas em evidências científicas e adequadas ao contexto local, deveriam ser implementadas de maneira integrada por diferentes setores. Citou-se ainda o documento intitulado *Estratégia Global para Redução do Uso Nocivo de Álcool*, lançado pela OMS em 2010, que traz sugestões a serem aplicadas em todo o mundo – respeitadas, é claro, as diferenças culturais e socioeconômicas de cada país.

É nesse contexto de políticas públicas que se insere o segundo evento da semana: a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei 698/2011, que proíbe, no Estado de São Paulo, a venda, a oferta, o fornecimento, a entrega e a permissão de consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 anos de idade. Aqui, é importante apresentar o cenário do uso de álcool entre nossos jovens, baseado em pesquisas científicas recentes.

Um levantamento com estudantes do ensino médio em escolas particulares da cidade de São Paulo, realizado no ano passado, revelou que um em cada três estudantes entre 15 e 18 anos já havia bebido cinco ou mais doses de álcool em uma única ocasião, ao menos uma vez no mês anterior à pesquisa.

Quando analisamos o panorama brasileiro, nos deparamos com dados igualmente preocupantes. No 1º Levantamento Nacional sobre Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras, que contou com mais de 12 mil estudantes, verificou-se que 79% dos entrevistados menores de 18 anos já tinham consumido algum tipo de bebida alcoólica. Além disso, estima-se que o primeiro consumo ocorra entre 13 e 15 anos de idade, considerando a população geral brasileira de adultos jovens (entre 18 e 25 anos).

Isso é um sério problema de saúde pública porque na adolescência o sistema nervoso central ainda se encontra em desenvolvimento e, portanto, mais suscetível aos efeitos do álcool. Nota-se, ainda, que o uso precoce de tal substância é um importante indicativo de maior risco para o desenvolvimento de transtornos relacionados (abuso ou dependência).

Como especialista em dependência química há 30 anos, tenho a clareza de que o uso nocivo e a dependência do álcool, por ser uma questão complexa e multifatorial, não é um problema que pode ser resolvido de maneira simples e rápida, como muitos de nós gostaríamos.

Abordá-lo sob uma visão interdisciplinar é essencial para lidarmos de maneira mais adequada com esse problema de saúde pública global. Ações integradas e complementares, baseadas em evidências científicas, sustentáveis e, principalmente, eficazes somente poderão ser desenvolvidas e implementadas se instituições de diferentes setores contribuírem junto à sociedade. Nesse aspecto, unem-se prevenção e tratamento. Além disso, não podemos deixar de lado o desenvolvimento educacional e social – disseminar amplamente o conhecimento adquirido por meio de pesquisas científicas deve ser prioritário.

Sim, ainda há solução para o uso nocivo de álcool. Ela envolve investir fortemente em programas de prevenção, inibir de forma intensiva o uso nocivo dessa substância e recuperar aqueles que dela já se tornaram dependentes.

**ARTHUR GUERRA DE ANDRADE** É PSQUIATRA, ESPECIALISTA EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA, PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE PSQUIATRIA DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP E DA FACULDADE DE MEDICINA DO ABC E PRESIDENTE EXECUTIVO DO CENTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE E ÁLCOOL (CISA)

# O ESTADO DE S. PAULO

JOÃO BOSCO RABELLO 25 SET 2011

## O PSD é legal e legítimo

**N**a próxima terça-feira, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) volta a se reunir para decidir o pedido de registro do PSD, decisivo para que a nova legenda possa participar das eleições municipais de 2012. À parte a polêmica artificial produzida pelos seus opositores, e o apego de alguns ministros a formalismos menores, o PSD nasce dentro das regras eleitorais e com absoluta legitimidade política.

O partido cumpriu as formalidades jurídicas impostas pela legislação, como atestam os tribunais regionais eleitorais e o texto da relatoria, ministra Nancy Andrighi, defendendo a aprovação do registro. Os ministros divergentes na sessão da última quinta-feira entediaram os espectadores com tecnicismos que passam ao largo do mais importante: a questão política.

O PSD poderia não existir se os seus idealizadores tivessem alegado justa causa para deixar o DEM, onde foram vítimas de uma fraude comprovada que destituiu os poderes do Conselho Político, e migrado para outras legendas. Mas optaram por resgatar o ideário liberal e devolver ao cenário político uma representação com 60 parlamentares, assumidamente conservadora, capaz de reequilibrar o quadro partidário, quebrando a hegemonia nociva de PMDB e PT.

Importante alternativa para governos submetidos a uma base com poder de chantagem, o partido é um oxigênio para o debate político e uma opção indispensável para a diversidade ideológica.

### O gol contra de Demóstenes

Promotor por formação e senador com biografia respeitável, o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) surpreendeu a adversários e aliados ao comparar o TSE à banda É o Tchan, cuja performance se caracteriza pela mistura de pagode com erotismo de baixo nível. “Todo mundo que assistiu pela TV Justiça teve a oportunidade de ver o Lewandowski dançando na boquinha da garrafa e o Marco Aurélio se esforçando para segurar o Tchan”, disse ao colunista da *Folha de S. Paulo* Josias de Souza. Seus próprios aliados acham que as declarações, ao desmerecerem o tribunal, na figura de seu presidente, podem gerar efeito contrário e mais ajudar que atrapalhar o PSD na busca do registro definitivo.

### Sem proteção

Para juristas tarimbados, o julgamento do PSD termina na terça-feira. Eles duvidam que o TSE repita o STF no caso da ficha-limpa, omitindo-se de uma decisão com base na expiração do prazo para concorrer já em 2012.

### “Ele pode cobrar honorários do Kassab”

#### Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Acusando o presidente do TSE de advogado do PSD

# O ESTADO DE S. PAULO

FRASE

25 SET 2011



*“Isso não é roupa suja,  
anta, é um processo criminal no  
qual, involuntariamente, eu  
represento as milhares de mulheres  
brasileiras que sofrem agressão”*

**LUANA PIOVANI**, atriz, irritada com  
uma seguidora do Twitter que a acusou de lavar  
roupa suja em público após a condenação  
de Dado Dolabella a 2 anos e 9 meses de prisão  
por tê-la agredido em 2008



24 SET 2011

# O ESTADO DE S. PAULO

## Dilma peita STF, mantém Orçamento e tenta controlar reajustes em série

Governo acredita que o Congresso está disposto a aprovar o aumento; custo total do aumento do Judiciário é de R\$ 8,350 bilhões

Apesar de ter recebido um ofício em tom de intimação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, a presidente Dilma Rousseff decidiu que não vai refazer a proposta do Orçamento do ano que vem para incluir o reajuste salarial do Judiciário. O governo já sabe, porém, que o Congresso está disposto a aprovar o aumento, o que faz a equipe econômica temer pelo pior: que o reajuste desate reivindicações em série por aumentos em setores do funcionalismo que têm salários bem menores, como militares, Receita e da Polícia Federal.

O ofício de Peluso, encaminhado na quinta-feira da semana passada, pergunta se Dilma pretende incluir na proposta orçamentária para o próximo ano recursos para garantir os reajustes dos juizes e funcionários. Foi enviado um dia após a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, ter dito no Congresso que o governo não trabalha com a possibilidade de elevação das remunerações do Judiciário em 2012. O custo total do aumento do Judiciário é de R\$ 8,350 bilhões. Isso faria com que os salários dos ministros do STF saltassem de R\$ 26.723,13 para R\$ 32 mil.

Depois de tirar do Orçamento o aumento pedido pelos juizes, o máximo que o Planalto aceitou, quando o Supremo reclamou do corte, foi enviar a proposta de reajuste para a Comissão Mista do Congresso. "Mas a proposta orça-

mentária oficial, a que o governo enviou no dia 31 de agosto, não será mexida pelo Planalto", disse um assessor da Presidência.

**Recomposição.** Para os representantes dos magistrados e dos servidores do Judiciário e do Ministério Público, eles não estão pedindo um reajuste, mas apenas uma "recomposição monetária" de um segmento que não tem reajuste desde 2006 - o que não é verdade, pois entre janeiro de 2002 e dezembro do ano passado, os ministros do STF tiveram um aumento real de 34%.

"Temos que ter um juiz para resolver isso (liberação do aumento) e o parlamentar é que fará esse papel", disse o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Nelson Galandra. O coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e MPU no DF, Berilo José Leão Neto, disse que os parlamentares já estão "sensíveis" ao pedido de "recomposição". "Estou bastante confiante."

O grande temor do governo é de que o aceno do Congresso abra uma fila de categorias reivindicando o mesmo reajuste.

Diante da defasagem dos salários médios comparados com os do Judiciário (R\$ 12 mil) e do Ministério Público (R\$ 20 mil), a expectativa é de que os militares que recebem, em média, R\$ 4,8 mil façam uma pressão enorme por reajuste. A mesma atitude deverá ser adotada pela Receita Federal e a Polícia Federal, que têm salários médios de R\$ 16,8 mil e R\$ 16,3 mil, respectivamente.

Na semana passada, a ministra Miriam Belchior reafirmou em audiência pública na Comissão Mista do Orçamento o discurso da presidente de que não será incluído o reajuste na proposta do Orçamento de 2012, jogando a decisão para o Legislativo. O argumento do governo é que, com a possibilidade de agravamento da crise econômica mundial no próximo ano, o mais indicado é conter gastos e priorizar investimentos em saúde, educação e redução da miséria.

**Previsão.** O relator-geral do Orçamento, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), e seu colega de partido Gilmar Machado (MG) mostraram preocupação com a falta de previsão de recursos para a elevação dos salários do Judiciário no Orçamento. "Um reajuste de 56% nunca defendi, mas não podemos deixar o Judiciário sem nada", destacou Machado na ocasião. O último aumento de salário no Judiciário ocorreu em 2006 e foi pago em seis parcelas.

Dias depois da participação da ministra Miriam em audiência na Comissão Mista do Orçamento, Cezar Peluso encaminhou um ofício à Dilma Rousseff para pedir explicações. O ministro da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio, chegou a telefonar para o Peluso para entender o motivo da solicitação. Pelo que ficou entendido, o ato tinha como objetivo mostrar uma transferência da instância de negociação do Executivo para o Legislativo.

**CONTINUA**

# 24 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Alguns parlamentares aliados do governo estavam receosos de começar a negociação com o Judiciário, sem que fosse finalizada as conversas com o Executivo. O ofício de Peluso teve como objetivo mostrar que agora o diálogo é com o Legislativo. E as negociações estão andando. O Judiciário está consciente que terá um patamar menor de reajuste, porém, quer pelo menos o compromisso de uma melhoria salarial nos próximos anos. O Planalto está certo de que o presidente do Senado, José Sarney, vai comandar o processo de negociação para subir os salários/

#### ● Comparação

**R\$ 12 mil**

é o salário médio do Judiciário

**R\$ 16,8 mil**

é o salário médio da Receita Federal

**R\$ 20 mil**

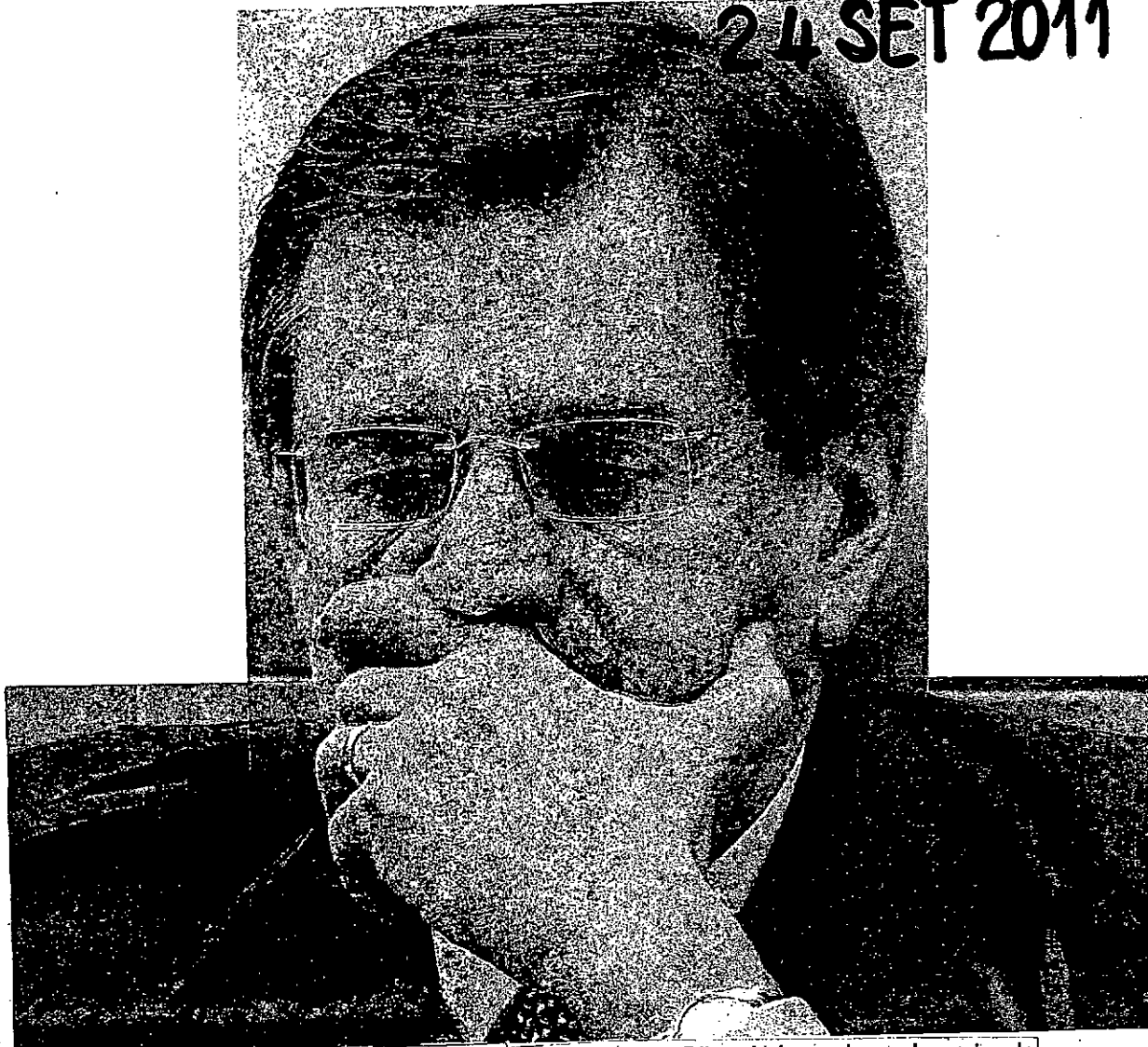
é o salário médio do Ministério Público

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

24 SET 2011



**Cobrança.** Peluso enviou ofício na semana passada a Dilma indagando se ela pretende incluir na proposta orçamentária de 2012 recursos para garantir reajustes

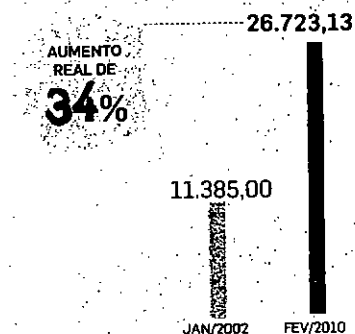
### REAJUSTES

● O que o governo já concedeu aos funcionários do Judiciário e do Ministério Público

#### Salários

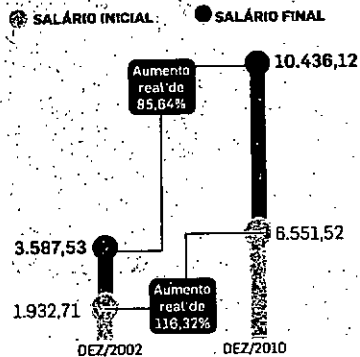
EM REAIS

#### Ministros do STF



\*Procuradores

#### Analistas



#### Retrato salarial

SALÁRIOS MÉDIO EM REAIS

Ministério Público*	20.883,00
Legislativo	15.515,00
Judiciário	11.991,00
Executivo/Civis	6.560,00
Executivo/Militares	4.804,00

#### Comparação

SALÁRIOS DE 2 MILHÕES DE SERVIDORES (ATIVOS E INATIVOS) CUSTAM

**RS 182 bilhões**

AOS COFRES PÚBLICOS

OS 28 MILHÕES DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS CUSTAM

**RS 275 bilhões**

AOS COFRES PÚBLICOS

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 24 SET 2011

## 'A economia deve ser cobrada de outro setor'

Os representantes dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público não darão tréguas ao Congresso Nacional até que seja incluída na proposta orçamentária do próximo ano uma reserva de recursos que assegure o reajuste salarial da categoria. O aumento médio solicitado pelo Judiciário é de 56% o que custaria R\$ 7,7 bilhões aos cofres públicos – a conta passa dos R\$ 8 bilhões com o aumento dos procuradores.

Para o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, os servidores não têm reajuste desde 2006 e não devem ser sacrificados por conta dos efeitos da crise econômica mundial para o País. “O que pedido é uma reposição da inflação”, afirmou.

“Respeito os motivos do Executivo e queremos e estamos colaborando. Acho que é o Poder que mais colabora. Mas a economia deve ser cobrada de outro setor”, frisou Calandra.

O coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e MPU no Distrito Federal (Sindjus-DF), Berilo José Leão Neto, concorda. Ele lembrou que o Brasil sofreu “pouco” com a crise financeira em 2008 porque houve a garantia do poder aquisitivo dos trabalhadores. “Não é arrojando o poder aquisitivo do trabalhador que vai ser resolvido o problema da crise”, destacou. Essa é uma das

principais justificativas dadas pelo governo para não prever na proposta orçamentária de 2012 recursos para garantir elevação de salário do Judiciário.

Leão Neto disse ainda que, se houver uma estagnação nas negociações também no Legislativo, a categoria poderá fazer uma nova paralisação.

“Acredito que vamos conseguir resolver isso. Mas, se o tempo avançar e não chegarmos a um acordo, a tendência é irmos para a greve. Já fizemos três (em 2009, 2010 e 2011), podemos fazer a quarta”, afirmou Neto.

Na avaliação do presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Renato Sant’Anna, ainda é muito cedo para falar em paralisação. “Acho precipitado falar nisso. Só quando for esgotado o processo de negociação, poderemos avaliar o que pode ser feito”, explicou Sant’Anna. Ele ressaltou que o Congresso Nacional tem toda a liberdade de decidir sobre o reajuste.

24 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

## Supremo discute alternativas para suprir falta de Barbosa



**Tecnologia.** Barbosa sugeriu voto por meio de videoconferência

Integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) discutem internamente alternativas para minimizar os efeitos da ausência prolongada do ministro Joaquim Barbosa, que se submeteu a uma cirurgia ortopédica em junho e até agora não voltou a participar das sessões de julgamento da Corte.

Por causa da ausência dele e da aposentadoria em agosto da ministra Ellen Gracie, o STF funciona hoje com apenas nove integrantes e por isso tem tido dificuldades para julgar temas que envolvam declaração de inconstitucionalidade (o que exigem quórum qualificado) e processos polêmicos que possam dividir a corte.

Na quarta-feira, por exemplo, o tribunal teve de suspender a análise da constitucionalidade de um dos pontos da reforma da Previdência para aguardar o voto de Barbosa. Para concluir o julgamento, era regimentalmente necessário mais um voto. Ou aguardariam o retorno de Barbosa, ou esperariam a indicação de um novo integrante do Supremo.

Como Barbosa tem dito que não há previsão do seu retorno às sessões de julgamento por causa da dificuldade em permanecer horas sentado, colegas de STF começaram a debater algumas saídas.

Pela primeira hipótese, Barbosa prepararia seus votos e encaminharia, por escrito, sua posição ao plenário. Outra proposta prevê que ele vote de seu gabinete ou de sua casa por meio de um sistema de videoconferência, algo que o próprio ministro já havia defendido no passado.

Na época, o tribunal julgava um processo contra um deputado. Na ausência do ministro Eros Grau, foi necessário suspender o julgamento.

Na sessão, Barbosa disse que o STF poderia pensar alternativas para evitar a repetição de casos como esse e aventou a possibilidade de se valerem da tecnologia para que os ministros pudessem votar mesmo estando fora de Brasília.

“Devemos refletir soluções que hoje estão aí à nossa disposição”, disse ele na ocasião.

24 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

# PF detém pedófilo procurado pelo FBI

Brasileiro de 22 anos, que também era investigado pela polícia do Reino Unido, morava em um quarto alugado na periferia de Campinas

A Polícia Federal prendeu ontem um rapaz de 22 anos suspeito de colocar vídeos e fotos com pornografia infantil na internet. Procurado pela polícia do Reino Unido e investigado pelos EUA em 2010 sem ter sido identificado, o homem que usava o apelido de Preteenrio foi preso no quarto no qual vivia de aluguel, em uma casa no Jardim Campos Elíseos, periferia de Campinas.

Segundo o delegado da Polícia Federal em Campinas, Jessé Coelho de Almeida, o suspeito – que é carioca e não teve o nome divulgado – estava dormindo quando os agentes chegaram, às 6h30. O computador com 500 arquivos de fotos e vídeos estava ligado. “Ele não negou a posse do material e confirmou que tem e transmite às imagens. Disse que não fazia isso todos os dias e que deixava o computador ligado cinco noites por mês, para download dos arquivos”, disse Almeida.

As imagens eram colocadas na rede por meio do programa Giga-tribe, que é usado para compartilhamento de arquivos em massa. Em 78 megabytes de fotos e 5 gigabytes de vídeos a polícia encontrou imagens de abuso sexual de crianças e adolescentes, a maioria meninos e crianças estrangeiras. Segundo o delegado, embora a PF tenha encontrado imagens de crianças brasileiras, não foram achados indícios de que o rapaz produzia imagens.

Segundo informações da PF, o apelido Preteenrio é comumente associado a arquivos ou pessoas que se interessam por pornografia infanto-juvenil. A tradução seria “Pré-adolescente Rio”.

A fotografia do usuário do perfil era, de acordo com a PF, a de duas crianças fazendo sexo.

O quarto alugado pelo rapaz ficava nos fundos de uma casa na qual mora uma criança. O delegado informou que a família que vive na casa da frente não tem envolvimento na atividade do rapaz e que a criança não chegou a ser abordada pelo suspeito.

**Perfil falso.** A investigação da Polícia Federal começou em agosto. Uma agente criou um perfil falso e fez contato com Preteenrio. Ela disse ao suspeito que tinha arquivos de pornografia infantil e gostaria de ter acesso aos que o investigado tinha. “A policial convenceu o suspeito a mandar os arquivos. Ele enviou na semana passada e, identificado o IP, pedimos busca e apreensão no endereço”, afirmou o delegado da PF.

Segundo Almeida, havia ao menos dois anos que Preteenrio trocava arquivos desse tipo pelo aplicativo. O rapaz tinha passagem comprada para a manhã desta sexta-feira, com destino ao Rio, onde tem parentes.

O suspeito foi investigado pela PF em 2010, a partir de informações do FBI, a agência de investigação americana. O rapaz foi indiciado por divulgar imagens de pornografia infantil e ter posse do material, além de porte de drogas, pois no quarto dele também foi apreendida porção de maconha. O rapaz foi levado para o 2.º DP de Campinas.

## Homem é preso no RS por gravar abusos de crianças

Um homem de 35 anos foi preso em flagrante pela Polícia Federal do Rio Grande do Sul, no bairro Floresta, em Porto Alegre, por posse de imagens de pornografia envolvendo menores de idade, além de porte irregular de arma.

O preso será indiciado por produção de imagens de pornografia infantil e estupro de vulnerável, pois foram encontrados vídeos nos quais o próprio investigado aparece abusando de menores de idade. Com ele foram apreendidas duas câmeras, sete fitas de vídeo, dois notebooks, dez disquetes, pen drive e revólver calibre 38 sem registro nem munições.

# O ESTADO DE S. PAULO

## Justiça abre processo contra Dr. Hélio

O juiz da 1.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública de Campinas, Mauro Fukumoto, aceitou denúncia apresentada pelo Ministério Público e abriu, na quinta-feira, processo para investigar o ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT), o Dr. Hélio, e sua mulher e ex-chefe de gabinete, Rosely Nassim Santos, por suposto crime de improbidade administrativa.

A Promotoria da Cidadania apontou à Justiça que Dr. Hélio não declarou propriedade de duas empresas rurais ativas, uma localizada em Sousas, distrito de Campinas, e outra em Mogi Mirim, também na região. De acordo com informações da Receita Federal, uma das empresas seria de criação de gado de corte e a outra, do ramo agrícola. As propriedades são usadas para lazer pela família do ex-prefeito. Os promotores apontam que por terem CNPJ e por haver criação de animais as empresas deveriam ter sido declaradas.

O advogado Alberto Rollo, da equipe de defesa de Dr. Hélio, disse que as propriedades estão na declaração de bens do ex-prefeito e recolhem os impostos rurais devidamente. "Isso (o processo) é uma grande bobagem, porque foram comprados dois imóveis rurais, fizeram parte da declaração de Imposto de Renda. Foi constituído CNPJ, que é só um rótulo sobre a propriedade, mas não muda seu valor", afirmou Rollo. "Além disso a compra dos imóveis também foi declarada à Justiça Eleitoral e não tem nada escondido."

A ex-primeira-dama Rosely consta da ação porque não teria, segundo a promotoria, declarado propriedade da Solução Transporte e Logística enquanto ocupou cargo público. Rosely é acusada, em processo paralelo, dos supostos crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva e fraudes em licitações e apontada pelo Ministério Público como centro de suposta organização criminosa que teria desviado recursos da Sanasa, a empresa de saneamento de Campinas.

24 SET 2011

24 SET 2011

# O ESTADO DE S. PAULO

## Ministério Público

### abre inquérito para

### investigar emendas

### da Assembleia de SP

O Ministério Público do Estado vai rastrear todas as emendas parlamentares na Assembleia Legislativa de São Paulo que foram efetivamente executadas. É o primeiro passo da investigação sobre denúncias do deputado Roque Barbieri (PTB) que, em depoimento gravado e filmado, afirmou que entre 25% e 30% de seus colegas vendem emendas para prefeitos. Barbieri será chamado para apontar nomes.

O promotor de Justiça Carlos Cardoso, que assumiu o comando da apuração, informou que sua estratégia consiste inicialmente no encaminhamento de ofício ao Palácio dos Bandeirantes para definir qual é a secretaria de Estado que recebe e dá curso às indicações das emendas. "Quero saber a relação das emendas que foram cumpridas orçamentariamente, só preciso estabelecer o período", declarou Cardoso que, nesta segunda-feira, vai abrir inquérito civil.

"O inquérito tem a finalidade, no caso concreto, de apurar eventuais atos de improbidade administrativa", anotou o promotor. Ele também vai requerer à presidência da Assembleia processos de elaboração das emendas. "A denúncia do deputado dá conta de que uma parcela da Assembleia se utiliza das emendas para enriquecimento ilícito. O inquérito existe para apurar se esses fatos aconteceram, quando, como e quem são os responsáveis por eles", afirmou.

#### CARLOS CARDOSO PROMOTOR DE JUSTIÇA

"A denúncia do deputado (Barbieri) dá conta de que uma parcela da Assembleia se utiliza das emendas para enriquecimento ilícito. O inquérito existe para apurar se esses fatos aconteceram, quando, como e quem são os responsáveis por eles".

Com 22 anos e meio de experiência, período em que atuou em diversas áreas da promotoria, Cardoso sabe que esta é uma investigação complexa. "É abrangente, mas poderá ser facilitada se o deputado (Barbieri) colaborar com o Ministério Público. Se colaborar aceleramos a investigação. Se não colaborar, vai dificultar, mas a investigação vai prosseguir da mesma forma."

**A vontade.** Ele planeja deixar o petebista "à vontade", quando convidá-lo a depor formalmente - como deputado, Barbieri tem prerrogativa de marcar dia e hora para a audiência. "Pretendo garantir ao deputado o sigilo das informações que eventualmente revelar para identificar colegas dele envolvidos", observou o promotor. "Não é a figura da delação premiada porque não é ele que está sob investigação. A delação é benefício legal concedido ao autor de um crime que se dispõe a colaborar. Não é o caso dele (Barbieri). Neste caso, é ele

quem atribui a prática de corrupção a outros parlamentares."

O promotor vai requisitar cópia do vídeo da entrevista que Barbieri concedeu ao programa "Questão de Opinião", conduzido pelo professor e apresentador Arthur Leandro Lopes, de Araçatuba (SP). "O vídeo será encaminhado à Polícia Científica para elaboração de laudo atestando sua autenticidade. É prova que amanhã poderá ser eventualmente contestada, por isso preciso me certificar."

**Dedo duro.** Barbieri deu entrevista de 40 minutos em 10 de agosto. Ele afirmou que "tem bastante" deputado que vende emendas, trabalha para empreiteiras e faz lobby com prefeituras. Não citou nomes, sob alegação de que "não é dedo duro". "Não é a maioria, mas tem um belo de um grupo que vive e sobrevive e enriquece fazendo isso", declarou.

O promotor explicou que se o inquérito civil reunir provas que confirmem o relato de Barbieri, o Ministério Público vai propor ação civil "contra prefeitos, empresas, deputados estaduais e demais autoridades envolvidas na prática de atos de improbidade". Na ação, será pedida aplicação de sanções como reparação integral de prejuízos ao erário, perda do mandato e ou do cargo público, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos, multa de até 3 vezes o valor do dano. Cardoso diz que envolvidos poderão ser alvo de inquérito policial e responsabilizados criminalmente:



24 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO Justiça Federal abre ação criminal contra Edir Macedo

Líder da Igreja Universal e outros 3 dirigentes são acusados de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e formação de quadrilha.

A Justiça Federal em São Paulo abriu ação criminal contra o bispo Edir Macedo, líder mundial da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), por lavagem de dinheiro, evasão de divisas e formação de quadrilha. Além de Macedo, serão processados outros três dirigentes da igreja – a diretora financeira Alba Maria Silva da Costa, o bispo e ex-deputado federal João Batista Ramos da Silva e o bispo Paulo Roberto Gomes da Conceição. A Justiça decretou sigilo dos documentos do processo.

A Procuradoria da República, ao apresentar denúncia contra Macedo e seus aliados, pretendia também processá-los por outros dois crimes, estelionato e falsidade ideológica. Mas a Justiça rejeitou essa parte da acusação. A procuradoria vai recorrer porque está convencida de que a conduta dos bispos da Universal se enquadra na forma de organização criminosa, conforme previsto na Convenção de Palermo, ratificada pelo Brasil em 2004.

Segundo a denúncia, subscrita pelo procurador Sílvio Luís Martins de Oliveira, Macedo e seus próximos montaram uma quadrilha para lavar dinheiro da Iurd, remetido ilegalmente do Brasil para os Estados Unidos por meio de uma casa de câmbio paulista, entre 1999 e 2005. O procurador sustenta que o dinheiro era obtido por meio de estelionato contra fiéis, iludidos com “oferecimento

de falsas promessas e ameaças de que o socorro espiritual e econômico somente alcançaria aqueles que se sacrificassem economicamente pela igreja”.

O estelionato contra os fiéis é o crime antecedente da lavagem de dinheiro que, segundo a procuradoria, ocorria por duas vias: remessas ao exterior pela Diskline Câmbio e operações comerciais e financeiras no Brasil usando a Cremo Empreendimentos Ltda como empresa de fachada.

“Agora eu vou saber os termos da acusação e vou poder apresentar defesa preliminar para mostrar as inconsistências da acusação, que não são poucas”, declarou o criminalista Antônio Sérgio de Moraes Pitombo, que defende a Universal.

Ele disse que não teve acesso à cópia da denúncia nem da decisão judicial pela abertura da ação penal. Para Pitombo, o recebimento parcial da denúncia “confirma que a acusação não tem nenhum cabimento”. O advogado ironizou. “Se o estelionato era o crime antecedente de lavagem e não foi reconhecido pela Justiça, vamos ver o que vai sobrar.”

Linha de Frente Walter Fanganiello Maierovitch

## O Judiciário de confiança abalada

**N**A SUA HISTÓRIA, O JUDICIÁRIO passou por momentos difíceis. Lembro da cassação, pela ditadura, dos íntegros ministros Victor Nunes Leal e Evandro Lins e Silva, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ambos tiveram recentemente a memória desrespeitada pelo ministro Eros Grau, que deu pela constitucionalidade da lei de autoanistia, esta elaborada pelo regime militar para encobrir arbitrariedades e garantir impunidade a autores e partícipes de assassinatos, torturas e terrorismo de Estado.

Na presente quadra, o Judiciário passa por outro tipo de dificuldade e decorre de um processo de perda de credibilidade pela população. Isso pela ausência de imparcialidade e pela falta de trato igualitário dos cidadãos perante a lei. De permeio, episódios desmoralizantes vieram a furo, como, por exemplo, a falsa comunicação de crime feita pelo ministro Gilmar Mendes: afirmava ser vítima de grampo e, com particular teatralidade, levantou suspeitas contra a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

O sentimento de descrédito teve início quando, em decisão monocrática a contrariar súmula do STF impeditiva de se pular o exame por instâncias inferiores, o ministro Mendes concedeu, sem consultar o Plenário e num diligenciar inusual, habeas corpus liberatório a Daniel Dantas. Pouco depois, tornava-se público o conteúdo de uma interceptação telefônica realizada com ordem judicial e a dar conta da preocupação de Dantas com os juízes de primeira instância, uma vez que, perante tribunais superiores, teria a impunidade garantida. Convém lembrar que a prisão cautelar de Dantas foi imposta por juiz federal de primeiro grau em face da Operação Satiagraha.

Por outro lado, não tardou para, em sede de habeas corpus, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por 3 votos contra 2, anular a Operação Satiagraha e a sentença condenatória de Daniel Dantas por consumada corrupção ativa. Para os ministros julgadores, exceção a Gilson Dipp e Laurita Vaz, a participação de agentes da Abin, órgão oficial e subordinado à Presidência da República, foi ilegal e contaminou toda a apuração. Em outras palavras, o acessório a caracterizar, no máximo, uma mera irregularidade, valeu mais do que a prova-provada da corrupção: Daniel Dantas, conforme uma enxurrada de provas e gravações feitas com o acompanhamento da equipe da Rede Globo, procurou, por interpostos agentes, corromper policiais em apurações na Satiagraha. Na casa de um dos enviados de Dantas, a Polícia Federal apreendeu 1,1 milhão de reais.

Outra decisão que abalou os pilares da credibilidade e da confiança popular no Judiciário consistiu na anula-

ção da Castelo de Areia, a envolver dirigentes da construtora Camargo Corrêa. Por 3 votos a favor dos acusados e 1 contrário, o STJ anulou todas as provas da operação. A tese é que as provas tinham origem em denúncia anônima. O voto vencido explicitou que investigações, e não a denúncia anônima, tinham motivado as interceptações. No mesmo sentido e anteriormente manifestara-se de forma unânime o Tribunal Regional Federal de São Paulo.

Quando ainda mal absorvidos pela sociedade civil os episódios acima mencionados, veio a furo outro caso de estupro. Esse a envolver como figura principal Fernando Sarney, filho do presidente do Senado. A 6ª Turma do STJ, sem que ministros convocados pedissem vista dos autos após o voto do relator, anularam a chamada Operação Boi Barrica.

Para a Turma, a decisão judicial que havia autorizado a quebra de sigilos não tinha sido suficientemente motivada. Isso tudo com desprezo ao relatório do Conselho de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda: o relatório indicava suspeita de lavagem de dinheiro por membros do clã Sarney e durante campanha eleitoral de Roseane ao governo do Maranhão.

Nesse caso, a verdade real foi desprezada por um garantismo baseado no subjetivismo da suficiência, e o inquérito acabou reduzido a pó. Como num passe de mágica, não existe mais nenhuma prova dos crimes de lavagem de dinheiro, desvio de dinheiro público e tráfico de influência.

De lembrar, logo no início das apurações da Boi Barrica, a concessão de liminar que proibiu o jornal *O Estado de São Paulo* de noticiar fatos em apuração e relacionados a Fernando Sarney. O desembargador censor foi posteriormente reconhecido como suspeito de parcialidade por vínculos com o senador Sarney.

Num pano rápido, em nome de um falso garantismo poderemos ter anulações a beneficiar o ex-governador José Roberto Arruda (Operação Caixa de Pandora), os envolvidos em desvios de recursos do Ministério do Turismo (Operação Voucher) e em superfaturamentos de obras do Ministério de Minas e Energias (Operação Navalha). No imaginário popular, ao que parece, a deusa grega da Justiça, Têmis, cedeu lugar ao deus romano Janus bifronte. Das suas duas caras, uma garantiria a saída pela porta da impunidade a poderosos e potentes. ●



Por aqui, a deusa grega da Justiça, Têmis, cedeu lugar ao deus romano Janus bifronte

25 SET 2011  
CARTA CAPITAL

**RETROCESSO**

## **A arrogância da corporação**

Na quarta-feira 28, o Supremo Tribunal Federal (STF) pode fulminar o poder do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de investigar e coibir irregularidades praticadas por juízes.

Há vários interesses da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em jogo.

Ela quer derrubar uma resolução do CNJ que regula e uniformiza os processos disciplinares contra os magistrados e, principalmente, amordaçar o poder da corregedoria daquele conselho, conduzida hoje pela combativa baiana Eliana Calmon, ministra do STJ.

O ministro Marco Aurélio Mello, crítico mordaz da atuação do CNJ, é o relator.

A corregedoria do CNJ pode perder a competência de investigar e punir juízes antes que eles sejam julgados pelas corregedorias dos tribunais locais, onde, em geral, impera o corporativismo.

Argumenta a AMB que o CNJ só pode avocar os processos já em curso pelas corregedorias dos tribunais de Justiça dos estados.

Dar esse poder aos tribunais é fortalecer o corporativismo. Essa praga toma conta da magistratura e compromete a imagem já tão controvertida da Justiça.

# 24 SET 2011

## GAZETA DO POVO

### GREVE

### Justiça decide que dentistas devem manter atendimento

O Tribunal de Justiça do Paraná determinou ontem que pelo menos um cirurgião dentista volte ao trabalho em cada uma das unidades de saúde de Curitiba. A decisão é do desembargador Luiz Mateus de Lima, que atendeu um pedido de liminar da Procuradoria Geral do Município. Os profissionais de odontologia estão em greve desde a última quinta-feira.

No despacho, o desembargador disse que a decisão foi tomada "para que não haja por demais prejuízo à população usuária". Lima ressaltou que, apesar da manutenção legítima do efetivo de funcionários no movimento grevista, "os órgãos responsáveis por serviços essenciais à população têm a obrigação de garantir pelo menos 30% da prestação da atividade". Os grevistas ainda podem recorrer da decisão.

A diretora-jurídica do Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba, Irene Rodrigues, disse que a determinação judicial será acatada. A categoria reivindica equiparação salarial com os vencimentos dos médicos do município.

24 SET 2011

# GAZETA DO POVO

## NOTA POLÍTICA

### **Estatizações**

O TJ do Paraná deve estatizar mais quatro varas judiciais até novembro. Em outubro, a medida atinge as varas cíveis de Peabiru, Terra Boa e Porecatu; e, no mês seguinte, o cartório cível de Jandaia do Sul. As estatizações cumprem uma determinação do Conselho Nacional de Justiça para que todos os cartórios judiciais sejam administrados pelo estado. Dos cerca de 400 cartórios judiciais do Paraná, cerca de 250 deverão ser estatizados nas varas de Família, Cível e Fazenda.

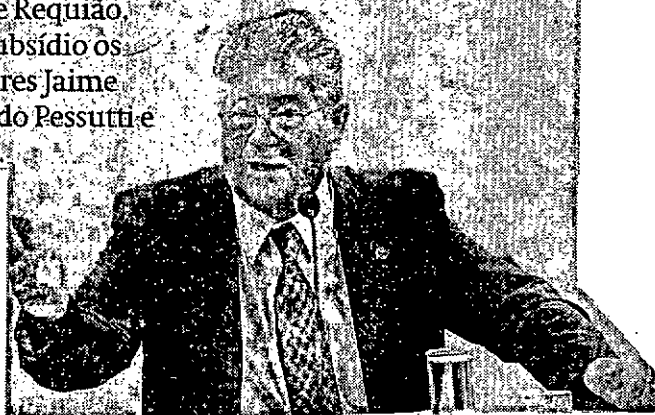
# 24 SET 2011

## GAZETA DO POVO

### NOTA POLÍTICA

#### APOSENTADORIA PARADA

O mandado de segurança do senador Roberto Requião (PMDB foto), para recuperar o direito de receber a aposentadoria de R\$ 24,1 mil como ex-governador, está parado há dois meses no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). O caso deverá ser julgado pelo órgão especial e tem como relator o desembargador Antonio Loyola-Vieira. Desde o dia 18 de julho, o processo está pronto para julgamento, segundo informações do site do TJ. Mas ainda não há previsão de quando ele poderá ser analisado. O governador Beto Richa (PSDB) anunciou o corte do benefício em março e em junho deixou de ser pago. Além de Requião, perderam o subsídio os ex-governadores Jaime Lerner, Orlando Pessutti e Mário Pereira.



# 24 SET 2011

## GAZETA DO POVO

### EXAME

### 15% passam na prova da OAB

O último exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou somente 15% dos inscritos. O índice foi melhor do que o anterior, quando 11% foram aprovados, segundo o secretário-geral da entidade, Marcos Vinícius Furtado Coelho.

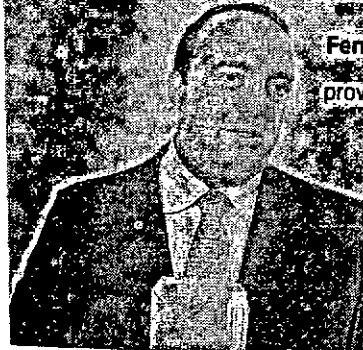
Dos 121,3 mil que fizeram a primeira fase da prova em julho deste ano, 21,8 mil passaram. Já na segunda fase, somente 18 mil foram aprovados. Entre os inscritos, há bacharéis em Direito e também alunos cursando o último ano de graduação.

O melhor desempenho no exame foi o da Universidade de São Paulo. De 39 inscritos, 27 foram aprovados (71%).

O Ministério Público Federal enviou ao Supremo Tribunal Federal, em julho deste ano, um parecer que defende a inconstitucionalidade da obrigatoriedade de aprovação no exame da OAB para advogar. Não há previsão de quando o caso entrará na pauta do Supremo.

### NOTA POLITICA

**"Esses episódios estão mal explicados e precisam ser esclarecidos. A sociedade paga a polícia para investigar e a Justiça para que não deixe criminosos impunes."**



Fernando Francischini, deputado federal (PSDB-PR), criticando a anulação das provas da Operação Fator, que investiga o empresário Fernando Sarney - filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) - acusado de tráfico de influência, lavagem de dinheiro e sonegação de impostos.

24 SET 2011

GAZETA DO POVO

# Brasil teve o maior partido nazista fora da Alemanha

Estima-se que existiram 2,9 mil filiados ao partido em 17 estados brasileiros, inclusive o Paraná

Pollianna Milan

Apesar de o Brasil não ter aderido ao nazismo — e lutar contra ele junto aos aliados na Segunda Grande Guerra —, um grupo de alemães que morava no país cultivou as ideologias propostas por Adólf Hitler. Essas pessoas ajudaram, inclusive, a colocar o Fúher no poder em 1933.

Calcula-se que chegaram a 2,9 mil os filiados ao Partido Nazista Brasileiro. Mesmo se tratando de um partido, ele não almejava nem concorrer a eleições nacionais, nem ser registrado na Justiça Eleitoral do Brasil. Por este motivo, o presidente Getúlio Vargas e os governadores locais não se importaram com sua fundação, pelo contrário, eram simpatizantes, até mesmo participaram de festividades nazistas. O partido existiu em 83 países, mas, no exterior, foi justamente no Brasil onde teve mais repercussão: “Sua expressividade foi maior, inclusive, do que em países como a Áustria e a Polônia, que estavam sob a tutela do 3.º Reich”, afirma a professora de História da Universidade Federal do ABC Ana Maria Dietrich.

## Fundação

Um documento mostra que foi em Santa Catarina, na cidade de Timbó, em 1928, que o partido foi fundado no país. O estado, porém, teve um número menor de filiados (528) do que São Paulo (785). No Paraná, o partido foi o quinto maior (com metade dos filiados em Curitiba). Segundo o Censo da época, havia 12 mil alemães natos no estado, dos quais menos de 2% eram filiados. “Os nazistas do Paraná, do ponto de vista institucional, não se reportavam diretamente à Alemanha. Acima estava o *Landesgruppe* (com sede em São Paulo) e este, por sua vez, se reportava à *Auslandsorganisation* (Organização do Partido Nazista para o Exterior), em Berlim”, explica o historiador Rafael Athaides, que acaba de lançar o livro *O partido nazista no Paraná* (Editora UEM, R\$ 50 com frete).

## Comunidade alemã

A explicação para o partido nazista ter sido bem sucedido por aqui está diretamente relacionada com a extensa comunidade alemã do Brasil — eram cerca de 230 mil — que migraram, sobretudo para São Paulo, na década de 1920, quando a Alemanha de Weimar estava em crise e havia a busca por melhora na vida econômica.

Assim como na Alemanha, o partido nazista brasileiro pregava a superioridade de certas raças, combatia o comunismo, fomentava o repatriamento de alemães (muitos retornaram, após receber um financiamento) e, graças ao partido, os alemães daqui também puderam votar em Hitler para assumir o poder na Alemanha em 1933. “O Fúher também financiou atividades nazistas nas empresas alemãs instaladas no país”, conta Ana.

No Paraná, segundo Athaides, a atuação do partido foi barulhenta. “Se fez sentir, sobretudo, nos indivíduos da comunidade germânica do estado. Os nazistas se sentiam no direito de se portar como administradores das entidades germânicas locais”, afirma. É claro que, para fazer parte do partido, era preciso ser alemão de nascimento (os descendentes não eram bem-vindos). Os partidários, de certa forma, também sabiam que o nazismo não era apenas uma reviravolta na economia alemã — que cresceu e quase zerou o desemprego —, mas, acima de tudo, era violento e exterminador.

**CONTINUA**



# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Amazônia seria alvo de alemães

Existem diversas especulações de que os nazistas pretendiam criar uma área alemã no Brasil, mas historiadores descartam a hipótese porque esta intenção política nunca foi documentada. Na verdade, segundo historiadores, isso não passa de confusão.

Primeiro porque existiu uma expedição de alemães, patrocinada por nazistas, de 1935 a 1937, à Amazônia. "Na verdade, estas expedições de reconhecimento de território eram comuns à época. A questão é que um dos integrantes morreu durante o caminho e o enterraram lá com uma cruz que existe até hoje", afirma a historiadora Ana Maria Dietrich. A cruz, que tem uma suástica, é explorada como atração turística no Amapá.

O historiador Rafael Athalides lembra que a ideia de que os nazistas "agiam sorrateiramente para conquistar o Sul do Brasil é uma falácia veiculada pela mídia durante a Segunda Guerra Mundial."

"Esse mito de 'perigo alemão' serviu durante o Estado Novo (1937-1945) por dois motivos", diz Athalides. Um deles, o projeto nacionalista varguista, que via nos alemães uma ameaça nacional; outra, a aproximação do Brasil com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra, que resultou em benefícios econômicos ao país, mas criou a necessidade de rompimento com a Alemanha.

### Atualidade

Outra confusão que costuma acontecer é associar as ações dos neonazistas (de hoje) com a comunidade alemã e o nazismo histórico. Athalides acredita que é pouco provável que exista qualquer ligação. "Basta fazermos um levantamento do perfil dos indivíduos presos por atividades neonazistas. Nenhum deles é descendente dos nazistas históricos", diz, antes de completar em seguida. "Os neonazis são, em geral, jovens, desprovidos de referencial identitário e que mantêm os signos do nazismo no mundo." (PM)

24 SET 2011

## O fim do partido

O Partido Nazista no Brasil foi proibido de funcionar pelo governo brasileiro em 1938, depois da decretação do Estado Novo, de Getúlio Vargas, que proibia a atividade político-partidária aos estrangeiros. "Por serem estrangeiros 'não aculturados', inúteis ao projeto homogeneizante de Vargas", explica o historiador Rafael Athalides. Também porque o Brasil precisava demonstrar neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial. Após a proibição, muitos foram perseguidos e alguns presos por práticas desrespeitosas à condição diplomática do país. Parte deles respondeu a processos no tribunal de Segurança Nacional.

4,5 mil

alemães podem ter se filiado ao partido, segundo outras fontes. O dado mais aceito é de que foram 2,9 mil, especificamente em 1937. As filiais do partido no Paraná ficaram em Curitiba, Ponta Grossa, Castro, Cruz Machado, Rio Negro, Londrina, Irati, Rolândia, Paranaguá e União da Vitória.

785

era o número de alemães filiados ao Partido Nazista Brasileiro de São Paulo. Em Santa Catarina foram 528, no Rio de Janeiro 447, no Rio Grande do Sul 439 e no Paraná 192. O partido atuou em 17 estados do país.

# GAZETA DO POVO

## TÍTULO ELEITORAL

### TRE vai abrir neste domingo para fazer o cadastramento

# 25 SET 2011

A Central de Atendimento ao Eleitor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) vai estar em plantão neste domingo, das 9 às 18 horas, para fazer o cadastramento biométrico dos eleitores de Curitiba. Este é o segundo domingo, desde que o TRE começou a recadastrar o eleitorado, que a central estará aberta. Até o fim do cadastramento, no início do ano que vem, o tribunal planeja abrir suas portas todos os últimos domingos do mês. O TRE já vem funcionando todos os sábados para receber os eleitores.

O cadastramento biométrico é obrigatório apenas para as pessoas — todas elas — que votam em Curitiba. O eleitor que não comparecer ao TRE-PR até janeiro terá o título cancelado e não poderá votar nas eleições municipais de 2012. O cadastramento biométrico permitirá o reconhecimento do eleitor por impressão digital e foto, dificultando as fraudes.

Durante o novo cadastro, o eleitor poderá regularizar possíveis pendências eleitorais, alterar local de votação e fazer retificações de seus dados. Os eleitores também podem evitar filas agendando o atendimento pela internet. Isso pode ser feito no site do TRE: [www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br).

### Recorde

O maior movimento já registrado na Central de Atendimento ao Eleitor — desde o início do cadastramento — ocorreu no dia da padroeira de Curitiba, feriado comemorado em 8 de setembro. Ao todo, 9.782 eleitores compareceram ao TRE-PR.

Cerca de 550 mil curitibanos, do 1,3 milhão de eleitores da capital paranaense, já fizeram o cadastramento.

### SERVIÇO

A Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba funciona na Rua João Parolin, nº 55, Prado Velho. Neste domingo, o horário de funcionamento será das 9 às 18 horas. Toda a relação de documentos que precisam ser levados estão no site [www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br) (clicar no ícone "Biometria"). Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (41) 3330-8674 e (41) 3330-8673.

# 25 SET 2011

## GAZETA DO POVO

### CELSONASCIMENTO

#### **Auxílio-livro 1**

Os 120 desembargadores e os 700 juizes do Parana contam agora com um beneficio que, até pouco tempo, só se encontrava no Maranhão: trata-se do "auxílio-livro", uma verba anual de R\$ 3 mil para cada magistrado comprar livros. A ideia ganhou o respaldo do Tribunal de Contas que, na quinta-feira, respondeu positivamente a uma consulta do presidente do TJ, desembargador Miguel Kfourri Neto, sobre a legalidade do auxílio.

#### **Auxílio-livro 2**

O Ministério Público de Contas foi voto vencido: cinco conselheiros votaram a favor; dentre estes, Ivan Bonilha, o único a fazer candente defesa oral do beneficio. Na semana anterior, o TJ anunciara o resultado de uma outra curiosa licitação: por R\$ 9 mil mensais, pagos a uma empresa especializada, os desembargadores contarão com o fornecimento de frutas de livre escolha em seus respectivos gabinetes. Uma espécie de "auxílio-fruta".

25 SET 2011

JUDICIÁRIO GAZETA DO POVO

# Dúvida marca 1.º ano da Lei da Ficha Limpa

STF ainda não decidiu se a legislação vai valer nas eleições de 2012, o que causa incerteza nos partidos

O Supremo Tribunal Federal está no aguardo da indicação, pela presidente Dilma Rousseff, do 11.º ministro do STF para decidir se a Lei da Ficha Limpa poderá ser aplicada integralmente nas eleições do ano que vem. A previsão do STF, porém, é de que o assunto seja analisado na segunda quinzena de outubro, a menos de um ano do pleito. A lei completará um ano na próxima quinta-feira, ainda sob a marca da incerteza sobre sua validade. Só após esse julgamento, os partidos terão segurança para definir os nomes nos quais apostarão nas eleições de 2012.

O presidente do STF, ministro Cezar Peluso, quer esperar a indicação do 11.º para pôr o assunto em pauta. A vaga está aberta desde agosto, com a aposentadoria de Ellen Gracie. Mas há sinalizações do Planalto de que a nomeação sairá logo.

Peluso quer evitar a situação ocorrida no ano passado, na votação da validade da Ficha Limpa para as eleições de 2010, que terminou em 5 a 5. O desempate veio só em março deste ano, com a nomeação de Luiz Fux para a vaga deixada por Eros Grau.

## Placar apertado

Nos bastidores do Supremo, espera-se que o julgamento da validade da Lei da Ficha Limpa terá um placar apertado. Mas a tendência seria de que a norma seja declarada constitucional. A expectativa é de que seis ministros votem pela validade da lei. Luiz Fux, Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e José Antônio Toffoli já deram declarações nesse sentido.

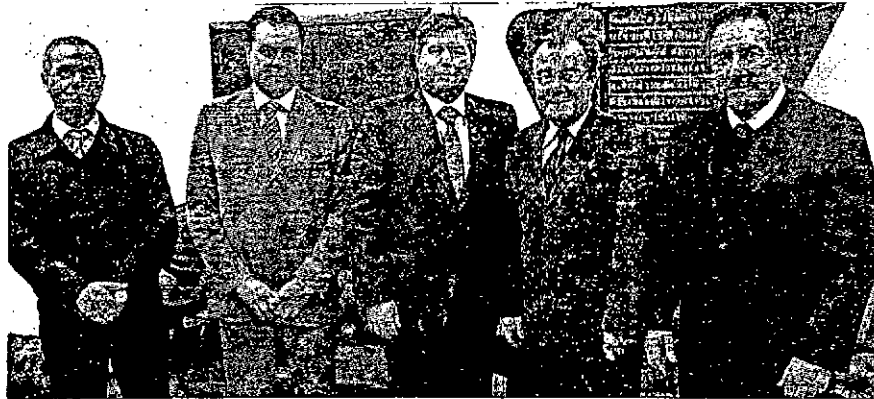
Na votação de março, os ministros decidiram apenas que a lei não poderia ser aplicada para as eleições de 2010, porque não foi aprovada um ano antes do pleito, como determina a Constituição. Nada declararam sobre a validade da norma para 2012. Essa decisão será tomada no julgamento de duas ações, propostas respectivamente pela OAB e pelo PPS.

As ações pedem que a lei seja declarada constitucional. Para tanto, o STF precisará examinar ponto a ponto. Uma das partes mais polêmicas é a que proíbe candidaturas de pessoas condenadas por órgãos judiciais colegiados, mas que ainda podem recorrer da decisão. Os detratores da lei afirmam que a Constituição garante que ninguém pode ser punido até haver um julgamento final.

# GAZETA DO POVO

JURIL CARNASCIALI

PRESTÍGIO DA OAB 25 SET 2011



O presidente da OAB/PR, José Lucio Glomb, e o vice-presidente do Conselho Federal, Alberto de Paula Machado, visitaram na última semana o Unicuritiba para divulgar a professores e alunos a 21ª Conferência Nacional dos Advogados, que acontece em Curitiba em novembro. O evento promete reunir mais de 8 mil pessoas, com cerca de 100 palestrantes, e já tem a confirmação de presença de sete ministros do STF e especialistas de todo o país. Cássio Marcelo Mochi, chefe do Departamento de Propedêutica do Unicuritiba (à esq.), José Mário Tafuri, coordenador do curso de Direito, e Adriano Rogério Goedert, pró-reitor acadêmico, receberam os visitantes ilustres Alberto Machado e José Lúcio Glomb.

## COLUNA DO LEITOR

### Esquecidos

O trabalho com as crianças, adolescentes e jovens no nosso estado vem sendo colocado em segundo plano (Gazeta, 23/9). A extinção da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude foi um marco lamentável. É óbvio que o governo do Paraná não deixou de dar atenção a eles com a extinção da secretaria, mas agora não há prioridade no atendimento. Uma secretaria garante uma opção especial e preferencial, e o planejamento para resolver essas situações não será remetido a outras secretarias do estado. É preciso voltar novamente o olhar a esses problemas que afetam e vão afetar ainda as crianças, os adolescentes e a juventude no nosso estado.

Anderson Ferreira da Silva, Pastoral da Juventude de Colombo – Pajupa

## COLUNA DO LEITOR

### Reajuste do Judiciário

O último reajuste salarial dos servidores do Judiciário federal ocorreu em 2006. Nesse período a realidade econômica brasileira sofreu alterações, e o custo de vida do brasileiro ficou mais alto. É justíssimo o pleito dessa classe trabalhadora.

Genesio Rederde, advogado e contador

# GAZETA DO POVO

# STF pressiona, mas Dilma barra reajuste

O custo do aumento para o Judiciário seria de R\$ 8,3 bilhões. Governo teme avalanche de reivindicações do funcionalismo

25 SET 2011



Cezar Peluso, do STF, ofício em tom de intimação para a presidente Dilma

Apesar de ter recebido um ofício em tom de intimação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, a presidente Dilma Rousseff decidiu que não vai refazer a proposta do orçamento do ano que vem para incluir o reajuste salarial do Judiciário. O governo já sabe, porém, que o Congresso está disposto a aprovar o aumento, o que faz a equipe econômica temer pelo pior: que o reajuste desate reivindicações em série por aumentos em setores do funcionalismo que têm salários bem menores, como militares, Receita e Polícia Federal.

O ofício de Peluso, encaminhado no último dia 15, pergunta se Dilma pretende incluir na proposta orçamentária para o próximo ano recursos para garantir os reajustes dos juizes e funcionários. Foi enviado um dia após a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, ter dito no Congresso que o governo não trabalha com a possibilidade de elevação das remunerações do Judiciário em 2012. O custo total do aumento do Judiciário é de R\$ 8,350 bilhões. Isso faria com que os salários dos ministros do STF saltassem de R\$

26.723,13 para R\$ 32 mil.

Depois de tirar do orçamento o aumento pedido pelos juizes, o máximo que o Planalto aceitou, quando o Supremo reclamou do corte, foi enviar a proposta de reajuste para a Comissão Mista do Congresso. "Mas a proposta orçamentária oficial, a que o governo enviou no dia 31 de agosto, não será mexida pelo Planalto", disse um assessor da Presidência.

Para os representantes dos magistrados e dos servidores do Judiciário e do Ministério Público, eles não estão pedindo um reajuste, mas apenas uma "recomposição monetária" de um segmento que não tem reajuste desde 2006 — o que não é verdade, pois entre janeiro de 2002 e dezembro do ano passado, os ministros do STF tiveram um aumento real de 34%.

"Temos que ter um juiz para resolver isso [liberação do aumento] e o parlamentar é que fará esse papel", disse o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Nelson Calandra. O coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e MPU no DF, Berilo José Leão Neto, disse que os parlamentares já estão "sensíveis" ao pedido

de "recomposição".

O grande temor do governo é de que o aceno do Congresso abra uma fila de categorias reivindicando o mesmo reajuste. Diante da defasagem dos salários médios comparados com os do Judiciário (R\$ 12 mil) e do Ministério Público (R\$ 20 mil), a expectativa é de que os militares, que recebem em média R\$ 4,8 mil, façam uma pressão enorme por reajuste. A mesma atitude deverá ser adotada pela Receita Federal e a Polícia Federal, que têm salários médios de R\$ 16,8 mil e R\$ 16,3 mil, respectivamente.

## Cinco anos de luta

**C**inco anos sem meu marido, cinco anos de luta, de sofrimento, de saudade e de dor. Cinco anos esperando e fazendo de tudo para que os responsáveis pela morte do Rolf sejam punidos. No dia 29 de setembro de 2006 meu marido, Rolf Gutjahr, estava entre as 154 vítimas da tragédia da Gol.

Os norte-americanos que pilotavam o Legacy, jato executivo que colidiu com o Boeing da Gol, Joseph Lepore e Jan Paul Paladino, cometeram uma série de erros que levaram ao acidente, fatal para os passageiros do avião da Gol. Os sete ocupantes do jato saíram ilêso, conseguindo fazer um pouso de emergência em uma base aérea próxima ao local da colisão.

Desde o acidente a minha vida mudou. Não tem um dia que eu não lembre do meu amado marido. Foi todo o amor que eu sentia e ainda sinto por ele que fez com que eu iniciasse essa luta incansável e constante por justiça.

Logo após o acidente começou a minha longa caminhada. Primeiro o sofrimento pós-tragédia. Aceitar que meu marido tinha falecido foi difícil. Antes de embarcar, Rolf falou com a nossa filha, que na época tinha 4 anos. Disse que estava voltando para casa para vê-la. Durante muito tempo ela pensou que o pai havia morrido por culpa dela.

Após cremar o que sobrou do corpo do Rolf, comecei a minha luta por justiça, que dura até hoje. A Associação de Familiares e Amigos das Vítimas foi criada. O Ministério Público Federal ofereceu a denúncia contra os pilotos norte-americanos e os controladores de voo. Depois disso o juiz resolveu separar os dois processos. Nesse meio tempo, minha luta também foi travada no processo dos pertences dos familiares, que foram claramente roubados durante o resgate dos corpos. Também foi travada no processo contra o

Brigadeiro Jorge Kersul Filho que, além de envolvido na polêmica dos pertences, entregou os equipamentos do Legacy para a empresa fabricante, mesmo quando a Justiça brasileira determinou que eles não deveriam ser entregues. Além disso, um dos tripulantes do jato falou muito mal do Brasil e dos brasileiros, o jornalista norte-americano Joe Sharkey, contra o qual travei mais uma batalha, para que ele se retrate perante toda a população.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) reconheceu em junho de 2011 a culpa dos norte-americanos. Também foram várias idas e vindas em um processo administrativo que parecia não ter fim. Eles nos prometeram uma punição severa aos culpados, porém, quando nos foi passada a decisão do órgão, deparamos somente com autuações aos pilotos e à ExcelAire, empresa dona do jato, e com um valor ridículo de multa de R\$ 3.500 a Lepore e Paladino e R\$ 7 mil à companhia aérea. Nós também estamos levando esse processo a instâncias superiores para que essa punição seja efetiva, com um valor de multa maior e com a suspensão do direito dos pilotos voarem no Brasil e para que a Anac sugira à FAA (órgão regulador da aviação nos Estados Unidos) que casse a licença dos dois.

Após a separação do processo em dois, um contra os pilotos norte-americanos e outro contra os controladores, nossa luta, minha e de todos os familiares das vítimas, intensificou-se para fazer justiça e punir os verdadeiros culpados pelo acidente, os pilotos Lepore e Paladino. Foram viagens, manifestações, audiências com testemunhas, audiências com os pilotos, arrastando o perigo eminente de o processo prescrever, idas e vindas da justiça brasileira. No último dia 26 de maio, quatro anos e meio após o acidente, o juiz federal Murilo Mendes, magistrado responsável

pelo caso, decretou a sentença. Os pilotos foram considerados culpados e condenados a quatro anos e quatro meses em regime semi-aberto com substituição de pena para serviços comunitários e suspensão do direito de exercer a profissão enquanto durar a pena. Ou seja, os dois mataram 154 pessoas e podem pagar certas básicas ou prestar serviços à comunidade em alguma instituição brasileira nos Estados Unidos. Isso não é justiça. Eles mataram pessoas, eles não picharam muros.

Cinco anos depois do acidente o processo está caminhando para julgamento na segunda instância. Nós, da Associação, juntamente com o Ministério Público Federal, recorreremos da pena, o que levou o processo ao Tribunal Regional Federal, em Brasília. Aguardamos ansiosos por justiça.

**Rosane Gutjahr, diretora da Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Voo 1907**

26 SET 20 1

# GAZETA DO POVO

PAULO SERGIO MARKOWICZ DE LIMA

## O motorista embriagado livrou-se do júri

**A comunidade deve julgar o homicídio doloso no trânsito, que afeta sobremaneira o equilíbrio da convivência social**

**E**m decisão recente, o Supremo Tribunal Federal determinou que o motorista que se embriaga, dirige em alta velocidade na via pública e mata uma pessoa só deve responder por homicídio culposo. É correta a afirmação? A resposta é negativa. No caso julgado por uma turma da corte superior, veredicto isolado e que não vincula outros juízos, revogou-se decisão que mandou um motorista a júri pela morte de uma pedestre. Para o STF, o condutor do carro não podia ser levado a júri porque sua conduta imprudente residiu apenas no fato de dirigir alcoolizado, sem que fosse comprovada a alta velocidade. Além disso, a embriaguez somente não caracterizaria a assunção do risco de matar e não havia provas que o motorista se embriagou com prévia intenção homicida.

A notícia do julgamento repercutiu de maneira equivocada na opinião pública: agora só vai a júri o motorista que se embriaga para matar alguém. O condutor de veículo que deve ser julgado pelo júri, sem purismo jurídico, é o irresponsável qualificado.

Explicamos melhor. Se o condutor do veículo causar uma colisão com morte e sua imprudência consistiu apenas na alta velocidade, responderá por homicídio culposo, com pena que varia de 2 a 4 anos, conforme o Código de Trânsito. Já o irresponsável qualificado é aquele que, além de beber e ser alertado pelos amigos de noitada que não está em condições de dirigir, pega o carro, imprime alta velocidade e mata uma ou mais pessoas. Salvo ser um louco de pedra, ele não se embriagou com o propósito de matar quem lhe aparecesse pela frente, mas é intuitivo a qualquer um o risco de dano que gera a direção em alta velocidade e sob efeito do álcool.

Assim — valendo-se de denominações jocosas apenas para facilitar o entendimento —, se Totó age com imprudência, como furar um sinal e causar a morte de um pedestre, colocará em risco a convivência harmônica garantida pelas regras de circulação, mas proporcionalmente ao grau de

reprovabilidade social da conduta, deve sofrer uma punição de média gravidade. Agora, se Pudim bebe além da conta, corre tresloucamente pelas vias públicas e mata alguém, abala de modo absurdo o equilíbrio de convivência social, pelo que deve ser julgado pela comunidade e se sujeitar a uma punição mais grave.

Seria indevido privilégio, afora os nefastos efeitos sociais, tratar Pudim igual a Totó. O Supremo julgou um caso semelhante ao de Totó, que obviamente não pode servir de referência para situações iguais ao do condutor Pudim. O homicídio no trânsito por dolo eventual interessa a todos, sem distinção, pois se trata de um crime que qualquer um está sujeito a ser vítima. Diz-se isso porque basta circularmos na rua, não precisamos estar num lugar ermo, nas proximidades de um bar cheio, no meio de uma confusão entre torcidas organizadas de futebol etc.

Dessa forma, tal crime deve ser discutido no tribunal do júri, espaço da democracia direta no qual a própria comunidade julga, sem necessidade de representantes. Interessa-nos que o júri delibere sobre essa ação criminosa, pois: importa ao pai da família que quer chegar com segurança à sua casa após o trabalho noturno; é do interesse da aluna que cruza ruas até o ponto do ônibus para ir cedo à escola; interessa ao empresário que pega a rodovia na noite avançada para se dirigir até sua casa, bem como é da conta da devota que vai cedo à missa no domingo.

Portanto, desde o cidadão mais humilde, temos o direito de julgar no júri esse irresponsável qualificado. Alerta-se que ninguém está a propor uma caça às bruxas, pois em caso de condenação no júri por homicídio doloso no trânsito, em quase todas as hipóteses, a pena final não passará muito dos seis anos, sem contar que, numa estimativa confiável, ocorre uma condenação a cada quatro júris. O fato é que a comunidade deve julgar o homicídio doloso no trânsito, que afeta sobremaneira o equilíbrio da convivência social. Essa voz do júri não pode ser calada pelos tecnicistas jurídicos de plantão, caso contrário, o homicida do volante continuará à espreita de todos.

**Paulo Sergio Markowicz de Lima** é promotor de Justiça do Centro de Apoio das Promotorias Criminais, do Júri e de Execuções Penais do MP-PR.



26 SET 2011

# GAZETA DO POVO

GEROLDO AUGUSTO HAUER

## Processos judiciais digitalizados

**E**stá ocorrendo uma ansiedade nas esferas do Poder Judiciário para implantar a digitalização dos autos de processos. Para quem não milita na vida forense, pode até ser curioso o abandono de multisseculares processos retratados em folhas de papel.

A informática mudou o mundo. Mas assim o fez paulatinamente, cumprindo avanços em conformidade com a capacidade evolutiva da mente humana. Há trinta anos, tínhamos tão somente o sistema de armazenamento de decisões dos Tribunais Superiores no sistema de processamento de dados do Senado Federal, o Prodasen. No Japão e nos Estados Unidos já se iniciava o enlace entre Cortes e escritórios de advogados, mas apenas para consulta dos arquivos de julgados (que formam a jurisprudência). Naquela década, em contato que tive com a cúpula do Judiciário no Paraná, testemunhei o fato de não existir estrutura, nem verbas, para iniciar uma formação de rede de informações, ainda que fosse para permitir minimamente contatos entre os cartórios das comarcas com o Tribunal de Justiça.

As coisas aconteceram lentamente, dando segurança ao que criado foi. Os computadores armazenando silenciosamente despachos e sentenças, resumos de audiências. Depois, a intercomunicação, a possibilidade de consulta a distância para saber-se do andamento do procedimento.

Na sequência foi editada lei federal que "admite" a formação de processos eletrônicos. Embora a lei (11.419 federal) date de 2006, repentinamente estamos assistindo euforia e vertigem para a implantação da digitalização. Note-se que passado um lustro, a regulamentação em cada âmbito de competência ainda não foi

completada, isto é, no sentido de um entrosamento nacional, de uma unificação de tratamento. Essa diversificação parcial traz consequências graves para os figurantes envolvidos.

Vamos chegar lá, sem dúvida alguma. Não importa que haja delonga de outros quantos semestres. A criação de novas varas para processos totalmente digitalizados mostra o interesse em inovar. Mas, até onde é possível? A própria lei "admite" o conteúdo digitalizado em qualquer ramo processual — civil, penal, trabalhista, juizado especial. Existem magistrados que determinam que sejam copiadas em papel peças dos autos digitalizados para facilitar confrontação na aplicação da melhor justiça. E o fazem com base no diploma legal. De outro lado, quando o meio eletrônico for tecnicamente inviável para transmissão de algum tipo de documentos ou "devido ao grande volume" (Art. 11 parágrafo 5º. da lei), serão eles apresentados na forma tradicional em papel.

Informações chegadas registram que para a Alemanha e outros países europeus, a digitalização de interesse judicial está sendo discutida por uma comissão que deverá manifestar suas conclusões em novembro próximo. Funcionam na comunidade as trocas de informações exemplificadas pela legislação estadual e federal, banco de dados, banco de tradutores, portal do registro geral dos estados, registro de insolventes, direito comparado, registro imobiliário, registro dos serviços jurídicos. A digitalização também é aplicada a processos não judiciais (presume-se arbitragem), calendário de leis judiciais e seus resultados, e lista de terroristas, dentre outros. Vejamos como a comissão europeia de estudos concluirá seus trabalhos.

Não basta o Brasil se situar na vanguarda do continente. É imprescindível cautela na transição do papel para o sinal eletrônico, para evitar erros de sistematização que conduzam a julgamentos equivocados, causando ainda maior número de recursos e consequentes demoras, do que os em uso há 500 anos.

(Geroldo Augusto Hauer - G A Hauer

Advogados Associados, sócio fundador-geroldo@gahauer.com.br)

# MP quer barrar

# reajuste

26 SET 2011

# para idoso

# em todo o PR

**“Acabamos de enviar o processo para o Centro de Apoio Operacional das Defensorias do Consumidor justamente para que haja o encaminhamento para todas as comarcas no Paraná. A proposta também será apresentada e oferecida às promotorias de outros estados.”**

Miguel Jorge Sogaiar, promotor de Justiça do MP de Londrina.

Estatuto do Idoso já proíbe aumento por motivos de idade para contratos feitos desde 1999, mas promotores pretendem ampliar a restrição

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) estuda a instauração de uma ação civil pública de âmbito estadual para proibir as operadoras de planos de saúde que atuam no Paraná de aplicarem reajuste de mensalidade em função da mudança de faixa etária para usuários com 60 anos ou mais, independentemente da data de contratação do plano.

Uma ação semelhante, proposta pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor e do Idoso de Londrina, impede liminarmente que a Unimed de Londrina e a Sociedade Evangé-

lica Beneficente de Londrina apliquem esse tipo de reajuste, sob pena de multa de R\$ 500 por dia. A ação tem como base o Estatuto do Idoso, que considera esse tipo de prática discriminatória e abusiva.

“A ação foi proposta após cerca de cem denúncias de usuários que tiveram as mensalidades reajustadas. A decisão foi relatada pela juíza da 7.ª Vara Cível por uma liminar e tem vigência imediata”, explica o promotor de Justiça Miguel Jorge Sogaiar, do MP de Londrina. Segundo ele, o caso foi encaminhado para o MP-PR, que vai propor uma ação com vigência em todo o estado.

Na ação de Londrina, ainda não há decisão sobre eventual reembolso por pagamentos já efetuados pelos consumidores idosos. Essa questão será apreciada durante o julgamento do mérito do processo.

Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), os planos já são impedidos de rea-

justar as mensalidades em função da idade a partir do momento em que o usuário completa 59 anos de idade. A regra, entretanto, vale apenas para os planos firmados a partir de 1999. Para os chamados “planos antigos”, vale a previsão contratual. A liminar, entretanto, abrange todos os planos, independentemente da data em que foram contratados.

A Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), que representa as operadoras de planos de saúde, disse que não comenta decisões judiciais. “Se foi decidido pela Justiça, tem de ser cumprido”, limitou-se a comentar a entidade, através de sua assessoria de imprensa.

**CONTINUA**

**26 SET 2011**

# **GAZETA DO POVO**

## **CONTINUAÇÃO**

Por meio de nota, a Unimed Londrina afirma que sempre atendeu as regras do setor. "A partir da vigência do Estatuto do Idoso [janeiro de 2004] todos os contratos celebrados desde então atendem as recomendações de tudo quanto no referido Estatuto se contém e determina", diz a nota. A operadora também afirma que ainda não recebeu nenhuma intimação oficial referente à liminar, desconhecendo seu conteúdo. Nenhum representante da Sociedade Evangélica Beneficente de Londrina foi localizado para se manifestar sobre o assunto.

# GAZETA DO POVO

## NOTAS POLÍTICAS

### 26 SET 2011

#### PINGA-FOGO

"Todo mundo que assistiu pela TV Justiça teve a oportunidade de ver o Lewandowski dançando na boquinha da garrafa e o Marco Aurélio se esforçando para segurar o tchan."

Demóstenes Torres, senador (DEM-GO), ridicularizando a votação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da legalidade da criação do PSD.



#### Última hora

A procura pelo recadastramento biométrico no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) no último final de semana foi a mais baixa desde que foi iniciado o sistema de plantões. Ao total, 6.916 eleitores se recadastraram nos dois dias, contra 8 mil que buscaram o TRE na última vez que o tribunal fez plantão no domingo. Pelo menos 172 mil eleitores de Curitiba, nascidos nos meses de janeiro, fevereiro e março, ainda não procuraram o TRE — o que deve acontecer até 31 de outubro para que o título não seja cancelado. Para fazer o agendamento, basta acessar o endereço [www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br).

#### GAFANHOTOS

Causou curiosidade e temor em alguns políticos a notícia de que o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu ação penal contra o deputado federal Hidekazu Takayama (PSC-PR, foto) por suposto envolvimento no esquema de desvio de dinheiro na Assembleia Legislativa do Paraná — escândalo que ficou conhecido como gafanhoto.

Políticos paranaenses que estão sendo investigados pela Polícia Federal (PF) dispararam telefonemas para saber do teor da decisão do Supremo e sobre eventuais desdobramentos.



# 26 SET 2011

## GAZETA DO POVO

### COLUNA DOS LEITORES

#### **Reajuste do Judiciário 1**

Ora, não há nem o que se discutir. O reajuste para o Judiciário está previsto na Constituição e só alcançou esse patamar que parece elevado em razão de que o governo não cumpriu seu dever, anualmente e de forma organizada. O último plano de reajuste foi aprovado em 2006 e referia-se aos anos de 2000/2005, portanto o Judiciário já se encontra com seus salários defasados há seis anos. Sempre digo que cada um deveria se preocupar em melhorar seu nível salarial e não em rebaixar os dos demais.

**Luciano Roberto Bearz**

#### **Reajuste do Judiciário 2**

A reposição salarial, e não reajuste, é mais do que merecida, pois o último plano de cargos e salários, aprovado em 2006, tratou de repor perdas inflacionárias de anos anteriores e foi implantado de forma parcelada, até 2008. Por isso, já em 2008, quando a última parcela estava sendo implementada, a categoria já sofria perdas inflacionárias, quanto mais agora, em 2011, com possível reajuste para apenas 2012. São seis anos sem reposição nenhuma.

**Volmir Zanini**

#### **Multas da Urbs 1**

Embora algumas pessoas discordem da decisão do TJ-PR, sob a argumentação da prevalência da ordem pública, é importante lembrar que por trás de todo esse embate público há uma indústria da multa, sedenta por dinheiro oriundo de infrações de trânsito dos cidadãos. Além disso, uma pessoa jurídica de direito privado não tem legitimidade para exercer o poder de polícia, como no caso da Urbs. Por isso, concordo com a decisão dos eméritos julgadores.

**Fernando Muchau**

#### **Multas da Urbs 2**

Se a Urbs, por ser uma sociedade de economia mista, não tem o poder de polícia e não pode fiscalizar o trânsito, por que não a transformam em uma empresa pública, legalizando a sua atuação como órgão fiscalizador? O que motiva essa inércia ou negligência? A quem interessa essa ilegalidade?

**João F. de Freitas Filho**

# 26 SET 2011

## GAZETA DO POVO

### SENADO

#### Projeto limita benefícios a condenados

Um projeto de lei do senador Reditário Cassol (PP-RO) pretende restringir benefícios concedidos a condenados a penas privativas de liberdade. As informações são da Agência Câmara. A proposta determina o fim de "de benesses e prêmios" contidos na legislação penal, como o aumento dos prazos para a progressão de regime; o fim da remição da pena pelo trabalho ou pelo estudo; a perda do direito de saída temporária para os condenados a crimes hediondos ou equiparados; o aumento do prazo de validade da condenação penal para efeito de reincidência (de cinco para dez anos); e aumento dos prazos para obtenção do livramento condicional.

Segundo o senador, há "tantos benefícios" na legislação penal brasileira, que os criminosos, quando cumprem a pena e são libertados, "em dois ou três dias acabam voltando para não perder as mordomias da cadeia", diz.

### ACUSAÇÃO

#### Psicólogos denunciam maus-tratos

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) vai entregar hoje à representante do Brasil no Subcomitê para Prevenção da Tortura da ONU, Margarida Pressburg, um relatório contendo 59 denúncias de maus-tratos a pacientes de centros terapêuticos para tratamento de transtornos psiquiátricos e dependência química. Há casos de agressão física, tortura psicológica, cárcere privado, privação de alimentos, falta de higiene e de pacientes mantidos sem roupas, entre outras supostas violações aos direitos humanos.

De acordo com o presidente do CFP, Humberto Verona, muitos centros têm cunho religioso e são usados, principalmente por evangélicos, para a doutrinação dos pacientes, e não para o tratamento adequado.

# FOLHA DE S. PAULO

## Processo civil e seu código

**WALTER CENEVIVA**

112 leis modificaram a  
legislação processual civil,  
transformada, por isso, em  
uma colcha de retalhos

24 SET 2011

**PRECISORETOMAR** os assuntos relativos ao processo civil, ainda que com o risco de alguma repetição.

Milhões de brasileiros se embarracaram nas tramas dos processos, muitas vezes sem compreender por que uma questão processual impede o resultado favorável que buscaram. O que é grave, principalmente porque um dos anseios básicos da cidadania, com vistas à realização da justiça oficial, consiste na solução rápida, equitativa e justa, assegurada às partes, compensando eventuais desequilíbrios entre elas.

Há mais uma dificuldade: desde que se iniciou a discussão sobre o texto do novo Código de Processo Civil, para substituir o de 1973, muitas leis foram editadas com emendas da codificação vigente.

Contei o número de leis que alteraram o Código desde que foi publicado. Se acertei na contagem, 112 leis modificaram a legislação processual civil, transformada, por isso mesmo, em uma colcha de retalhos de centenas de artigos, nem sempre compatíveis.

A lei processual deve permitir o desenvolvimento qualificado das questões postas em juízo, no drama do fazer justiça. Pensado em termos planetários, o fazer a justiça oficial distingue o sistema da "common law", da lei não escrita, mas definida pela jurisprudência e da "civil law" ou "roman law", suportado sobre a lei escrita.

Nos últimos decênios, os dois modelos parecem tendentes a recolher, cada um deles, elementos próprios no outro, o que facilita alguma con-

fusão, também vista em nosso país.

Duas regras básicas definem a situação no Brasil: desde 1988, se mantém o monopólio da justiça oficial confiada ao Poder Judiciário. Pelo artigo 102, o Supremo Tribunal Federal é guarda da Constituição. Está no art. 5º, inciso XXXV, que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão". Assim, no sistema nacional, a interpretação da lei pelo juiz é o veículo apropriado para sua aplicação, proibido o magistrado de se escusar do pronunciamento pedido pelas partes, sob alegação de que a lei é obscura ou omissa. A Constituição permitiu, porém, que o Judiciário, ao julgar um mandado de injunção, preencha o vazio da lei, sempre que a falta desta inviabilize direitos e liberdades constitucionais (mesmo artigo 5º, inciso LXXI). A permissão foi praticamente inútil, pois o mandado de injunção teve aplicação muito rarefeita.

Pensando na evolução das regras processuais nos últimos anos, o projeto em andamento compõe atualização harmoniosa, carecendo de poucas mudanças. Ainda preocupa, para ficar num exemplo, o tratamento muito favorecido de prazos e intimações dos advogados da Fazenda Pública ou de órgãos públicos. Não há equilíbrio entre as garantias dos credores públicos, sempre muito favorecidos, e dos credores privados.

É bem mais fácil teorizar a respeito do que redigir normas que satisfaçam os ponderáveis ideais da doutrina. Por isso, todos os segmentos envolvidos devem propiciar ao Congresso os dados de sua própria experiência. Assim cumprirão o dever de, ao mesmo tempo, espelhar a visão da sociedade depois dos quase 38 anos de experiência e ilustrarem os efeitos das mudanças a serem introduzidas. Se demorar muito, o número de leis que continuam sendo modificadas passará de 150!

24 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

# Mais um juiz federal decide contra IPI já

Pela 2ª vez, Justiça adia por 90 dias o início da vigência da cobrança do imposto maior sobre carros importados

**Diferença em relação à primeira liminar, do Espírito Santo, é que a decisão de ontem tem abrangência nacional**

Pela segunda vez, a Justiça Federal adiou, pelo prazo de 90 dias, o aumento da alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre a importação de carros.

Uma liminar foi obtida por uma importadora de veículos localizada em Ribeirão Preto (313 km de São Paulo).

A primeira liminar nesse sentido foi concedida pela Justiça Federal no Espírito Santo e beneficiou a empresa Venko Motors do Brasil, importadora de veículos da montadora chinesa Chery.

A decisão da 5ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal beneficia a empresa Zona Sul Motors, que ingressou com a ação contra a União por causa do aumento do tributo publicado no dia 16 deste mês. Cabe recurso.

De acordo com Brenno Floriano, gerente do grupo responsável pela Zona Sul Motors, a empresa tem atualmente 15 veículos em portos aguardando desembarço aduaneiro.

São carros de luxo de modelos como Cadillac, Rolls Royce e Mustang, entre outros. Ao contrário do caso do Espírito Santo, a empresa trabalha com veículos de várias empresas.

Segundo Floriano, as três importadoras do grupo entram com ações idênticas — a

decisão de ontem beneficia apenas a Zona Sul Motors, mas abre brecha para um resultado igualmente favorável para as demais.

Ele disse que, somente na frota que aguarda o encerramento do processo de importação, o aumento do IPI representaria um acréscimo de R\$ 900 mil.

O juiz federal José Márcio da Silveira e Silva, que assinou a liminar de ontem, aceitou o argumento do princípio da "anterioridade nonagesimal".

O princípio, baseado na Constituição, diz que a variação de alguns impostos, como o IPI, pode vigorar 90 dias somente após a publicação de lei ou decreto que o estabelece.

Na decisão, o juiz afirma que a cobrança imediata da nova alíquota do IPI é "completamente descabida" do ponto de vista jurídico.

## DIFERENÇA

O advogado da Zona Sul Motors, Erico Martins, afirmou que a diferença entre a decisão de Ribeirão Preto e a do Espírito Santo é que a liminar de ontem tem abrangência nacional.

Com ela, é possível para a empresa efetuar os procedimentos aduaneiros sem aumento do IPI em todos os portos do país.

A elevação do tributo foi anunciada pelo governo federal no dia 15 e publicada no dia seguinte.

A alta foi de 30 pontos percentuais nas alíquotas de carros e caminhões que tenham menos de 65% de componentes nacionais.

Antes, o IPI sobre os importados variava de 7% a 25% e, depois da medida, passou para a faixa de 37% a 55%.

## OUTRO LADO

Com a medida, a equipe econômica da presidente Dilma Rousseff afirmou pretender preservar os empregos da indústria automotiva nacional instalada no país.

Em nota, a assessoria de imprensa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional afirmou que o órgão ainda não foi notificado da liminar da Justiça Federal.

A assessoria antecipou, porém, que o órgão deve recorrer da decisão e que o caso ficará sob os cuidados da Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, em Brasília.



FOLHA DE S. PAULO  
**Psicanálise** 24 SET 2011  
**é usada contra  
violência  
doméstica no Rio**  
Núcleo de Atenção à Violência de Nova Iguaçu  
atende principalmente crianças

**Vítimas e autores procuram ajuda para falar sobre temas delicados, como abuso sexual e agressão**

Desde que iniciou sua atuação em Nova Iguaçu (Baixada Fluminense), há três anos, o NAV (Núcleo de Atenção à Violência) já prestou atendimento psicanalítico gratuito a mais de 1.400 vítimas e autores de violência doméstica. Crianças representam a maior parte dos atendidos.

Apesar do expressivo número, a psicóloga Paula Ribeiro, coordenadora do projeto em Nova Iguaçu, evita generalizações sobre o perfil de vítimas ou agressores.

Cada caso tem sua singularidade, afirma ela, que lançou anteontem, no Rio, um livro em parceria com Simone Gryner, presidente do núcleo, sobre o projeto.

Uma das poucas características em comum a quase todos os atendidos pelo NAV é o fato de terem encontrado ali, pela primeira vez, um espaço para falarem e serem ouvidos sobre temas delicados, como o abuso sexual — o assunto mais comum — e a violência física ou psicológica.

É justamente a partir do momento em que conseguem expressar o que sentem em palavras que muitos dos aten-

didos — agressores ou vítimas — encontram meios para interromper esses atos.

No caso dos autores de agressão, Paula reconhece que aqueles que procuram ou aceitam o apoio do NAV são os que, de alguma forma, se incomodam com o ato cometido e demonstram alguma preocupação com a criança.

“O que encontramos aqui são muitas situações que acontecem meio que no piloto automático e que ganham vida, tomam corpo e têm consequências quando essas pessoas podem se escutar falando do que estão fazendo.”

Já houve casos como o de uma menina que decidiu, por iniciativa própria, relatar uma tentativa de abuso por parte do pai ao Conselho Tutelar. Ela fugiu de casa, brigou com a mãe e o pai e se refugiou na avó.

Todos foram encaminhados ao NAV, onde foram atendidos por uma psicóloga e puderam falar sobre o caso.

O pai contou que estava passando por muitos problemas, tinha bebido e não se lembrava do episódio. Mas disse que acreditava na versão da filha e que estava disposto a arcar com as consequências de seu ato.

A filha disse que se sentia mais segura depois de tudo e preparada para se proteger.

Foi graças a esse trabalho que a Justiça concluiu que todos poderiam voltar a morar juntos. Neste caso, como nos outros atendidos pelo NAV, foi fundamental não ter reduzido o agressor ao papel de um monstro a ser punido.

“É difícil não sentir raiva do agressor, mas é importante pensar que ele não se reduz a seu ato de violência. A gente não sabe o que se passa com ela até ouvi-la. Nosso ponto de partida é oferecer um lugar de escuta”, diz.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

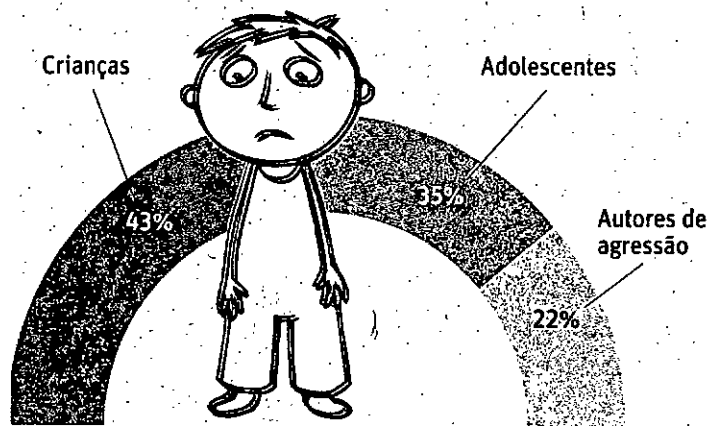
## CONTINUAÇÃO

# 24 SET 2011

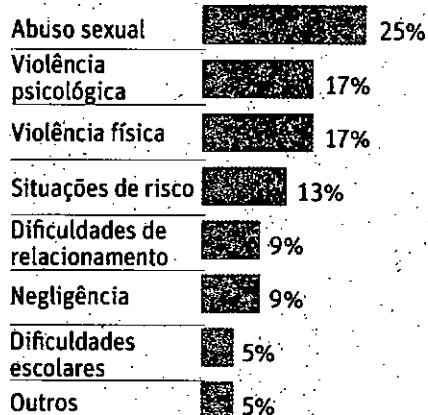
### VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Vítimas e agressores recebem tratamento psicológico

Perfil dos atendidos pelo Núcleo de Atenção à Violência em Nova Iguaçu



#### Motivo do atendimento



#### RAIO-X DE NOVA IGUAÇU



POPULAÇÃO 799.047

PROPORÇÃO DE MISERÁVEIS: 8%

RENDA MÉDIA PER CAPITA: R\$ 585

PROPORÇÃO DE ANALFABETOS: 4%

FONTE: NAV e IBGE

24 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

# Greve não atrasou certidões para criação do PSD, diz Justiça Eleitoral

## Informações foram prestadas pelas corregedorias de 5 Estados após reclamação do partido

**Supostos atrasos foram a principal justificativa dada pelo presidente do TSE para defender a aprovação do partido**

A greve de servidores da Justiça Eleitoral não afetou a tramitação dos procedimentos para a criação do PSD (Partido Social Democrático), segundo informações prestadas ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) pelos tribunais eleitorais de vários Estados.

Os supostos atrasos provocados pela greve foram a principal justificativa dada pelo presidente do TSE, Ricardo Lewandowski, para defender a "flexibilização" de uma resolução do próprio tribunal para garantir a aprovação do PSD a tempo de participar das eleições de 2012.

"Há um fato notório, que é que, de maio ao início de julho, a Justiça Eleitoral estava sob um movimento grevista", disse Lewandowski na sessão do TSE de quinta-feira.

Ele afirmou que o tribunal costuma dar "soluções pontuais" em casos excepcionais e defendeu até a concessão de registro provisório ao partido do prefeito Gilberto Kassab, o que a lei eleitoral veda.

A resolução nº 23.282/2010 prevê que, antes de pedir registro nacional, um partido tem de obter certidões em pelo menos nove Estados, com apoio de no mínimo 0,1% do eleitorado em cada um.

Em 4 de agosto, o PSD pediu providências à Corregedoria-Geral Eleitoral alegando dificuldade de cumprir a resolução em cinco Estados devido à falta de servidores.

A corregedora-geral eleitoral, Nancy Andrighi — que é relatora e deu voto favorável ao PSD —, pediu informações às corregedorias.

A seção da Bahia informou que todos os trâmites foram cumpridos e não houve "atrasos injustificados e significativos aos pleitos do PSD".

A de Mato Grosso respondeu que vários chefes de cartórios estenderam a jornada de trabalho durante a fase de conferência de assinaturas para cumprir os prazos.

As corregedorias de Amazonas e Espírito Santo informaram que não houve atrasos.

No Paraná, a resposta foi que "não se anteviu nenhuma falta disciplinar ou equívoco em rotina administrativa". "O Cartório Eleitoral da 1ª Zona Eleitoral de Curitiba tem estado assoberbado pela atividade de conferência de assinaturas para fins de certidão de apoioamento."

Lewandowski e Andrighi disseram várias vezes na sessão que as informações dos TREs têm "fê pública", mas ignoraram as respostas sobre efeitos da greve.

### PAINEL

**10-7-4** Do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) sobre a relatora Nancy Andrighi, que, ao defender o registro ao PSD, contabilizou 514,9 mil assinaturas em apoio à sigla: "A conta da ministra só pode estar baseada no livro de matemática do MEC".

**Marcação 1** Com a batalha final em torno do PSD adiada, aliados e adversários de Gilberto Kassab voltam atenções para os ministros do TSE. As pressões tendem a se concentrar em Teori Zavascki e Marcelo Ribeiro. Apesar de o primeiro ter sinalizado viés contrário ao registro, há quem aposte que ele possa virar o voto.

**Marcação 2** Sobre Ribeiro pesa o fato de ter sido relator da resolução que exige número mínimo de assinaturas reconhecidas pela Justiça para a criação de partido. Com base nesse texto, o DEM sustenta que o PSD não terá direito ao registro.

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 24 SET 2011



Ministro Ricardo Lewandowski em abertura de seminário no Supremo Tribunal Federal

**“ Não podemos alegar nossa torpeza para impedir que o partido se registre; vivemos situação anormal de greve**

**Eu penso que as situações excepcionais têm que ser resolvidas excepcionalmente**

**RICARDO LEWANDOWSKI**  
presidente do TSE

**Não é pelo fato de termos uma greve que vamos relevar formalidades; não me consta que falem partidos para as eleições**

**Eu entendo a angústia dos que querem o partido para as eleições de 2012, mas quem corre contra o relógio é o partido, não o tribunal**

**MARCO AURÉLIO MELLO**  
ministro do TSE

## Exame da OAB aprova apenas 15% dos inscritos

Índice foi mais alto do que o do ano passado

O último exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) aprovou apenas cerca de 15% dos inscritos.

O índice foi melhor do que o do exame anterior, realizado no ano passado, quando a aprovação atingiu 11%, de acordo com o secretário-geral da entidade, Marcos Vinícius Furtado Coelho.

A cada ano, costumam ser realizados três exames. O índice de aprovação costuma ficar entre 10% e 15%.

O resultado final sai no dia 4 de outubro (ainda estão sendo analisados recursos).

Em julho, o Ministério Público Federal enviou ao STF (Supremo Tribunal Federal) um parecer em que defende que a obrigatoriedade de aprovação no exame da OAB para advogar é inconstitucional. O caso ainda não entrou na pauta do tribunal.

## 96 contraponto

### É hoje que eu não janto

No julgamento do TSE sobre o pedido de registro do PSD, os ministros discutiam quanto tempo seria destinado à sustentação oral dos advogados. Marco Aurélio Mello sugeriu ampliar de 15 para 20 minutos o limite de cada um. Ele argumentou que, não sendo tantas assim as partes que se manifestariam no caso em questão, o acréscimo causaria pouco transtorno aos trabalhos.

Com expressão de desalento, o presidente do tribunal, Ricardo Lewandowski, retomou a palavra e desabafou:

—Então imagine a que horas sairemos daqui...

## Venda de emendas na Assembleia será apurada

Acusação foi feita por um deputado estadual

O Ministério Público Estadual vai pedir na segunda-feira a abertura de inquérito para investigar a suposta venda de emendas parlamentares por deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo.

A acusação foi feita pelo deputado estadual Roque Barbieri (PTB). Ele afirmou, em entrevista ao jornal "Folha da Região", que colegas enriqueceram vendendo emendas parlamentares e fazendo lobby para empresas.

Reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo" informou que o Ministério Público foi alertado da acusação no dia seguinte.

Também na segunda-feira será realizada uma reunião extraordinária dos líderes partidários na Assembleia, para ouvir o deputado e discutir o assunto.

Tanto o Ministério Público como os deputados querem que Barbieri dê detalhes sobre a acusação. Se não o fizer, pode ser denunciado ao Conselho de Ética da Assembleia.

"Se não apontar os nomes, ele cria suspeita sobre todos os deputados", disse o promotor Carlos Cardoso.

Barbieri afirmou que "25% a 30%" dos 94 deputados estaduais ganham dinheiro vendendo emendas, mas disse não citar nomes por não ser "dedo-duro".

24 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### Pai de garoto pode receber perdão judicial

A delegada Lucy Fernandes, que investiga o caso do aluno que baleou uma professora e se matou, ainda não sabe o que vai fazer com relação ao pai da criança.

Fernandes diz que o guarda-civil Milton Evangelista Nogueira, 42, pode ser indiciado sob a suspeita de negligência ou omissão na guarda de arma de fogo, mas ainda não está certa disso.

"Esse pai já está sofrendo muito. Preciso analisar o Estatuto do Desarmamento e estudar o que poderá ser feito contra ele. Se é que será feito alguma coisa", afirmou.

Futuramente, quando o inquérito policial chegar a um juízo, Nogueira poderá receber o perdão judicial, que é quando o Judiciário reconhece que aconteceu um crime, mas que as consequências dele foram tão severas que não é necessário aplicar uma pena.

É o mesmo procedimento que costuma ocorrer nos casos em que um pai esquece um bebê dentro de um carro e ele morre. Ou seja, a perda de um filho é maior do que a privação de liberdade ou qualquer outra punição que a Justiça possa determinar ao acusado pela morte.

A polícia familiares e amigos do guarda-civil Nogueira disseram que ele é uma pessoa conciliadora e que dialoga muito com seus filhos — além do menino de dez anos, o casal tem outro filho, de 14 anos de idade.

#### ARMA ESCONDIDA

Sabendo do perigo em possuir uma arma em casa, ele sempre dizia aos garotos que, se tivessem curiosidade em

ver o revólver, deveria procurá-lo que ele mostraria.

A arma particular ficava guardada em uma caixa de papelão na parte alta de um armário no quarto do casal.

Na Guarda Municipal, Nogueira não teve nenhuma advertência oficial. O secretário municipal de Segurança, Moacir Rodrigues, disse que ele tem uma carreira exemplar.

Nas horas de folga, o guarda fazia bico como vigilante em uma lanchonete de São Caetano. Era lá que ele usava esse revólver particular.

#### › CALIBRE 38

### ARMA USADA É FÁCIL DE SER AÇIONADA

O revólver calibre 38 usado antontem por D. é uma arma facilmente acionada por qualquer pessoa. A definição é de Diogenes Viegas Dalle Lucca, especialista em segurança pública. "É muito fácil uma criança com dez anos apertar o gatilho de uma arma como essa. É importante que os donos saibam que existem mecanismos para evitar o acionamento, como um dispositivo que trava o gatilho."

#### MOCHILA

Informalmente, Nogueira disse à polícia que, ao perceber que sua arma não estava em casa, procurou os filhos na escola e perguntou para eles se um dos dois havia pegado o revólver. Os dois negaram, e ele acreditou.

Segundo a polícia, o guarda lamentou não ter olhado a mochila dos filhos antes de voltar para casa e pedir para a mulher procurar direito a arma, antes que ele registrasse um boletim de ocorrência.

Na próxima semana, Nogueira e a mulher dele, Elenice Mota, deverão ser ouvidos oficialmente pela polícia. Ontem, eles não quiseram falar com a Folha.

24 SET 2011

# FOLHA DE S. PAULO

## Justiça acolhe denúncia contra Edir Macedo

**Bispo torna-se réu em ação sobre lavagem de dinheiro;  
Igreja Universal nega acusação**

A Justiça Federal aceitou parcialmente denúncia feita pelo Ministério Público Federal contra o fundador da Igreja Universal, o bispo Edir Macedo, e outros três integrantes da cúpula da igreja.

Com a decisão, eles se tornam réus no processo.

Procurada ontem no fim da tarde, a Igreja Universal não respondeu. Mas sua assessoria já havia dito antes que “trata-se das mesmas acusações de sempre aos dirigentes da Igreja Universal do Reino de Deus, que sempre se mostraram inverídicas”.

Além de Macedo, a diretora financeira Alba Maria Silva da Costa, o bispo João Batista Ramos da Silva e o bispo Paulo Roberto Gomes da Conceição foram denunciados pela Procuradoria sob as acusações de estelionato, falsidade ideológica, formação de quadrilha, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

As acusações de estelionato e falsidade ideológica — que diziam que os fiéis eram enganados para fazer doações à igreja — foram rejeitadas pela Justiça Federal. A Procuradoria afirma que vai recorrer desta decisão.

A denúncia foi feita no dia 12, e a decisão sobre a aceitação de parte dela é do dia 16.

Segundo o Ministério Público, os acusados remetiam ao exterior dinheiro proveniente de doações de fiéis por meio de uma casa de câmbio paulista. Os recursos voltavam depois ao Brasil, com aparência de legalidade.

Denúncia semelhante foi feita pelo Ministério Público Estadual em 2009, mas foi derrubada pela Justiça sob o entendimento de que o caso pertencia à esfera federal.

24 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO DE BARROS E SILVA

### Lenta, gradual e restrita

**SÃO PAULO** - A Comissão da Verdade, enfim aprovada pela Câmara, é uma espécie de epílogo melancólico, mas bem brasileiro, da nossa abertura, muito mais lenta, gradual e segura, como diziam os militares, do que ampla, geral e irrestrita, como reivindicava a esquerda.

A despeito das boas intenções de Dilma, essa comissão, limitada e tardia, exprime, paradoxalmente, o descaso do país — aí, sim, quase irrestrito — pelo direitos humanos e pelo Estado democrático de Direito.

Não estamos discutindo se os que torturaram e mataram em nome do Estado devem ser julgados e punidos. Transcorridos 40 anos, o país ainda resiste a esclarecer as circunstâncias e a identificar os responsáveis pelas mortes e “desaparecimentos” dos adversários da ditadura.

Esse é o pano de fundo substantivo, ou a “verdade” da exigência um tanto bizantina do DEM, para que a comissão não tenha entre seus participantes pessoas sem condições de “atuar com imparcialidade”.

Na Argentina, a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas foi criada em 1984, um ano depois da ditadura. Lá, os responsáveis pelos crimes estão sendo julgados. Jorge Videla foi condenado à prisão perpétua no final do ano passado.

Por aqui, em sintonia com a tradição do jeitinho, o STF chancelou a impunidade dos torturadores ao decidir, em 2010, que não iria examinar se a Lei da Anistia, de 1979, era compatível com a Constituição de 1988. Não é — como parece óbvio.

Nessas condições, se tudo correr bem, a nova comissão irá concluir o trabalho da Comissão de Mortos e Desaparecidos, criada por FHC em 1995, quando o Estado, enfim, admitiu a responsabilidade pelos crimes, fez uma lista oficial das vítimas e indenizou diversas famílias.

Há ainda pelo menos 140 pessoas mortas cujo paradeiro não se conhece. Como estamos no Brasil, é provável que nem essa satisfação elementar às famílias e à história a comissão “da verdade” seja capaz de dar.



# FOLHA DE S. PAULO

## Ganha fôlego

## movimento para esvaziar poder do CNJ

25 SET 2011

Punições a magistrados podem ser anuladas, avaliam ex-ministros

**Supremo deve julgar na próxima quarta-feira ação que pode reduzir a capacidade de fiscalizar do conselho de Justiça**

Aumentou nas últimas semanas o movimento para reduzir o poder de fiscalização e punição de juízes pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o que esvaziaria as atividades de sua corregedora, a ministra Eliana Calmon, "xerife" da magistratura.

O embate não é novo, mas pode ter uma decisão final nos próximos dias. O que está em jogo é decidir se o CNJ pode punir juízes antes que as corregedorias dos tribunais façam apurações e julguem esses magistrados.

A questão pode ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal na próxima quarta-feira, em julgamento de ação ajuizada pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), favorável à restrição.

Se o Supremo decidir que o conselho tem que atuar de forma complementar, estaria aberta a possibilidade de anulação de condenações anteriores; hipótese admitida pelos ex-ministros Nelson Jobim e Miguel Reale Júnior.

Nos últimos meses, o STF concedeu liminares suspendendo o afastamento de ma-

gistrados punidos pelo CNJ.

O presidente do CNJ e do STF, ministro Cezar Peluso, é favorável a que o conselho aguarde a decisão das corregedorias nos tribunais antes de entrar em ação.

Foi o entendimento do ministro Celso de Mello, ao suspender, em 2010, punição do CNJ a dez magistrados, afastados sob acusação de desviar verba do Tribunal de Justiça de Mato Grosso para socorrer uma instituição maçônica. O CNJ atuara a pedido do corregedor do tribunal.

Em dezembro, o ministro Marco Aurélio Mello derrubou decisão do CNJ que afastara o ex-presidente de uma associação de juízes federais, acusado de fraudar contratos de empréstimos da Fundação Habitacional do Exército.

Eliana Calmon assumiu a função de corregedora em setembro de 2010, prometendo rigor nas apurações de irregularidades, a exemplo de seu antecessor, Gilson Dipp.

Porém, atribuiu-se à nova composição do colegiado do CNJ, que passou por uma renovação em meados deste ano, um perfil mais restritivo em relação ao poder de investigação que o órgão manteve quando presidido pelo ministro Gilmar Mendes.

Exemplo disso, no mês passado, o recém-empossado conselheiro José Lúcio Munhoz apresentou ao colegiado a proposta de redução de poderes do CNJ.

### MUDANÇA DE RUMO

No ano passado, a OAB previu que Peluso diminuiria o grau de exposição dos juízes nas apurações do CNJ.

Essa mudança de rumos ficou clara no último dia 13, quando Peluso votou contrariando Eliana no caso de duas magistradas do Pará e foi acompanhado pelos colegas.

A corregedora pretendia abrir apuração contra as juízas pela suspeita de que um bloqueio de R\$ 2,3 bilhões de uma conta do Banco do Brasil pudesse favorecer, posteriormente, uma quadrilha especializada em golpes.

Em vez de abrir processo disciplinar, que é público, o plenário decidiu instaurar sindicância, apuração protegida pelo segredo de Justiça.

Peluso não está sozinho ao defender uma atuação discreta do CNJ. Ele tem o apoio de várias associações de magistrados contra a exposição de processos contra juízes.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

**QUEM VIGIA OS JUÍZES**  
Poder de investigação do CNJ sob ameaça

25 SET 2011

**O que é o CNJ  
(Conselho Nacional de  
Justiça)**

Criado em 2004, é o órgão da cúpula do Judiciário responsável pelo controle dos órgãos da Justiça do país

**Poder de  
investigação**

Pode investigar magistrados independentemente do início de apurações pelas corregedorias dos tribunais

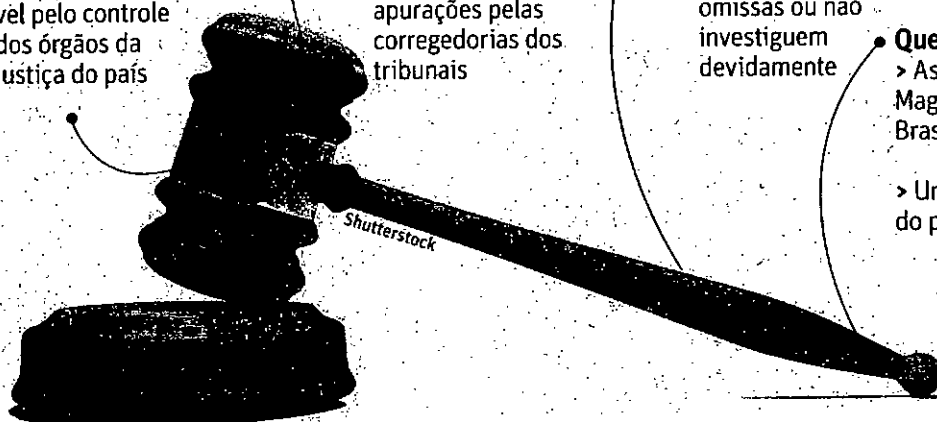
**Poder contestado**

Uma corrente defende que o CNJ só pode apurar casos nos quais as corregedorias se mostrem omissas ou não investiguem devidamente

**Quem contesta**

> Associação dos Magistrados Brasileiros

> Um conselheiro do próprio CNJ



**“ O juiz, como qualquer cidadão brasileiro, tem o direito de ser julgado por seus pares**

HENRIQUE NELSON CALANDRA  
presidente da AMB

**O CNJ tem a função de evitar decisões corporativas**

MIGUEL REALE JÚNIOR  
ex-ministro da Justiça

### JUÍZES CONDENADOS PELO CNJ DESDE A SUA CRIAÇÃO

**24** Aposentadorias compulsórias

**6** Colocados em disponibilidade

**2** Remoções compulsórias

**15** Afastamentos cautelares

**2** Censura

**49** TOTAL Condenações

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Assunto divide  
especialistas do  
meio jurídico

25 SET 2011

O tema do poder de investigação e punição do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) promove controvérsias no meio jurídico.

O ex-ministro da Justiça e do STF Nelson Jobim afirma que na hierarquia do Judiciário o CNJ está em nível inferior apenas em relação ao Supremo, e por isso não depende das ações de outros tribunais para investigar.

Miguel Reale Júnior, ex-ministro da Justiça e professor titular de direito penal da USP, também considera que o CNJ pode iniciar apurações independentemente da atuação das corregedorias dos tribunais em que os juizes investigados atuam.

“O CNJ tem a função exata de evitar decisões corporativas no âmbito dos tribunais”, diz.

Tese contrária já foi apresentada pelo ministro do STF Celso de Mello em decisões sobre liminares pedidas por magistrados punidos pelo CNJ.

Para o ministro, a atuação do CNJ nos casos de irregularidades deve ser complementar e subsidiária em relação aos tribunais, pois estes possuem “autonomia constitucional” para investigar seus integrantes.

O presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) Henrique Nelson Calandra defende o mesmo ponto de vista.

“O juiz, como qualquer cidadão brasileiro, tem o direito constitucional de ser julgado pelos seus pares”, afirma Calandra.

25 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

# 'Há uma cultura de que o dinheiro resolve tudo'

Segundo PMs, motoristas de carros caros são os mais autuados pela lei seca

**Para dar conta dos condutores que dirigem bêbados em SP, só com 'efetivo de 5 milhões', afirmam policiais**

As blitzes da lei seca em São Paulo estão cada vez mais intensas. Nas noites de pico, de quinta a sábado, um efetivo de 300 PMs distribuídos em 17 equipes ocupa os principais acessos de bairros de balada. Só neste ano, 200 mil motoristas devem ser levados ao bafômetro (até agora, foram cerca de 3,7 mil autuações).

Mas, no contexto de uma frota de seis milhões de veículos, em que medida a fiscalização consegue dar conta do número de pessoas que dirige alcoolizada?

O capitão Paulo Oliveira, chefe do setor operacional do Comando de Policiamento de Trânsito, e o sargento Luiz Carlos Queiroz, que lidera uma das equipes, receberam a **Folha** para expor a perspectiva da polícia. Veja os principais trechos da entrevista.

★

**Folha - Em que medida a polícia está conseguindo dar conta da fiscalização?**

**Paulo Oliveira** - Temos um contingente razoável fiscalizando. Mas todo dia você encontra pessoas dirigindo alcoolizadas. Muitas a 100, 120 km por hora. Não tem como colocar um policial dentro de cada veículo. Com uma população de praticamente

dez milhões, teria de colocar cinco milhões de policiais.

**Qual a chance do motorista bêbado não ser pego?**

**Oliveira** - Tem muita chance. Depende muito da localização. Mas a tendência é aumentarmos a fiscalização ainda mais. Só no ano passado foram 4 mil autuações.

**Não é pouco?**

**Oliveira** - Em 2008, quando a lei foi implementada, 17% dos submetidos ao bafômetro estavam sob influência do álcool. Hoje a média caiu para 2,5 a 2,7%. Isso significa que, pelas estatísticas, há menos motoristas dirigindo alcoolizados.

**Luiz Carlos Queiroz** - O que a gente observa é maior utilização do táxi.

**E o 'twitter da lei seca'?**

**Oliveira** - Atrapalha muito. É um desserviço. Eles lançam no Twitter onde estamos. Agora, não é todo mundo que tem internet no celular. De qualquer forma, nós também somos seguidores e, quando somos descobertos, muitas vezes ficamos porque não é todo mundo que acompanha. É um problema mais comum na região de Moema, Vila Olímpia e Vila Madalena.

**Qual o perfil do infrator?**

**Queiroz** - São mais os jovens. Eles hoje bebem muito mais. A faixa vai de 20 a 35 anos. E de cada dez autuados, seis são homens. O número de mulheres tem aumentado bastante. Mas os homens aceitam menos fazer o teste.

**Com quem é mais difícil lidar?**

**Queiroz** - Classe média-alta. São os que costumam, por orientação do advogado, não fazer o teste do bafômetro. As operações mais difíceis são onde há maior concentração dessas pessoas - Vila Madalena, av. Paulista, r. Augusta.

**Oliveira** - É chocante porque você vê que é um pessoal mais esclarecido. Há uma cultura de que o dinheiro resolve tudo. Que com um carro caro e uma condição social excelente, a lei nunca vai alcançá-los.

**Os carros mais autuados são os mais caros?**

**Queiroz** - Sim. Condutores de modelos como Captiva (utilitário da Chevrolet), IX 35 (da Hyundai).

**Acham as leis brandas?**

**Oliveira** - A lei é razoavelmente severa. Mas será que é preciso penalizar ainda mais para as pessoas entenderem? É que o brasileiro é meio fanfarrão. O cara bate, mata, faz lambança e ainda sai ileso.

**Queiroz** - Apenas a minoria da minoria assume o erro. Mas tenho certeza de que aqueles que foram autuados jamais farão novamente.

**Oliveira** - A educação no trânsito é algo que deveria ser lecionado desde o colégio. A pessoa só vai entrar em contato com a legislação quando tirar carta. E muito pouco. Isso quando não compra a carteira de habilitação.

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

25 SET 2011

**Queiroz** - Na minha opinião, os acidentes fatais deveriam ser de responsabilidade dolosa, porque o cara tirou uma vida.

**Oliveira** - São pessoas de bem, ninguém quer matar ninguém. Mas infelizmente cada um só pensa em si e esquece da vida do outro.

**“ A educação no trânsito deveria ser lecionada desde o colégio. A pessoa só vai entrar em contato com a legislação quando tirar carta. É muito pouco. Isso quando não compra a carteira de habilitação**

**CAPTÃO PAULO OLIVEIRA**  
chefe do setor operacional do  
Comando de Policiamento de Trânsito  
em São Paulo

**“ [É mais árduo lidar com a] Classe média-alta. São os que costumam, por orientação do advogado, não fazer o teste do bafômetro. As operações mais difíceis são onde há maior concentração dessas pessoas**

**SARGENTO LUIZ CARLOS QUEIROZ**  
policial militar que lidera uma das  
equipes que fiscalizam o cumprimento  
da lei seca na capital paulista

## LEI SECA

Em casos recentes de atropelamento, motoristas disseram ter bebido

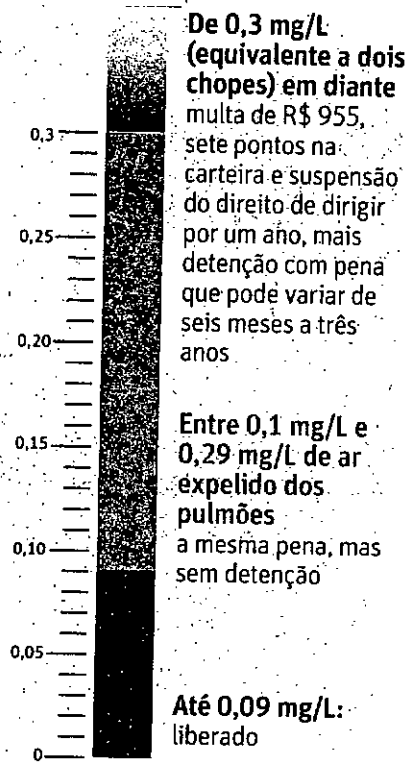
### CULPOSO X DOLOSO

Atropelamentos podem ser registrados como homicídio doloso (sem intenção de matar) ou culposo (motorista assume o risco de matar)

### Casos recentes

**17.set** Mãe e filha morrem atropeladas na calçada quando saíram do shopping Villa Lobos. Em vídeo gravado poucos depois do acidente, motorista disse ter bebido

**23.jul** Vitor Gurman morre atropelado por uma Land Rover. A motorista assume que estava alcoolizada



# FOLHA DE S. PAULO

**Justiça concede  
nova liminar contra  
aumento de IPI**

**25 SET 2011**

DE BRASÍLIA E DE RIBEIRÃO PRETO - A Justiça concedeu mais uma liminar que impede a cobrança, por 90 dias, das novas alíquotas de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para carros importados.

Na sexta-feira, o juiz Jamil Oliveira, da 14ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, favoreceu a importadora Phoenix Comércio Internacional, de Vitória (ES).

Já há pelo menos três decisões da Justiça que impedem a cobrança.

Em todos os casos, foi aceito o argumento, baseado na Constituição, de que a variação de alguns impostos, como o IPI, só pode vigorar 90 dias após a publicação de lei ou decreto que o estabelece.

## **PAINEL DO LEITOR**

### **Judiciário**

A Polícia Federal vai investigar esquema fraudulento de apropriação de terras (**Poder**, 21/9) em Minas Gerais. Para quê? Vai gastar tempo, recursos do orçamento, agentes. Depois vem o Superior Tribunal de Justiça e, por causa de uma falhinha, anula todas as operações e provas.

Sugiro que a PF comece a ajudar velinhos a atravessar a ruas semáforos. Se esse rigor todo do STJ fosse usado nas investigações de pessoas humildes feitas pela Polícia Civil nos Estados, as cadeias estariam quase vazias.

### **FRASE**

**MIGUEL REALE JÚNIOR**

*Vejo com preocupação a decisão, pois ela estende a interpretação do que pode ser considerado prova ilícita*

*ex-ministro da Justiça, que achou esdrúxulo o STF anular investigação sobre filho de Sarney por achar que o sigilo foi quebrado sem provas suficientes*

26 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

# CNJ cria regras para destruir processos

Comissões com presença de historiadores e especialistas em arquivos darão palavra final sobre destino de ações antigas

**Norma determina que tribunais preservem documentos com valor histórico ou que sejam úteis para outros casos**

FELIPE SELIGMAN  
DE BRASÍLIA

Sob o argumento de falta de espaço e de recursos, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) criou uma série de regras para que milhares de processos antigos sejam destruídos pelos tribunais brasileiros.

A recomendação nº 37, aprovada em agosto pelo conselho, proíbe a eliminação de casos que tenham valor "histórico, probatório e informativo", mas deixa a cargo de cada corte a triagem.

A sistematização do que será preservado e daquilo que, em tese, não vale para a posteridade começou a ser feita em 2008, com o Proname (Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário). Até então, cada tribunal definia regras. Mas só com a nova recomendação é possível saber como preservar ou como des-

truir os processos.

O CNJ criou tabelas de mais de 70 páginas, estabelecendo que processos, depois de arquivados, vão para a gaveta e quais serão descartados.

No STJ (Superior Tribunal de Justiça) e nas Justiças estadual e federal, por exemplo, todos os processos sobre licitações podem ser destruídos se estiverem arquivados por mais de dez de anos.

Especificamente na federal, podem ser eliminados os inquéritos policiais, investigações contra magistrados e autos de prisão em flagrante que já estiverem finalizados há mais de duas décadas.

Tudo, no entanto, não pode ser automaticamente eliminado. O conselho recomenda a criação de uma comissão, em cada tribunal, composta por arquivologistas, historiadores e bacharéis em direito que definirão relevância histórica e judicial.

Além disso, ficou estabelecido que os tribunais devem guardar "amostra estatística" dos documentos destinados à eliminação. Os processos não estão digitalizados.

Após a regulamentação do CNJ, as cortes iniciaram a se-

leção dos processos. O Tribunal de Justiça de São Paulo, por exemplo, que até 2009 não destruiu nada, criou programa para preservar a memória e reduzir documentos.

## MEMÓRIA

A medida sofre críticas principalmente porque põe em risco o trabalho dos estudiosos da chamada "micro-história", que estuda momentos de uma sociedade sob o ponto de vista de fatos restritos. No Brasil, um de seus expoentes é o historiador Boris Fausto, que escreveu livros usando como fonte processos de pessoas desconhecidas.

A **Folha**, o presidente do CNJ e do STF (Supremo Tribunal Federal), Cezar Peluso, disse que "há inconvenientes em entender que tudo deve ser objeto de registro".

"Há milhões de causas que não tem a mínima possibilidade de justificar o interesse da sociedade". Ele diz que é preciso evitar extremos para destruir ou preservar. "Não dá para guardar ação de despejo pensando que daqui a 120 anos vai-se descobrir que a bisneta dessa pessoa casou com o presidente do Brasil."

CONTINUA

# 26 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

**LIMPEZA NO CARTÓRIO** Conselho Nacional de Justiça define critérios para destruição de processos antigos guardados pelos tribunais

O CNJ decidiu que só podem ser eliminados processos submetidos antes à análise de uma comissão que tenha entre seus integrantes um historiador, um especialista em arquivos e um advogado

#### O QUE NÃO PODE SER DESTRUÍDO

- > Processos com valor histórico ou probatório
- > Os processos do STF
- > As sentenças, inclusive dos processos destruídos
- > Processos criminais de maior complexidade que terminaram em condenação

#### EXEMPLOS DE PROCESSOS QUE PODEM SER DESTRUÍDOS

##### 5 anos após o arquivamento

- > Processos trabalhistas, exceto questões coletivas como greves
- > Ações para suspender decisões da Justiça Eleitoral

##### 20 anos depois

- > Processos criminais com réus absolvidos ou prescrição no STJ
- > Na Justiça Federal, inquéritos policiais e autos de prisão

##### 10 anos depois

- > Casos de direito empresarial e processos criminais no STJ
- > Casos com crianças e adolescentes, direito do consumidor e tributário

##### Após 40 anos

- > Testamentos, casos de herança com herdeiros desconhecidos ou ilegítimos



# 26 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### Ministro da Justiça diz que PF 'não se intimida'

STJ anulou provas  
obtidas pela polícia

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, defendeu a atuação da Polícia Federal e disse que ela chegou a tal ponto de "enraizamento institucional", que "ninguém a intimidará".

Na semana passada, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) anulou as provas da Operação Boi Barrica, que tinha familiares do presidente do Senado, José Sarney, entre os alvos. Foi a terceira anulação de provas da PF promovida pela corte este ano.

Em entrevista à TV **Folha**, o ministro disse que a instituição não pode ser alvo de pressão política. "Temos que aprender a viver no Estado de Direito e ele diz que a polícia atua independentemente de quem é o réu", afirmou.

O ministro falou ainda sobre a Comissão da Verdade, que investigará violações aos direitos humanos. O colegiado foi aprovado pela Câmara e será avaliado no Senado.

Cardoso descartou "revanchismo". "Só se constrói um país democrático quando toda sua história vem à luz do sol", finalizou.

### MONICA BERGAMO **FOICE E MACHADO**

O governo concederá anistia e indenização nesta semana a um personagem emblemático: Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, organização do sertão pernambucano que lutava pela reforma agrária antes do golpe militar de 1964. Foi cassado e preso pela ditadura militar, exilando-se depois no México. Voltou ao Brasil em 1979 e morreu em 1999.

#### **SOM**

No mesmo dia 30, sexta-feira, a Caravana da Anistia apreciará o processo do cantor Geraldo Azevedo. E também de Theodomiro Romeiro dos Santos. Ao ser preso, na década de 70, ele matou um militar que participava de sua detenção. Chegou a ser condenado à morte. Não pôde voltar ao Brasil depois da anistia de 1979, mas só depois de expirada a sua condenação. Hoje, é juiz do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) de Pernambuco.

**24 SET 2011**

**FOLHA DE LONDRINA**

# **A cada hora um motorista é flagrado bêbado no Paraná**

**Dados do Detran apontam que 9.984 condutores foram multados em 2010 por dirigir alcoolizados. A média é de 27 autuações diárias.**

**Recusa ao teste do etilômetro compromete a eficácia da legislação e a punição ao infrator.**

**CONTINUA**

24 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

# Dirigir bêbado é rotina no Paraná

## A cada hora um motorista é multado por estar sob influência de álcool no Estado

**Londrina** - Apesar dos inúmeros alertas, bêbados ao volante continuam vitimando inocentes no trânsito brasileiro. Não há um número específico de quantos acidentes e mortes foram provocadas por motoristas embriagados em Londrina, muito menos no País. Mas, de acordo com dados da Polícia Militar, até o dia 31 de agosto em 2011 145 pessoas foram flagradas dirigindo sob influência de álcool em Londrina. A estatística não inclui as ocorrências registradas nas rodovias que cortam a cidade.

Segundo dados do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran-PR), em 2010 9.984 motoristas foram autuados por dirigir sobre influência de álcool em todo o Paraná. Média de 27 por dia. Mais de um, por hora.

De acordo com o capitão Mário Celso Andrade, comandante da Companhia de Trânsito em Londrina, a PM não possui dados sobre acidentes causados por condutores embriagados. "Na maioria dos casos há feridos que são atendidos pelo Siate e como estão recebendo atendimento médico os policiais não interferem para saber se o motorista ingeriu álcool ou não", explica.

De abril até o dia 16 de setembro deste ano, de acordo com o caderno de ocorrências da Polícia Civil, 21 pessoas foram presas em flagrante dirigindo com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a seis decigramas, que é o limite permitido por lei. Neste ano foram registrados 65 homicídios culposos por acidentes de trânsito em Londrina, conforme dados da Delegacia de Trânsito, que também não especificou os casos por embriaguez ao volante.

Há menos de um mês, o juiz federal Eduardo Appio, a esposa dele, de 35 anos, e a filha, de apenas 5, por pouco não entraram nesta trágica estatística. No feriado de 7 de setembro, Appio, que mora em Curitiba, estava em Londrina para visitar familiares. Quando trafegava pela Avenida Higienópolis, por volta das 23 horas, ocorreu o desastre.

"Eu e minha família voltávamos de um jantar na casa de parentes. Quando aguardávamos a abertura do sinal vermelho na Higienópolis com a Humaitá a traseira de meu veículo Land Rover foi brutalmente atingida. O veículo dele estava a cerca de 130 km/h quando nos atingiu parado. Ele estava visivelmente bêbado", afirmou.

O boletim de ocorrência mostra que testemunhas confirmaram a história. O documento informa ainda que, "segundo o socorrista do Siate, o condutor do veículo 2 apresentava forte odor etílico."

Além dos prejuízos materiais e psicológicos, o acidente causou danos irreversíveis na coluna vertebral da esposa de Appio. "Vou entrar com uma ação e uma representação criminal. Está faltando policiamento nas noites de Londrina, para pegar esses bêbados. A polícia tem que ficar próximo a esses bares movimentados e impedir que isso aconteça de novo", reivindicou.

O problema apontado pelo juiz, no entanto, deve continuar. O capitão Mário Celso Andrade garante que "semanalmente, nas noites mais movimentadas, são realizados bloqueios", mas admite que há uma "limitação de efetivo". O capitão não informou o número de policiais da Companhia, que atua e fiscaliza o trânsito em Londrina, mas também atende ocorrências de acidentes em Cambé e Ibiporã.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

## Lei Seca 24 SET 2011 'não funciona'

Londrina - A Lei Seca foi criada em 2008 para punir com maior rigor quem dirige embriagado. A eficácia da legislação esbarra, no entanto, na não obrigatoriedade do uso do etilômetro, aparelho mais conhecido como bafômetro. Sem a obrigação legal, nem todo motorista suspeito de ter consumido álcool aceita fazer o teste.

De acordo com dados da Companhia de Trânsito em Londrina, de maio até o dia 16 de setembro foram computadas 83 infrações ao artigo 165 do Código Brasileiro de Trânsito (CTB), que prevê suspensão do direito de dirigir por 12 meses e retenção do veículo a quem dirigir sob influência de álcool.

Apenas 12 dessas autuações foram lavradas a partir do resultado do exame com o etilômetro. As outras 71 ocorreram graças ao laudo de constatação de sinais de embriaguez, preenchidos por PMs, no qual são apontadas características indicativas de possível consumo de bebida alcoólica.

O preenchimento do laudo, no entanto, não garante que o motorista embriagado seja punido criminalmente. Isso porque o artigo 306 do Código de Trânsito determina que um motorista pode ser detido por seis meses a três anos se estiver "com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a seis decigramas".

Como a maior parte dos motoristas não aceita passar pelo teste do bafômetro, grande parte dos juizes absolve os suspeitos, uma vez

que não há prova de que o litro de sangue do condutor continha seis decigramas de álcool ou mais.

Na redação original do artigo, antes da Lei Seca, não havia especificação sobre a quantidade necessária de álcool no sangue do motorista para puni-lo. Logo, as provas testemunhais eram levadas em conta pelo Judiciário e era considerado culpado o motorista que dirigisse sob o efeito do álcool.

Entre junho de 2008 e maio de 2009, primeiro ano em que vigorou a Lei Seca, o advogado criminalista Aldo de Campos Costa, de Brasília, realizou um levantamento na segunda instância de todos os tribunais de Justiça do País. O estudo aponta que os condutores no Paraná foram absolvidos em 76% dos casos, mesmo com provas testemunhais que atestavam a embriaguez dos motoristas. No País, o índice de absolvição ficou em aproximadamente 80%. De 2009 para cá, o quadro não mudou.

Aliás, é até possível que tenha piorado, a medida que mais pessoas descobrem que podem negar o teste do etilômetro, com base no princípio constitucional de que "ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo". O juiz federal Eduardo Appio, porém, discorda desta interpretação. "Esse princípio foi criado com objetivo de evitar a tortura", aponta.

# 24 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Identificação digital 1**

Para alcançar a meta de recadastrar biometricamente cerca de 10 milhões de eleitores brasileiros para as eleições de 2012, o Tribunal Superior Eleitoral aprovou a revisão obrigatória do eleitorado de mais 20 municípios no País. Os municípios estão localizados nos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Rondônia e Tocantins. A expectativa do TSE é que, nas eleições gerais de 2018, todos os eleitores do país possam ser identificados biometricamente na hora de votar.

#### **Identificação digital 2**

Os 20 novos municípios integram a segunda fase da segunda etapa do programa de identificação biométrica do eleitorado. A revisão eleitoral para identificação biométrica já está ocorrendo em outros locais, inclusive na Capital paranaense. A tecnologia, que garante mais segurança no momento da identificação do eleitor, já foi usada no pleito de 2008, em experiência piloto em três municípios, e em 2010, na primeira etapa do processo, quando alcançou 1,1 milhão de pessoas.

#### **Caso Banestado**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou condenação criminal, por gestão fraudulenta e evasão de divisas, de 15 envolvidos no caso Banestado. A decisão, publicada no último dia 13, é da 5ª Turma de ministros do STJ, que manteve penas que variam de quatro a cinco anos de reclusão a ex-gerentes e ex-diretores do banco. A Polícia Federal calcula que US\$ 24 bilhões foram enviados para fora do País por meio de contas de residentes no exterior, entre 1996 e 2000. Do total, US\$ 5,68 bilhões teriam partido de contas mantidas no Banestado "por meios fraudulentos". A maioria das contas laranjas foi aberta em agências do Banestado em Foz do Iguaçu.

24 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

### Conflito

Apesar da decisão unânime do Órgão Especial do TJ que fulmina a Urbs essa está orientando seus agentes a manter a sua febril atividade de multar enquanto providência (a pedido do Tribunal de Contas, segundo declaração do presidente Marcos Isfer à rádio CBN) a licitação da empresa que vai atestar a fidelidade do sistema Consilux, auto-desmoralizado na reportagem do Fantástico. É o parto de novos conflitos em decorrência da decisão judicial.

MAZZA

### Comparação didática

Se o episódio das amarras publicitárias de João Cláudio Derosso se desse em Londrina ele não sairia ileso. Mas na sociedade cartorial de Curitiba ele se acha em condições de pedir abertamente o arquivamento do caso. Até mesmo na instância legislativa não teria moleza: a pressão da opinião pública e a atuação do Ministério Público não permitiriam condescendência. Aliás a Comissão de Ética precisa manter-se firme no ponto de vista do afastamento por 90 dias que já seria um sinal mínimo de vitalidade.

CLÁUDIO HUMBERTO

### Lewandowski achou graça na alegoria do 'tchan'

O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) causou reboliço ao elogiar o ministro Marco Aurélio e criticar Ricardo Lewandowski, do TSE, na decisão sobre o registro fraudulento PSD. Lewandowski parecia advogado de defesa do novo partido, e o senador ironizou a cena do ministro "dançando na boquinha da garrafa e o Marco Aurélio se esforçando para segurar o Tchan". Ele reconhece que se excedeu na alegoria, mas Lewandowski, dizem os amigos, até achou engraçado.

MILITÃO

### Dependerá do juiz

Uma ação da Caixa Econômica Federal poderá evitar que um clube social da cidade vá a leilão em Londrina. O estabelecimento sugeriu usar parte da área da agremiação para a construção de prédios dentro do programa Minha Casa, Minha Vida. Mas o juiz do 'caso' terá de concordar com a ideia também. Trata-se de uma alternativa bem interessante.

MILITÃO

### Ação de R\$ 1 milhão

Ex-funcionário de um clube social de Londrina entrou na Justiça do Trabalho reclamando R\$ 1 milhão como indenização pelo tempo em que atuou na agremiação. Entre outras pendências, pede horas extras, acúmulo de função e etc. Ele afirma que era gerente administrativo e foi demitido no ano passado. Se o juiz concordar com o pedido do advogado do reclamante, tornará a vida do clube ainda mais difícil. A maioria, como se sabe, enfrenta dívidas fiscais e trabalhistas e tudo com correção monetária e pouca arrecadação para quitar quantias tão grandes.

24 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

# MPF recorre contra anulação da Operação Dallas

Luciana Cristo  
Equipe da Folha

**Curitiba** - A Procuradoria Regional da República da 4ª Região (PRR4) recorreu ontem contra a anulação de provas obtidas durante a Operação Dallas, que investiga desvio de cargas e de recursos do Porto de Paranaguá. A contestação foi encaminhada ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e usa a mesma argumentação que foi feita para anular as provas.

O pedido se baseia no argumento de que a decisão não foi julgada pela turma competente. Segundo o procurador Douglas Fischer, o primeiro habeas corpus relativo à Operação Dallas, encaminhado em janeiro, foi destinado à 8ª turma do TRF4. Fischer explica que todos os demais recursos referentes ao caso deveriam ser redistribuídos ao relator da 8ª turma. Mas, no último dia 13, foi a 7ª turma do TRF4 que determinou a anulação de provas obtidas pela Polícia Federal por meio de escutas telefônicas, e-mails e documentos apreendidos. Os desembar-

gadores entenderam que a Vara Federal Criminal de Paranaguá não tinha competência para autorizar a investigação e a responsabilidade deveria ser transferida para a vara especializada em crimes contra o sistema financeiro nacional.

Fischer acredita que a decisão pela nulidade das provas deve ser revogada, por causa das divergências no entendimento sobre essa questão entre o TRF4 e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou o Supremo Tribunal Federal (STF). Para o procurador, o procedimento na primeira instância judicial em Paranaguá, está de acordo com as orientações das cortes superiores.

Deflagrada em janeiro, a Operação Dallas serviu para comprovar irregularidades no Porto de Paranaguá. Além de supostos desvios de cargas, as suspeitas também eram relacionadas a fraudes em licitações para serviços portuários. Entre os investigados estão os ex-superintendentes do porto Daniel Lúcio de Oliveira e Eduardo Requião, irmão do senador Roberto Requião (PMDB).

24 SET 2011

# FOLHA DE LONDRINA

## MP aponta desvio de R\$ 1,8 mi

# de programa de endemias

**A** promotora de Defesa do Patrimônio Público de Londrina, Sandra Regina Koch, ajuizou no último dia 19 ação civil pública acusando de improbidade administrativa o presidente da Oscip Centro Integrado de Apoio Profissional (Ciap), Dinocarme Aparecido de Lima, sua esposa, Vergina Aparecida Mariani, e a enteada, Elzira Vergínia Mariani Guides, além de outros dirigentes da entidade, empresários e profissionais liberais, somando 12 réus. Eles teriam contribuído para desviar R\$ 1.877.504,76 do programa Controle de Endemia mantido com recursos da Prefeitura de Londrina e do Ministério da Saúde.

O serviço foi executado por meio de termo de parceria entre o município e o Ciap entre 2004 e 2010 e somente foi rompido porque a Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério Público Federal (MPF), Receita Federal e Polícia Federal (PF) deflagraram a operação "Parceria" apontando que a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) praticava fraudes em contratos com várias prefeituras.

A promotora abriu a investigação em maio de 2009 e a ação judicial se baseia em relatório da CGU, da Controladoria-Geral do Município e nas

### **Nova ação contra o Ciap quer condenação por improbidade administrativa, além da devolução do dinheiro supostamente desviado**

ações civil e penal movidas pelo MPF contra Dinocarme e os outros envolvidos. Sandra Koch relata que o convênio para o controle de endemias, sobretudo da dengue, foi aditivado 10 vezes, somando, ao final, R\$ 12,8 milhões, sendo que R\$ 10,9 milhões eram verbas federais e R\$ 1,8 milhão (o valor a ser devolvido), recursos municipais. O Ciap não prestou contas de mais de R\$ 2,9 milhões. "Até o presente momento (o Ciap) não prestou contas ao município, sendo certo e evidente danos promovidos ao erário municipal correspondente ao valor mencionado", escreveu a promotora.

Sandra Koch também citou na ação que durante toda a vigência do convênio não havia profissionais suficientes para os serviços contratados. "O termo de parceria tinha uma planilha onde constava a quantidade de funcionários que teria que ser disponibilizado, que apesar de estar sendo pago aquele número de pessoas, não estavam todas elas cumprindo os serviços", rela-

tuou um servidor da secretaria municipal de Saúde em depoimento à CGU, conforme transcrição feita na ação.

Além da devolução do dinheiro desviado, a promotora pede liminarmente o bloqueio dos bens de 12 réus e todas as sanções da lei de improbidade administrativa, como suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa civil. A promotora não deu entrevista sobre a ação. A assessoria de imprensa do Ministério Público informou que "há outras investigações para verificar notícias de irregularidades em parcerias firmadas entre a prefeitura de Londrina e o Ciap".

**Liminar  
pede ainda o  
bloqueio de bens  
dos 12 réus**

**CONTINUA**



# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

Dinocarme e os mesmos réus elencados pela promotora na ação civil foram condenados na primeira instância da Justiça Federal Criminal por crimes de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro. O presidente do Ciap teve a pena arbitrada em 18 anos. Ele recorre em liberdade, mas deve pagar fiança de R\$ 1 milhão. O advogado do Ciap e de Dinocarme não foram localizados ontem pela reportagem.

Outro réu nesta ação é Juan Monastério, empresário apontado como lobista no caso do Ciap, mas também denunciado por supostos crimes praticados da mesma forma no caso do Instituto Gálatas (e investigado no caso Atlântico), entidades que sucederam o Ciap em Londrina. O advogado de Monastério nega os crimes.

24 SET 2011

## ENTENDA O CASO

**2008** - MPF, CGU, PF e Receita Federal começam a investigar desvios em quatro Estados por meio de termos de parceria entre o Ciap e prefeituras.

**11.05.2010** - Órgãos federais deslagram a operação Parceria, que leva 11 à prisão, incluindo Dinocarme e Aparecido Lima; três ficam foragidos.

**18.06.2010** - MPF denuncia 21 pessoas envolvidas no esquema por crimes de formação de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro.

**30.06.2010** - Prefeitura de Londrina anuncia rompimento de contratos com o Ciap para o controle de endemias, Programa Saúde da Família (PSF) e gerenciamento da Policlínica e do Samu no valor de R\$ 48 milhões.

**29.08.2010** - O juiz da 2ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, condena 12 réus pelos crimes contidos na denúncia; Dinocarme pega 17 anos de prisão. Ele recorre em liberdade, assim como os demais réus.

25 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

# Justiça aceita denúncia contra Edir Macedo

**Ministério Público Federal acusa o líder da Igreja Universal de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e formação de quadrilha**

Brasília - A Justiça Federal em São Paulo acolheu denúncia do Ministério Público Federal em São Paulo (MPF/SP) contra Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), e mais três pessoas por lavagem de dinheiro, evasão de divisas e formação de quadrilha. A denúncia do Ministério Público também havia acusado o grupo de estelionato e falsidade ideológica, mas essas denúncias foram recusadas.

Além de Edir Macedo, foram denunciados o ex-deputado federal João Batista Ramos da Silva (que foi detido com R\$ 10 milhões no aeroporto de Brasília, em 2005), o bispo da Iurd Paulo Roberto Gomes da Conceição e a diretora financeira Alba Maria Silva da Costa. A denúncia foi oferecida no último dia 12. O MPF informou que irá recorrer em relação às denúncias não aceitas. A Justiça Estadual de São Paulo já aceitara denúncia contra o fundador e líder da Igreja neopentecostal em 2009, mas o processo foi encaminhado à Justiça Federal devido à natureza dos crimes.

A nova denúncia do MPF usou elementos da acusação do Ministério Público paulista e incluiu informa-

ções novas, como a participação de doleiros no esquema criminoso. Outra diferença entre as denúncias é a redução do número de acusados, de dez para quatro. De acordo com a assessoria do MPF/SP, os seis suspeitos que ficaram fora da acusação continuam sendo investigados pela Polícia Federal.

De acordo com o procurador Sílvio de Oliveira, o grupo cometia estelionato contra os fiéis da Iurd, oferecendo 'falsas promessas e ameaças de que o socorro espiritual e econômico somente alcançaria aqueles que se sacrificassem economicamente pela igreja'.

O procurador só denunciou crimes ocorridos entre 1999 e 2005, uma vez que foi em 1998 que o crime de lavagem de dinheiro passou a integrar o ordenamento jurídico brasileiro. No entanto, ele citou vários episódios anteriores a esse período para explicar a estruturação do grupo e como o esquema foi montado.

# 25 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

# Reforma agrária e comércio ilegal de terras

*A reforma agrária deveria ser priorizada em regiões onde há oferta de terras agricultáveis ainda não exploradas*

**V**enda de lotes obtidos por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e de casas oriundas dos programas de habitação são fatos corriqueiros. Tão comuns que contribuíram para a popularização dos "contratos de gaveta", item já reconhecido pela Justiça e frequentemente utilizado neste tipo de negociação. Por isso, o anúncio da força-tarefa desencadeada pelo Incra ocorre em boa hora e deveria ser estendido também aos outros setores, como o da habitação.

A fiscalização em todos os assentamentos, que começou no mês passado, atende recomendação do Ministério Público Federal. E já rendeu resultados. Com base nesse trabalho, foram concedidas pela Justiça Federal 51 ordens de reintegração de posse de imóveis que foram vendidos à revelia do Incra. Ao todo serão vistoriados cerca de 420 mil hectares, que estão divididos nos 318 assentamentos do Paraná. Estimativas preliminares indicam que seriam cerca de 1,5 mil lotes vendidos irregularmente. O Paraná teria pelo menos 20 mil famílias assenta-

das. A previsão é que os trabalhos estejam concluídos até o final do ano.

Programas de reforma agrária, habitação e distribuição de renda já se mostraram eficazes para a redução da desigualdade social e para o desenvolvimento do País. No entanto, como afirma o velho ditado: "não basta dar o peixe, é preciso ensinar a pescar". É passada a hora de investir na formação do trabalhador e de oferecer condições para o seu desenvolvimento pessoal. Os benefícios não podem ser estendidos para toda uma vida e uma família. É preciso definitivamente romper esse ciclo.

Além disso, a reforma agrária é válida, mas deveria ser priorizada em regiões onde há oferta de terras agricultáveis ainda não exploradas. Da mesma forma que é difícil manter as famílias no campo sem incentivos, como argumenta o Incra, os excessos também devem ser coibidos. Há inúmeros casos de invasões organizadas pelo movimento dos trabalhadores rurais sem-terra contra propriedades produtivas, onde ocorrem saques e matanças de animais. Essas pessoas foram efetivamente punidas?

26 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

# CMTU tem competência para multar infratores

**Ação civil pública movida pela OAB no final de 2002 teve decisão favorável à companhia que, pela lei, pode ter esse tipo de atribuição**

**Loriane Comeli**  
*Reportagem Local*

Uma decisão transitada em julgado - sem possibilidade de novos recursos - do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou que a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) tem sim competência para aplicar multas de trânsito apesar de ser uma sociedade de economia mista e ter em seu quadro societário 1% de pessoas físicas. A decisão é fruto de ação civil pública movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no final de 2002. Em fevereiro de 2006, o juiz da 3ª Vara Federal de Londrina, Décio José da Silva, concedeu sentença favorável à CMTU.

A OAB argumentava que a CMTU foi criada por lei municipal em 1993 como sociedade de economia mista com controle acionário público, com 99,8967% das ações pertencentes ao município de

Londrina" e, por isso, não teria poder de polícia. Assim, sendo, em tese, pessoa jurídica de direito privado, não poderia exercer poder de polícia. Também apontava o fato de a constituição da empresa ter ocorrido antes da edição do Código Brasileiro de Trânsito (CBT), em 1998, lei que delegou aos municípios o poder de fiscalizar o trânsito. Assim, a Polícia Militar de Trânsito passou a ser um órgão auxiliar e não mais o principal órgão fiscalizador.

O juiz, no entanto, entendeu que a CMTU "está sob o controle municipal, sendo certo que está a executar função pública, inserindo-se assim como autoridade de trânsito. Não é por outro motivo que a Companhia de Trânsito de Londrina foi devidamente integrada ao Sistema Nacional de Trânsito". Silva concluiu que "as sociedades de economia mista, que são controladas por ente público, podem, de acordo com a lei, manter órgãos com atribuição para fiscalizar e, assim, exercer poder de polícia".

Insatisfeita com a sentença, a OAB recorreu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a segunda instância da Justiça Federal, que manteve a decisão. O relator do processo, Valdeimar Capeletti, citou trecho de parecer do Ministério Público Federal (MPF): "A municipalidade de Londrina delegou à CMTU o poder de exercer a fiscalização ostensiva. Tal medida não se mostra eivada de ilegalidade visto que os requisitos foram preenchidos, a saber: (1) a CMTU é sociedade de economia mista, de cujo capital mais de 97% pertence ao município, sendo, portanto, integrante da administração indireta; (2) foi

criada com base em Lei Municipal; e (3) o poder delegado restringe-se à fiscalização de trânsito e à atuação de quem cometeu infração à legislação específica. O fato de existirem sócios, cujo capital social é menor de 3%, não se entende como motivo válido a anular toda a atuação estatal delegada em prol da fiscalização do trânsito municipal, a manter a sentença hostilizada".

A OAB foi ainda ao STJ, que julgou improcedente o recurso especial, baseando-se também no parecer do MPF. O ministro relator, Castro Meira, apontou que a argumentação da OAB "não se encontra em sintonia com a tecnicidade demandada pela instância especial, a qual exige a demonstração particularizada de infringência a específico dispositivo legal, não bastando a livre exposição de diversos assuntos e alegações, como ocorreu no caso concreto".

A ação civil pública também questionava suposta falta de aferição de equipamentos de fiscalização de velocidade e de avanço do sinal vermelho; aplicação incorreta dos recursos arrecadados com as multas; e ausência de uma coordenação educacional ou escola de trânsito. Todos os argumentos foram rejeitados nas três instâncias judiciais.

"Assim, se constata que as atividades de fiscalização e atuação exercidas pela CMTU não possuem nenhuma irregularidade, de modo que a CMTU continuará a educar, orientar e fiscalizar o trânsito municipal e autuar os infratores, não havendo, portanto, que permanecer o sentimento de insegurança da municipalidade", afirmou a companhia em nota encaminhada à FOLHA.

CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

26 SET 2011

## Para OAB, havia 'indústria da multa'

Conforme relato do juiz Décio José da Silva, àquela ocasião um dos argumentos da OAB para questionar a legalidade das multas aplicadas pela CMTU foi a existência de uma suposta "indústria da multa". Dados constantes da petição inicial apontavam que em 2000 a companhia havia arrecadado "a absurda cifra de R\$ 2 milhões, o que evidencia a mencionada "indústria de multas". Eram aplicadas 1,5 mil multas por mês e em 2002, 10.795 multas tinham sido aplicadas. A título de comparação, no ano de 2010 e até junho de 2011, o total de multas aplicadas foi de R\$ 10,9 milhões e entre junho de 2010 e 2011, conforme publicou a FOLHA esta semana, 108.201 infrações, o que perfaz uma média diária de 296

multas e 8.894 multas por mês. Porém, àquela época a frota na cidade era de 164.637 e hoje, segundo o Departamento de Trânsito do Estado (Detran), Londrina tem 295.792 veículos.

O juiz Décio José da Silva discorreu longamente sobre este tópico da ação, dizendo inicialmente que "em que pese a argumentação despendida na inicial, parece que só se pode falar na "indústria de multas" quando não houver proporcionalidade entre as autuações e os motivos que as determinam". "Quem reside nesta cidade que conta com aproximadamente 500 mil habitantes e um número excessivo de veículos deve ter consciência de que o trato do trânsito somente pelos agentes da CMTU, sem o auxílio dos aparatos eletrônicos,

conduziria a cidade ao caos. A imprudência reina solta, com motoristas fazendo conversões proibidas, avançando sinais que mandam parar, abusando da velocidade..."

Ele também citou reportagens veiculadas à época pela FOLHA, como uma publicada em 6 de setembro de 2004, relatando a morte de quatro pessoas em acidentes de trânsito na zona urbana de Londrina durante um final de semana. "Não há, segundo a ótica deste Juízo, qualquer desproporcionalidade em relação à aplicação das multas através dos equipamentos que acompanham o sinal dos semáforos. É só não avançar o sinal e não invadir a faixa de pedestres que a autuação não será lavrada", argumentou o magistrado

### Juizado especial anula multa. CMTU recorre

Apesar da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de 2009, a 1ª Turma Recursal Paraná (segunda instância do Juizado Especial Cível) considerou válidos argumentos sobre a incompetência da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) para fiscalizar, a autuar infrações e, em junho deste ano, anulou multa aplicada a uma londrinense. A juíza relatora, Ana Paula Kaled Accioly, entendeu que por ser sociedade de economia mista,

e ter sócios privados, tal atividade (de fiscalização) restaria comprometida pela busca do lucro". Nesse sentido, não há dúvidas de que padece de vício de incompetência as autuações de trânsito efetuadas pela recorrida (CMTU), sendo, pois, nulas as multas por ela aplicadas". O voto foi acompanhado pelas duas outras juízas da Turma Recursal. A CMTU está recorrendo da decisão.

A relatora baseou sua decisão em acórdão da 2ª Turma do STJ relativo a competência da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans). Em ação movida pelo Ministério Público mineiro, os ministros, sob

voto do relator Mauro Campbell Marques, entenderam que o poder de polícia pode ser delegado pelo município apenas para fiscalização do trânsito, mas não para aplicação de sanções pecuniárias. "Somente os atos relativos ao consentimento e a fiscalização são delegáveis, pois aqueles referentes à legislação e a sanção derivam do poder de coerção do Poder Público" e não de ente privado, como é a BHTrans, segundo entendeu o STJ.

No Paraná, recentemente, o Tribunal de Justiça ao julgar ação do MP também entendeu que companhia de trânsito de Curitiba (Urbs) não tem competência para multar infratores.

# FOLHA DE LONDRINA

## Médico atesta óbito de paciente viva

Rio de Janeiro - A Secretaria de Estado de Saúde do Rio abriu uma sindicância para investigar o caso de uma mulher dada como morta após ser internada em um hospital em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

Apenas ao reconhecer o corpo no necrotério, horas depois da constatação do óbito, foi que a família percebeu que a paciente Rosa Maria Celestrino, 60, estava viva.

A idosa chegou ao Hospital Estadual Adão Pereira Nunes na sexta-feira, às 10h, levada por uma ambulância do Samu de Duque de Caxias com diagnóstico de infecção pulmonar. À tarde, Rosa teve um AVC. O quadro piorou e, às 19h20, o médico plantonista fez a constatação do óbito.

Durante o reconhecimento do corpo, a família percebeu que a paciente se movia e informou os funcionários do hospital, que a levaram imediatamente para a UTI (Unidade de Terapia Intensiva), onde a paciente permaneceu internada até a noite de ontem.

A direção do hospital informou que está investigando o caso. O médico de plantão pediu demissão e os demais profissionais envolvidos foram afastados.

26 SET 2011

# FOLHA DE LONDRINA

CARTA

**Supremo Tribunal Federal** 26 SET 2011

Segundo o "Aurélio", supremo, significa estar acima de tudo e de todos, ou seja, um verdadeiro Deus. Infelizmente, é o que se observa nas decisões emanadas do Supremo Tribunal Federal (STF), que são perversas e parciais, demonstrando uma clara deturpação do conceito de justiça, dando a entender que suas "togas" são verdadeiros "mantos sagrados". Se tivessem essas atitudes há dois mil anos, seriam, em sua maioria, expulsos a chicotadas de seu templo (corte). Data vênia, senhores ministros, supremacia não se exerce dessa maneira! O poder emana do povo, certo? Simples retórica! O poder "sufoca" o povo, certo? Realidade infeliz!

**WILSON OLIVEIRA TRINDADE** (bacharel em Direito) - Londrina

# 24 SET 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### **Dentistas**

O Tribunal de Justiça recusou, ontem, a maioria das solicitações da prefeitura de Curitiba referente à greve dos cirurgiões-dentistas, que entra hoje no terceiro.

O desembargador Luiz Mateus de Lima determinou que não serão descontados os dias parados e deve ser mantido um dentista por unidade, e não por turno, como exigia a prefeitura.

Hoje e amanhã a categoria protesta na Boca Maldita, a partir das 10h, e distribuirá panfletos. Na segunda-feira, nova concentração, no mesmo local, solicitará reunião com a prefeitura.



24 SET 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

# Vovô pedófilo é libertado

A Justiça arbitrou fiança de um salário mínimo para que Odair Orlando Heinisch, 70 anos, dois dias depois de ele ser preso em flagrante com mais de 4 mil imagens pornográficas de crianças.

O idoso foi detido por policiais militares do 12.º Batalhão numa lan house, na tarde de terça-feira, quando baixava de conteúdo erótico infanto-juvenil, e encaminhado ao 1.º Distrito Policial, onde foi autuado por adquirir material pornográfico envolvendo crianças, segundo o artigo 241 B do Estatuto da Criança e do Adolescente. Como a pena é de um a quatro anos, o crime passou a ser fiançável segundo a nova lei de prisões.

### Antecedentes

O delegado Vinícius Borges Martins, porém, optou por não



Odair pagou fiança de R\$ 550.

arbitrar fiança já que o idoso contava com antecedentes. Ele já havia sido indiciado em 2008 como suspeito da morte da menina Rachel Genofre, encontrada morta numa mala na rodovia de Curitiba, além de ter sido preso pelo mesmo crime pela Po-

lícia Federal, no ano passado.

Apesar de três passagens pela polícia, Odair ganhou as ruas novamente após pagar fiança de R\$ 550, arbitrada pela juíza substituta Aline Passos, da Vara de Inquiridos Policiais, que poderia fixar até 100 salários para liberar o idoso. Conforme uma fonte da polícia, o valor seria pouco para Odair, uma vez que ele estava com R\$ 650 no bolso quando foi preso.

### Lei

De acordo com a nova lei de prisões preventivas, que entrou em vigor em julho deste ano, pessoas que cometerem crimes leves, punidos com menos de quatro anos de prisão e nunca foram condenadas por outro delitos, poderão ser soltas mediante pagamento de fiança ou cumprir medidas alternativas, como ser submetido a monitoramento eletrônico.

## Garoto que matou mãe diz que foi acidente

Em vez de apresentar-se na delegacia, o adolescente de 17 anos que matou a mãe, em Piraquara, na noite de terça-feira, apresentou-se ao Ministério Público, na tarde de quinta-feira, junto com seu pai e um advogado. Ele teria confessado o crime e, depois de ser interrogado, foi liberado. Aguarda as decisões da Justiça na casa de parentes, já que nem ele, nem seu pai, conseguem voltar para casa, onde a mulher foi morta. O tio do garoto, policial civil aposentado, informou que, como o assassino é menor, o caso tramita em segredo de

justiça.

Em entrevista a uma rádio, o tio do garoto contou que o jovem queria apenas ameaçar a mãe. Atirou por acidente. O pai do garoto, que é agente penitenciário e não estava em casa na hora do crime, mantinha a arma escondida. O motivo do assassinato foi a raiva que o jovem sentiu, quando a mãe escondeu o monitor do computador. Ela queria que ele descansasse, pois teria ficado o dia todo em frente ao equipamento. Depois de se dar conta do que fez, o jovem preparou o bilhete em que dizia que seria a próxima vítima do assassino.

24 SET 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Tribunal não descarta auditoria na Câmara

O presidente da Câmara de Curitiba, João Claudio Derosso (PSDB), entregou ao presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro Fernando Guimarães, os documentos solicitados para esclarecer os contratos de publicidade autorizados pelo vereador tucano. Os contratos foram questionados pelo Tribunal, dando origem às denúncias contra Derosso, que agora é alvo de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Legislativo.

Ao apresentar parte da documentação a Guimarães, o vereador informou que há ainda outros comprovantes disponíveis e podem ser consultados diretamente na Câmara. O presidente do TCE disse que irá verificar se haverá necessidade de realizar auditoria ou tomada de contas extraordinária na Câmara para analisar o restante dos dados. O procedimento está em fase de instrução no TCE, dedicada à coleta de informações. Guimarães observou que ainda pode requerer novas diligências. "Na próxima semana, vamos verificar se os documentos são suficientes ou se haverá necessidade de mandarmos os técnicos do Tribunal até a Câmara", afirmou o conselheiro.



Derosso: documentos.

Após a conclusão do trabalho, Guimarães disse que será nomeado um relator para se ocupar especificamente da análise da regularidade dos contratos. Não há previsão de apresentação do relatório final, disse, lembrando que tem disposição de apressar as conclusões.

Os dois contratos na mira do Tribunal são de 2006 e somam R\$ 31,2 milhões, incluindo aditivos autorizados por Derosso. Os questionamentos são desrespeito à Lei de Licitações e prática de nepotismo, pelo fato de uma das duas empresas contratadas para gerir a verba de publicidade ter como uma das sócias a esposa de Derosso, Claudia Queiroz.

### Lavagem

A Justiça Federal em São Paulo abriu ação criminal contra o bispo Edir Macedo, líder mundial da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por lavagem de dinheiro, evasão de divisas e formação de quadrilha. Além de Macedo, serão processados outros três dirigentes da Igreja: a diretora financeira Alba Maria Silva da Costa, o bispo e ex-deputado federal João Batista Ramos da Silva e o bispo Paulo Roberto Gomes da Conceição.

### Recurso

A Procuradoria Regional da República da 4ª Região (PRR4) encaminhou ontem ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) recurso que contesta a anulação de provas da Operação Oafias. O procurador Douglas Fischer, responsável pelo caso, pede a nulidade do acórdão porque não teria sido julgado pela turma competente.

### Importados

Liminar da Justiça Federal obtida por uma importadora de veículos de Ribeirão Preto (SP) vetou, pelo prazo de 90 dias, o aumento da alíquota de IPI para os carros importados pela empresa. A decisão beneficia a empresa Zona Sul Motors. Cabe recurso.

## Colombo

Oliveira da Ambulância consegue habeas corpus e é solto de novo

# Fora da cadeia

25 SET 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

O vereador Oliveira da Ambulância (PTB), da cidade de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba está novamente em liberdade desde a tarde de sexta-feira, graças a um habeas corpus. Oliveira foi preso pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), pela última vez, em 12 de setembro, acusado de estar coagindo testemunhas do processo em que é acusado de se apropriar de parte dos salários de seus funcionários.

Oliveira foi preso em flagrante pelo Gaeco no dia 25 de agosto, no momento em que recebia dinheiro de três de seus assessores parlamentares. Pagou fiança e conquistou o direito de responder o processo em liberdade no último dia 30. No dia 12, Oliveira voltou a ser preso, desta vez, acusado de estar pressionando seus assessores a mudarem o depoimento que prestaram ao Ministério Público sobre o caso. Ele estava no Centro de Triagem 2, em Piraquara, até a tarde de ontem, quando ganhou, novamente, a liberdade.

O habeas corpus foi concedido por falta de elementos para tipificar o crime. Oliveira poderá aguardar o julgamento em liberdade, mas está proibido de ter contato ou se aproximar das testemunhas. O Gaeco finalizou o inquérito na quarta-feira (21). Agora, o Ministério Público formalizará a denúncia à Justiça.

Procurado pela reportagem, Oliveira disse estar orientado a não dar entrevista. "Não é hora de falar ainda. Estou dando um tempo. Minha advogada está preparando a defesa. Na hora certa vou falar e responder tudo", disse o vereador.

### Outro assunto

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou oficialmente os números de seu último Exame para ingresso para a advocacia. E, novamente, a taxa de aprovação foi baixa: apenas 14,8% dos 121 mil inscritos obtiveram aprovação para o exercício profissional. O dado, ainda assim, mostra uma melhora em comparação com a prova anterior, de dezembro, quanto o índice de havia sido de 9,7%.

### Extremos

No que toca ao Paraná, entre as 50 melhores faculdades de Direito em números de aprovados no Exame de Ordem, aparecem apenas quatro instituições aqui do Estado - e todas públicas. O melhor desempenho foi o da Universidade Federal do Paraná, cujo percentual de alunos com sucesso atingiu 59,18%. A UFPR é a 6ª colocada entre todas as escolas do Brasil. É motivo de orgulho.

### As demais

Também fizeram bonito a Universidade Estadual de Londrina (UEL), com 53,85% dos acadêmicos aprovados, a Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, de Jacarezinho, com 50%, e a Universidade Estadual de Maringá (UEM), com 36,36%.

### Em baixa

De acordo com a OAB, 30 instituições de ensino no Brasil inteiro não conseguiram aprovar um único bacharel para o exercício da advocacia. Lamentavelmente há quatro escolas paranaenses na lista: Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco, de Cornélio Procopio; Faculdade Metropolitana de Maringá (UNIFAMMA); Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE), de Ivaiporã; e Instituto Catuai de Ensino Superior, de Cambé. Com a palavra, os diretores. Embora a prova não seja determinante para um eventual fechamento dos cursos, ela serve de parâmetro para o Ministério de Educação atuar. O risco existe.

26 SET 2011

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Eleitores perdem prazo

O Tribunal Eleitoral Regional (TRE-PR) informa que 172.378 eleitores de Curitiba nascidos nos meses de janeiro, fevereiro e março ainda não fizeram o recadastramento biométrico e terão seus títulos cancelados. O prazo encerrou em 31 de julho. Quem estiver nessa situação deve comparecer o mais breve possível e solicitar a revisão eleitoral.

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná deu início no dia 29 de março ao recadastramento biométrico de todos os eleitores de Curitiba. Todo o eleitorado (somente Curitiba) está sendo recadastrado pelo sistema biométrico, que identifica o eleitor através das impressões digitais. O comparecimento é obrigatório. O eleitor que não comparecer terá o título cancelado.

### Funcionamento

O atendimento ao eleitor funciona de segunda a domingo, das 8h30 às 18h30, no Fórum Eleitoral, situado na Rua João Parolin, 55, no Prado Velho. A maneira mais prática para o eleitor é agendar o atendimento através do sítio do TRE no endereço: [www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br). A medida evita filas. O TRE-PR oferece estacionamento gratuito aos eleitores.

## Brasil soluciona só 10% dos homicídios

Enquanto o Brasil soluciona todos os anos, em média, de 5% a 10% dos homicídios, os Estados Unidos resolvem 65% dos casos; a França, 80%; e a Inglaterra chega à taxa de solução de homicídios de 90%. Um dos motivos para isso é a perícia - que aqui trabalha com déficit de pessoal estimado em 30 mil peritos, segundo a Associação Brasileira de Criminalística (ABC), representante dos peritos das polícias estaduais. Além disso, o País não tem lei federal que regulamente o modelo ou estrutura mínima para perícia nos estados. E mais: a falta de equipamentos leva a situações como o perito deixar de fazer fotos do local do crime ou tirar raio-X para achar projétil no corpo; e a situação fica pior ainda por causa da não preservação do local do crime pela polícia até a chegada do perito.

Segundo a Associação Bra-

sileira de Criminalística, o Brasil tem hoje cerca de 6,5 mil peritos nas polícias estaduais, déficit explicado, em boa medida, pela falta de concursos. Estudo da associação com base em recomendação das Nações Unidas mostra que o Brasil precisaria ter, segundo sua população, 38 mil peritos, pois a recomendação é o mínimo de um perito para cada cinco mil habitantes. Seria necessário quintuplicar o número de peritos no País.

### Repercussão

"Há estados em situação falimentar. Alagoas, o estado mais violento (pelo Mapa da Violência do governo federal), tem 34 peritos. No Piauí, o pior quadro, são 21 peritos para o estado inteiro. Apesar desse quadro, casos com repercussão nacional como o assassinato da juíza Patrícia Acioli, no Rio, têm trabalho pericial exemplar.

# 26 SET 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Desembargador participa de reunião na sede da OAB Paraná

O desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Edson Luiz Vidal Pinto, foi recebido na tarde de quinta-feira (22) na sede da OAB Paraná pelo vice-presidente da Seccional, César Augusto Moreno e pela vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, Isabel Kugler Mendes. O desembargador é presidente da 10ª Câmara de Cível e ingressou no TJ pelo Quinto Constitucional para vaga destinada ao Ministério Público. Durante a visita que contou também com a participação do promotor de justiça Sergio Luiz Kukina, o desembargador falou sobre questões relacionadas aos Direitos Humanos, prerrogativas dos advogados e construção do novo Fórum Cível de Curitiba. Conforme Moreno, o desembargador afirmou que a obra do Fórum Cível deve sair em breve no Ahú, como estava previsto.

26 SET 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Governo federal aceita sugestão do PR para unidades penais

A partir de uma proposta surgida no Paraná, o Ministério da Justiça acaba de lançar uma consulta pública para revisão das diretrizes básicas para a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais brasileiros. Com a iniciativa, o governo federal pretende receber sugestões e propostas de pessoas e instituições de todo o Brasil interessadas em contribuir para a humanização do sistema penitenciário nacional.

O objetivo é definir um modelo para a construção de unidades penais para todo o País, reduzindo custos e abreviando o tempo de conclusão das obras. "As unidades deverão ser seguras e adequadas, de forma a garantir espaço para que o preso tenha sua dignidade respeitada e condições de receber educação, inclusive profissionalizante", explica Maria Tereza Uille Gomes, secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná e membro da Comissão Interinstitucional formada pelo Ministério da Justiça para coordenar o trabalho.

A proposta surgiu durante a Assembleia Geral do Conselho

Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej), realizada em maio em Curitiba. Maria Tereza, que é vice-presidente do Consej, apresentou a ideia aos demais membros e passou a liderar uma equipe nacional, integrada por representantes de quatro estados (Paraná, Goiás, Espírito Santo e Rio Grande do Sul), que desenvolveu um primeiro projeto padrão de arquitetura para unidades penais. Em seguida, o Consej levou a proposta ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que assumiu o compromisso de fazer uma revisão da política nacional para o setor.

"Nossa preocupação é construir unidades seguras, com custo adequado à realidade e de execução rápida, que sirvam de modelo para todos os estados brasileiros. Assim, com pequenas adequações e adaptações locais, teremos projetos básicos que agilizem o processo de ampliação de vagas no sistema prisional paranaense e brasileiro", afirma a secretária.

26 SET 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Varas do Trabalho do Paraná iniciam telefonia com vídeo

Dois novos serviços acabam de ser lançados pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná para facilitar as tarefas administrativas das unidades judiciárias e melhorar a comunicação com a administração do Tribunal. Um deles é o uso de câmeras nas conversas telefônicas via telefonia IP. O outro é a oferta de nova página inicial da intranet, que reúne informações selecionadas a respeito da unidade do servidor que a acessa. Juntas, essas novas ferramentas formam o projeto "Conecte-se". "Além de criar uma nova forma de contato entre a administração do Tribunal e as unidades judiciárias, aproximando as pessoas, o novo sistema serve como apoio aos diretores das Varas, que poderão resolver suas funções administrativas com maior rapidez e simplicidade, passando a ter mais tempo para se dedicar à prestação jurisdicional", enfatiza o diretor geral do TRT-PR, Eduardo Rocha.

De acordo com ele, nesse primeiro momento, o serviço está sendo oferecido aos diretores de todas as Varas, mas logo será ampliado para outras unidades. A ferramenta está disponível para os diretores das Varas do Trabalho de todo o Paraná desde o dia 15 de setembro. O diretor geral

do Tribunal e os assessores da Direção Geral estão em contato com cada diretor para explicar o funcionamento dos novos recursos. "É uma ferramenta transparente e individualizada, que vem facilitar o trabalho da unidade", comemorou a diretora da Vara de Rolândia, Giliane Chiaratti Maissen.

Entre os serviços disponibilizados pela nova ferramenta, batizada de "Minha Unidade", estão a aprovação de frequência, solicitações de serviços, lotação de cada servidor, afastamentos, projetos das unidades, relação do patrimônio, processo do CTA (Controle de Tramitação Administrativa) e dados sobre o imóvel em que está instalada a Vara do Trabalho. "Essas informações sobre o imóvel são importantes porque o diretor pode acompanhar como está a estrutura de sua unidade em relação às outras. São essas informações que vão definir quais varas têm prioridades de reforma ou construção de nova sede", explica o diretor geral. Toda a estrutura das unidades é avaliada por meio de questionário e pela equipe técnica, e classificada com pontos. "Dessa forma, as reformas obedecem a critérios técnicos e não mais políticos. Cada diretor poderá acompanhar

essas informações por meio dessa ferramenta", completa.

Todo os contatos ficam gravados no sistema e podem ser consultados, tanto pela administração do Tribunal como pela área gestora, a cada necessidade. "Essa organização ajuda na solução, mais rápida de cada demanda, pois as informações compartilhadas e o histórico não se perdem", finaliza Eduardo Rocha.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## MURÁ 26 SET 2011

### CONSTITUIÇÃO NO BANCO DOS RÉUS

A Semana de História promovida pela Academia Paranaense de Letras (pres. Eduardo Virmond) e Instituto Histórico e Geográfico (pres. Ernani Straube), veio confirmar o entendimento de que o estudo do passado contribui para esclarecer o presente e melhor divisar o futuro.



Rogéria Dotti: construção republicana

A palestra da advogada Rogéria Dotti, sobre a constituição republicana de 1891, por exemplo, suscitou debates sobre a constituição vigente, de 1988, apontada pelos debatedores como um obstáculo ao desenvolvimento econômico-social brasileiro.

### JULGAMENTO DE OTELO

Nossa atual carta constitucional padece com o fato de ser analítica e não sintética, além de ser rígida, o que engessa a maioria das possibilidades de atualização. O jurista Renê Dotti, pai da palestrante, como bom criminalista que é, não deixou dúvidas quanto ao posicionamento da constituição de 88 no banco dos réus. E, por falar nisso, com banco de réus e tudo, vem aí o julgamento de Otelio (personagem de Shakespeare) no Guairão, com todas as regras de um verdadeiro júri. É o "revival" do primeiro julgamento, feito pelos estudantes de Direito da Federal no século passado.

### FÁBIO CAMPANA

#### Efeito dominó

Quatro operações da Polícia Federal podem ter provas anuladas pelo Superior Tribunal de Justiça. Isso porque a decisão de anular as provas da operação Boi Barrica, que investigou a família do senador José Sarney, abriu precedentes e pode causar um efeito dominó. A alegação foi que os agentes atuaram de 'forma ilegal'. Dessa forma, operações como a Voucher – que apurou esquema de corrupção no Ministério do Turismo, a Navalha, de desvio em obras públicas e a Caixa de Pandora, que prendeu o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, ficam a perigo.

#### Saiu da pauta

Previsto para ser analisado na última quinta-feira (22), o Inquérito 2471, que investiga o deputado Paulo Maluf (PP-SP), foi retirado da pauta do Supremo Tribunal Federal (STF). Como o caso tramita em segredo de Justiça, o motivo do adiamento não foi informado. O relator do caso é o ministro Ricardo Lewandowski. Caso os integrantes da corte considerem que existem indícios suficientes, Maluf pode virar réu em uma ação penal.



26 SET 2011

# JORNAL DO ESTADO

## RECADASTRAMENTO

### Mais de 172 mil podem perder título

O Tribunal Eleitoral Regional do Paraná (TRE-PR) informou ontem que, até o momento, 172.378 eleitores de Curitiba nascidos nos meses de janeiro, fevereiro e março ainda não fizeram o recadastramento biométrico e terão seus títulos cancelados. Eles tiveram um prazo que encerrou dia 31 de julho de 2011. Quem estiver nessa situação deve comparecer o mais breve possível e solicitar uma revisão eleitoral.

O TRE deu início no dia 29 de março de 2011 ao recadastramento biométrico de todos os eleitores de Curitiba. Todo o eleitorado de Curitiba (e somente Curitiba) está sendo recadastrado pelo sistema biométrico, que identifica o eleitor através das impressões digitais. O comparecimento é obrigatório. O eleitor que não comparecer terá o título cancelado.

Durante o feriadão da Independência, o TRE da Capital superou a marca de meio milhão de eleitores recadastrados. Entre os dias 07 e 10 de setembro foram atendidos 35.952 eleitores. Média de 8.988 por dia. O dia com o maior número de atendimentos foi o dia 08/09, quando comparecem 9.782 eleitores. No total, até o feriadão da Semana da Pátria já haviam sido recadastrados 522.141 eleitores, o que equivale a 40% do total.

26 SET 2011

# JORNAL DO ESTADO

## A CONDUTA E O DIREITO PENAL

### Uma criança, um homicídio e um suicídio

\*Jonatas Pirkiel

Em relação à conduta criminal das pessoas, ao longo destes anos, já havíamos tratado um grande número de situações. Algumas até, sem que pudéssemos ter uma explicação imediata para a conduta das pessoas. Mas, renova-se aqui aquele velho adágio popular: vamos morrer e não vamos ver tudo.

E, a despeito de tudo que já tratamos, hoje temos um fato estranho e inusitado. Um menino de apenas 10 anos de idade, atira contra uma professora, dentro da sala de aula, e depois comete suicídio, atirando contra a sua própria cabeça com um revólver calibre 38, que pertencia ao seu pai, que é guarda municipal. O fato ocorreu na quinta-feira da semana passada, na cidade de São

Caetano do Sul, em São Paulo.

Segundo as primeiras avaliações do caso, a conduta do garoto foi atribuída ao fato de que o mesmo era alvo de "gozações" dos demais colegas de escola, o chamado "bullying, em virtude de ser manco. O fato é que este tipo de evento não tem condições de ser previsto, talvez restando tão somente a revista das malas das crianças na entrada das escolas. O que seria uma coisa inconcebível até o presente, que, porém, passa a ser objeto de cogitações dado o fato de muitas crianças já terem levado para as salas de aula, em muitas partes do país, algum tipo de arma letal.

Algumas causas são geralmente apontadas como determinantes dos suicídios, tais como: as doenças físicas ou mentais, alcoo-

lismo, dependência tóxica e esquizofrenia. Também algumas situações sociais, como o fracasso financeiro, o insucesso no casamento ou não ser casa, não ter filhos, não ter religião e o isolamento social. Também, aparece com frequência a depressão como causa de induzimento ao suicídio, e os estados de constrangimento moral e social. Este último aparece como causa primeira no caso de São Caetano, em face das provocações que o garoto sofria em razão de sua deficiência física. Fato que chocou a cidade de São Caetano e, de certa forma, toda a sociedade brasileira, particularmente pelo fato ter ocorrido dentro de uma escola, produzido por uma criança.

\* O autor é advogado criminal (jonataspirkiel@terra.com.br)

## Vagas de garagem penhoráveis

\*Roberto Victor Pereira Ribeiro

O Superior Tribunal de Justiça, mediante súmula 449, passou a legitimar a penhora sobre vagas de garagem. Esta orientação, lavrada pelo Min. Aldir Passarinho, traz a seguinte redação: "A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeito de penhora."

Esta súmula é proveniente dos inúmeros julgamentos anteriores que esboçavam esse entendimento.

Em 1994, o Ministro Milton Luiz Pereira relatou o primeiro processo que decidiu sobre a penhora de vagas de garagens.

É bom que se diga que, ao editar tal súmula, o STJ entendeu

que as vagas de estacionamento não devem mais ser consideradas bens de família, uma vez que a sua utilização é tratada como meio econômico, desvinculado do imóvel principal, permitindo, portanto, a venda, a permuta ou a cessão a outra pessoa, sem que com isso perca sua finalidade.

As vagas em prédios comerciais ou shoppings são exemplos de imóveis penhoráveis.

No entanto, faz-se mister asseverar que para ocorrer o ato de constrição, é necessário que a vaga seja registrada de forma autônoma em um cartório de imóveis.

A partir do instante em que a vaga passa a ter registro próprio, fica livre para venda, empréstimo, locação etc., e não venha a interferir no imóvel principal ao qual é

vinculada, não há em que se falar em bem de família e, por isso, é passível de penhora.

Então, você que tem alguma dívida para executar, pesquise bem os imóveis que seu devedor possui, desta maneira, você poderá demonstrar ao Juiz a gama de bens que podem ser executados.

Já se sabe, se o devedor tiver uma vaga de estacionamento registrada em cartório de imóveis, esta poderá ser alvo de penhora.

Encerra-se assim uma polêmica que vinha sendo discutida desde 1994 com a decisão do eminente Ministro Pereira.

\* O autor é advogado do Ribeiro Advocacia & Advogados Associados e escritor da Academia Brasileira de Direito

26 SET 2011

# JORNAL DO ESTADO

## PAINEL JURÍDICO

### Incabível

O ministro Gilmar Mendes, do STF, negou seguimento a uma ADI proposta pelo PSOL contra uma Lei da cidade de São Paulo, pois a cão não é cabível para impugnar lei municipal.

### Improdutivo

Colocar o nome do funcionário em lista de empregados menos produtivos não gera dano moral. O entendimento é da 7ª Turma do TST.

### Privilégio

Deputado federal não tem direito a foro privilegiado quando se trata de ação cível. O entendimento é da desembargadora federal Sílvia Goraieb, do TRF da 4ª Região.

### Homenagem

Clèmerson Merlin Clève, professor titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFPR e presidente da UniBrasil, recebeu uma homenagem pelos seus 25 anos de docência no dia 19 de setembro. A comemoração foi organizada pelo Centro Acadêmico Hugo Simas, do Curso de Direito da UFPR.

## Na Rede

Uma pessoa que utilizou os serviços do site *Mercado Livre*, especializado em comércio eletrônico, para vender um computador, deverá receber da própria empresa o valor de 6,5 mil pelo calote que levou do comprador. A decisão é do TJ do Distrito Federal.

## Digital

O Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP) agora está com todos os processos e pastas digitalizados. Para a coordenadora do NPJ, professora Anna Poli, a digitalização de todos estes documentos garante segurança e agilidade no acesso, estudo e manuseio dos processos atendidos pelo Núcleo.

## Livro e Palestra

No dia 27 de setembro a Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), fará o lançamento do livro *Processo Constitucional – Aspectos das Decisões Aditivas, Urgência e Oralidade*, de autoria do juiz Ruy Alves Henrique Filho. Durante o evento, que será realizado às 18h, na Biblioteca da EMAP, o magistrado ministrará uma palestra sobre o tema do livro. Informações pelo site [www.emap.com.br](http://www.emap.com.br)

## Professores

Ensino jurídico e Exame de Ordem estarão em pauta no dia 15 de outubro durante o Encontro Estadual dos Professores de Direito. O evento será realizado na sede da OAB-PR. As inscrições são gratuitas e estão abertas no site da Seccional, no setor de eventos.

## Emergência

Hospital pode cobrar por atendimento médico de emergência em que não foi feito contrato por escrito. O entendimento é da 4ª Turma do STJ.

## DIREITO SUMULAR

**Súmula nº 468 do STJ** – A base de cálculo do PIS, até a edição da MP nº 1.212/1995, era o faturamento ocorrido no sexto mês anterior ao do fato gerador.

26 SET 2011

## METRO

### **CNJ julga crimes fundiários no Pará**

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e o TJ (Tribunal de Justiça) do Pará começaram ontem um mutirão no Estado para julgar homicídios ligados a questões fundiárias sem solução.

O Pará é conhecido por casos emblemáticos de disputas. De acordo com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), entre 1985 e 2010 foram registradas 1.580 mortes de agricultores e lideranças camponesas decorrentes de conflitos no campo no Estado.

A força-tarefa vai durar 15 dias. De acordo com o CNJ, a expectativa é de que seja julgado pelo menos um processo por dia, com prioridade a casos emblemáticos.

O primeiro será a chacina da fazenda Ubá, ocorrida em 1985, quando 17 trabalhadores foram assassinados e tiveram suas casas queimadas por pistoleiros por causa da disputa de terra. O caso chegou a ser levado para a CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), ligada à OEA (Organização dos Estados Americanos). ● METRO

26 SET 2011

METRO

# Álcool abre portas para consumo de outras drogas

► Uso de bebida alcoólica começa cedo ► Solução passa por combate ao estímulo da mídia e da sociedade

A maior facilidade de acesso às drogas, como maconha, cocaína e crack somada ao consumo de álcool cada vez mais cedo tem levado à mudança no perfil dos dependentes químicos. Especialistas apontam que, hoje, os usuários consomem diferentes entorpecentes, quase sempre quando estão sob efeito de álcool.

Dados do Programa de Saúde Mental da prefeitura mostram que, nos Centros de Atendimento Psicossociais (CAPs), 46% dos pacientes são dependentes de álcool e outras drogas; 27% de crack e diferentes entorpecentes; e 21% de cocaína e outras substâncias.

Segundo o psiquiatra Dagoberto Requião, em geral, os dependentes usam uma droga para compensar o efeito de outra. "Ele usa o álcool e sente vontade de dormir. Então, usa a cocaína para despertar. Por outro

**"O álcool é o grande lubrificante social e tem capacidade de atingir o cérebro, diminuindo sua atividade mental e desinibindo as inibições."**

DAGOBERTO REQUIÃO,  
PSIQUIATRA

lado, quando consome crack ou injeta cocaína, fica ligado e então bebe para ficar mais "baixo", explica.

Este ciclo tem início na bebida alcoólica, diz a coordenadora do Programa de Saúde Mental, Cristiane Venetkides. "É a partir do álcool que se busca outras drogas. E o problema começa cada vez mais cedo porque somos estimulados a consumir bebida alcoólica pela família, sociedade e pela mídia", afirma.

## 36%

dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental (de 13 a 15 anos de idade) consomem bebida alcoólica nos últimos 30 dias.

Para os especialistas, o problema só será resolvido com o combate ao estímulo de consumo do álcool. "A prevenção começa na família e na escola, e precisa de políticas sérias do governo, com propaganda sobre os malefícios do abuso de álcool. É preciso copiar o que deu certo com a indústria do tabaco, que levou à redução excepcional do uso", sugere Dagoberto.



CAMILA PEREIRA  
@METROJORNAL.COM.BR

26 SET 2011

METRO

# Epidemia de crack deve piorar, diz especialista

"A falta de estratégias e de definições de políticas públicas de combate ao crack só deve fazer o problema piorar no Brasil", afirma o médico Ronaldo Laranjeira, que é PhD em Psiquiatria pela Universidade de Londres e Coordenador do Instituto Nacional de Políticas do Alcool e Drogas do CNPq.

Segundo ele, o problema da epidemia de crack não tem sido enfrentado de forma efetiva. "A começar por uma falta de ação diplomática que impeça a entrada da cocaína pelas nossas fronteiras", alertou.

Ele disse que o fenômeno do crack é complexo e deve integrar várias áreas. "É um problema de segurança e saúde pública, principal-

mente. Também social com grandes variáveis que envolvem desde a família até as questões econômicas."



DIVULGAÇÃO/CRM-PR

**"Não há estratégia definida para combater esse grave problema de saúde pública."**

RONALDO LARANJEIRA, MÉDICO PHD

Para ele, a sociedade ainda não se deu conta da gravidade da epidemia. "Nem mesmo a classe médica está preparada para enfrentar o problema. O sistema de saúde também não sabe lidar com as questões relacionadas ao crack."

Laranjeira disse que a sociedade deveria reagir ao problema com mais determinação. "Quem está mobilizado são as famílias dos dependentes. Os outros ainda não perceberam a gravidade da situação". Ele disse que o descaso é pior que a falta de ações dos governos. "A sociedade não pode tolerar o uso público da droga. Esse descaso só vai piorar a epidemia."

● METRO CURITIBA

24 SET 2011

## IMPACTO PARANÁ

### O JUDICIÁRIO E OS NOVOS TEMPOS

A ex-ministra do STF, Ellen Gracie, em entrevista à Veja, disse que o judiciário é o menos corrupto dos poderes.

Tempos atrás, essa afirmação seria desnecessária.

A população tinha total confiança no sistema judiciário. Juizes eram tidos como pessoas inquestionáveis, eram respeitados pelo povo. Pais sonhavam em ter filhos juizes, e não apenas pelo salário, pelo status, pelo respeito que detinham.

Hoje, notícias de ilícitos, a maioria em off, porque continuam com o poder na mão, circulam por aí. Em número maior que o desejável.

A frase da ministra, acredito piamente, é verdadeira. Mas o número de pessoas que não acreditam mais nisso é muito grande. Encontro diariamente advogados, pessoas do meio, que não estão gostando muito do que vêem em algumas Varas.

Daqui um pouco, o Judiciário não vai mais ser um poder respeitado, e sim "o menos corrupto".

Pausa. O contrário seria o fim da picada. Ganhar em corrupção do Executivo e do Legislativo, cá pra nós, é tarefa para muitas décadas. Não é para qualquer corruptozinho iniciante. Fim da pausa.

Bom, mas e os motivos dessa queda visível na imagem desse poder? São vários, tem milhares de pessoas que podem explicar isso com mais competência que este modesto micro-empresário.

Mas se não conheço as causas, palpito sobre a solução. Está nas mãos do próprio judiciário.

Que punam os que maculam a honra da Instituição. Com rigor. Abram mão de algumas vantagens que têm, em relação a outros funcionários públicos. Trabalhem como os demais servidores. Com a mesma carga horária. Que criem formas de reduzir a absurda lentidão atual. Se não acabar, que reduzam a farra dos cartórios. Mais alguns eteceteras que eles conhecem bem.

Um Judiciário honrado, respeitado, faria muito bem ao país. E também faria justiça à grande maioria de juizes sérios e competentes, hoje com imagem prejudicada por alguns maus colegas.

Queremos a volta do reconhecimento, até do carinho do povo aos juizes, da confiança na Instituição.

O país precisa de um Judiciário que seja mais que "o menos corrupto dos poderes".

**23 SET 2011**

## **PARANÁ ONLINE**

### **Paraná tem 2 mil processos contra a vida inconclusos**

Redação

No Brasil, 90 mil processos judiciais relativos a crimes contra a vida ajuizados até 2007 ainda estão sem conclusão. Em Minas Gerais, o número de ações judiciais inconclusas chega a quase 27 mil. Em Pernambuco, são 15 mil processos e, em São Paulo, 11 mil. O levantamento está disponível na página do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e faz parte da Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp) - programa criado para mapear e julgar os crimes de homicídio dolosos não resolvidos até 2007. De acordo com o levantamento, no Paraná, são quase 2 mil processos inclusos.

O trabalho ainda não é completo porque nem todos os estados encaminharam as informações sobre tais processos ao CNJ. O conselho preparou uma página na internet, onde é possível acompanhar a movimentação dos processos, o que permitirá o acompanhamento da evolução mensal do trabalho.

#### **Pronúncia**

Dentre as missões do CNJ, estão a superação da fase de pronúncia em todas as ações penais por crime de homicídio ajuizadas até 2008 e o julgamento das ações penais relativas a homicídios dolosos distribuídas até 2007. Para Fabrício Dornas Carata, juiz auxiliar do CNJ, o programa tem grande importância no combate à impunidade e reafirma para a sociedade que não importa o tempo que leve, o crime não foi esquecido.



# CNJ

## Mutirão dos Juizados Especiais terá como foco ações que envolvem INSS

23 SET 2011

Concluído o mutirão do programa Judiciário em Dia no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3), a Corregedoria Nacional de Justiça mira agora os Juizados Especiais Federais com o objetivo de solucionar processos envolvendo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

“Já fixamos a primeira meta dos Juizados Especiais Federais: vamos, até o fim do ano, solucionar todos os processos que estão com sentença, com acordo e os que estão inseridos dentro da repercussão geral que é julgada pelo Supremo Tribunal Federal”, informou a ministra Eliana Calmon, Corregedora Nacional de Justiça, em relação a tais processos.

**Prioridade** - A determinação de priorizar as ações que têm como parte o INSS foi definida pela Corregedoria em parceria com a Previdência Social. “Sem a ajuda do Instituto Nacional do Seguro Social seria praticamente impossível fixarmos essa meta”, comentou a ministra. Segundo ela, a expectativa do INSS é cumprir a meta antes de dezembro.

Para isso, serão selecionados os processos que dependem apenas de cumprimento por parte do Instituto e os que estão aguardando perícia ou cálculo. Serão analisadas, também, as situações em que o órgão pode incorporar administrativamente direitos já reconhecidos pelo Judiciário.

“Temos hoje a parceria do INSS, que está efetivamente empenhado em realizar este trabalho”, disse a corregedora. O anúncio foi feito durante a solenidade de encerramento do mutirão Judiciário em Dia na sede do TRF3, em São Paulo, na última quarta-feira (21/09). Evento que contou com a presença do ministro João Otávio de Noronha, corregedor da Justiça Federal, do presidente do TRF3, desembargador Roberto Haddad, juízes e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público Federal (MPF).

# CNJ

## Conciliação: uma política pública nacional do Judiciário

23 SET 2011

Está lá, escrito em todos os dicionários: conciliar significa acordo, concordância, conformidade, harmonia. No Brasil, no entanto, mais que isso, a palavra representa hoje uma importante política pública que, além de resolver a vida de muitas pessoas às voltas com litígios, ainda contribui para reduzir o estoque de processos que tramitam nos tribunais e, por tabela, acaba com a lentidão do Judiciário. Nos últimos anos, o Judiciário brasileiro tem insistido, com êxito, no objetivo de disseminar entre os cidadãos a cultura da pacificação de conflitos por meio de audiências diversas - muitas vezes em mutirões concentrados - o que tem levado questões que demorariam anos para se resolverem a terminarem em acordos vantajosos para ambas as partes.

Os números falam por si: em 2008, somente na Semana Nacional da Conciliação - esforço concentrado anual do Judiciário que envolve todos os tribunais - foram realizadas 305.591 audiências e homologados 135.337 acordos, em valores que chegaram a R\$ 974,1 milhões. Em 2009, foram 260 mil audiências e 123 mil acordos, que resultaram no montante total de R\$ 1 bilhão. No ano passado, a Semana superou a expectativa, com 361.845 mil audiências e a formalização de 171.437 acordos, que homologaram valores da ordem de R\$ 1,074 bilhões

Tudo isso faz parte de ação estratégica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que conta com a atuação de um comitê - do chamado Movimento Nacional pela Conciliação, coordenado pelo órgão - que trabalha pela implantação da Política Nacional de Conciliação, criada em dezembro passado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Cezar Peluso, por meio da Resolução 125 do CNJ.

**Núcleos e centrais** - Por conta da política, todos os tribunais brasileiros passaram a ser obrigados a instalar núcleos e centrais de conciliação e muitos deles, além da instalação destas centrais, passaram a realizar, também, trabalhos em áreas específicas. Um destes exemplos é o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), que possui núcleo voltado exclusivamente para a conciliação nas varas de família. As iniciativas, no entanto, partem dos mais diversos locais. "Trata-se de uma proposta concreta de proporcionar Justiça mais rápida e eficiente, de baixo ou nenhum custo para os jurisdicionados economicamente carentes, numa abordagem multiprofissional e interdisciplinar e por intermédio de profissionais e acadêmicos de direito, psicologia e serviço social", explicou o juiz Gildo Alves de Carvalho, coordenador do trabalho.

No Espírito Santo, o Tribunal de Justiça (TJES) tem feito vários mutirões com o objetivo de conciliar ações que envolvem cidadãos às voltas com problemas para pagamento do DPVAT - o seguro de veículos automotores - em razão do grande número deste tipo de causa tramitando naquele Estado. Já em Pernambuco e em São Paulo, os Tribunais Regionais Federais têm se destacado na realização de conciliação com os processos relacionados a mutuários com problemas no antigo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Os mutirões, prática estimulada pelo CNJ, são observados - seja em varas especializadas, seja de um modo geral - nos mais diversos Estados.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO CNJ 23 SET 2011

“Os mecanismos de conciliação e mediação precisam ser integrados ao trabalho diário dos magistrados, como canais alternativos de exercício da função jurisdicional, concebida nos seus mais elevados termos. Não podem ser encarados como ferramentas estranhas à atividade jurisdicional e, muito menos, como atividade profissional subalterna”, afirmou, recentemente, o ministro Cezar Peluso. De acordo com o presidente do CNJ, “a conciliação é a melhor ferramenta para se reduzir o grande volume de processos judiciais em tramitação, que ameaça o eficaz funcionamento da Justiça e compromete a confiança da população no Judiciário”.



**Iniciativa privada** - A iniciativa chegou, também, às empresas privadas. A Federação Brasileira dos Bancos, Febraban, possui desde 2007 uma comissão jurídica de conciliação e a entidade premia os escritórios de advocacia que conseguem a conciliação de processos nos quais seus federados são partes. “É grande o interesse dos bancos em priorizar a solução de conflitos judiciais por meio da conciliação”, afirmou o presidente da entidade, Murilo Portugal.

Além dos bancos, várias empresas de grande porte, como a Vale, têm obtido participação constante nas audiências. Durante seminário em São Paulo, em junho passado, o presidente da Federação das Indústrias (Fiesp), Paulo Skaff, destacou que a federação está engajada em difundir essa cultura no meio empresarial. O diretor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Luiz Barreto, por sua vez, enfatizou a importância de se conferir, com a prática, mais cidadania a estes empreendedores facilitando a resolução dos conflitos nos quais estejam envolvidos.

Para o conselheiro José Roberto Neves Amorim, responsável pela coordenação do Movimento Permanente pela Conciliação do CNJ, a resolução mediada dos conflitos – tanto na fase pré-processual como na processual – não só é mais benéfica para os cidadãos, como mais vantajosa para o Estado. “Sem o embate processual e com um mediador habilidoso, o acordo fica mais fácil de ser estabelecido. Normalmente, nesses casos, as rugas pessoais e os detalhes – que poderiam inviabilizar um acordo – são afastadas. A judicialização dos conflitos também não é boa para os Estados, que têm mais gastos com os processos”, ressaltou.

# CONJUR 23 SET 2011

## Mulher fica com a casa quando ex-marido some

Uma mulher divorciada ganhou na Justiça o direito ao domínio total e exclusivo de um imóvel registrado em nome dela e do ex-marido, que se encontra em local incerto e não sabido. A decisão do juiz Geraldo Claret de Arantes, em cooperação na 3ª Vara de Família de Belo Horizonte, tomou como base a Lei 12.424/2011, que regulamenta o programa Minha Casa Minha Vida e inseriu no Código Civil a previsão daquilo que se convencionou chamar de "usucapião familiar", "usucapião conjugal" ou, ainda, "usucapião pró-moradia".

Com a decisão, a mulher está livre para dar o destino que achar conveniente ao imóvel, que era registrado em nome do ex-casal. Esse novo dispositivo inserido no Código Civil prevê "a declaração de domínio pleno de imóvel ao cônjuge que exercer, por dois anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m<sup>2</sup> cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar".

Foram juntados ao processo documentos que provaram o antigo casamento, o divórcio e o registro do imóvel em nome do ex-casal. A localização, o tamanho e o tempo de uso da casa pela mulher também foram observados pelo juiz.

No pedido liminar à Justiça, a mulher comprovou ter doença grave, necessitando imediatamente do pleno domínio da casa onde vive para resolver questões pendentes. A não localização do ex-marido, comprovada nos autos, impedia qualquer negociação que envolvesse o imóvel.

Em seu despacho, o juiz determinou a expedição de mandado de averbação, que deverá ser encaminhado ao cartório de registro de imóveis, para que seja modificado o registro do imóvel. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.*

# CONJUR

## Guardas municipais têm Habeas Corpus negado por juíza

23 SET 2011

A juíza Silvana Amneris Rôlo Pereira Borges, da 6ª Vara Criminal de Santos, negou Habeas Corpus que pretendia o não indiciamento de três guardas municipais e de dois guardiões-cidadãos acusados de torturar uma moradora de rua. O crime ocorreu na madrugada de 4 de junho.

Com essa decisão, o delegado assistente do 3º Distrito Policial, Fábio de Oliveira Martins Pierry, marcou para o próximo dia 26 o indiciamento de um inspetor três guardas e dois guardiões-cidadãos.

O Habeas Corpus foi impetrado pelo advogado Armando de Mattos Júnior, defensor dos cinco acusados. Suposta falta de observação das “formalidades legais”, quando a vítima reconheceu pessoalmente os guardas e os guardiões nas dependências do Distrito Policial, foi apontada por Mattos na tentativa de impedir o indiciamento “prematureo e indevido” dos clientes.

A juíza firmou: “Não há dúvida a respeito da lisura com que se porta a autoridade policial, que tratou de apurar quem eram os guardas municipais que naquela noite prestaram serviços, para assim delimitar o campo de investigação”.

“Evidente, pois, que não se vê abuso ou irregularidade na atuação da autoridade policial”, prosseguiu a juíza, para quem, além da prova da materialidade do crime, há “razoável indício de envolvimento” dos acusados na tortura. Desse modo, ela reconheceu como necessário o indiciamento dos guardas e dos guardiões para futura análise do Ministério Público.

### Violência

Natural de Poços de Caldas (MG), com 19 anos de idade e há cerca de dois anos e meio em Santos, a vítima disse que foi abordada pelos acusados quando dormia em uma pizzaria desativada na Ponta da Praia. Segundo ela, o grupo de agiu de modo truculento, obrigando-a a entrar em uma Kombi da Guarda Municipal (GM).

Socos, chutes e golpes de cassetete na sola dos pés foram desferidos na jovem no interior do veículo oficial, segundo ela. Ainda dentro da Kombi, a guarda cortou os cabelos da vítima com um canivete, de acordo com a sua versão. Posteriormente, a moradora de rua foi abandonada em um matagal às margens da Via Anchieta, próximo à Serra, em Cubatão.

Laudo de exame de corpo de delito atestou que a vítima sofreu “edema traumático em ambas as plantas dos pés”. Ouvidos preliminarmente pelo delegado, os cinco acusados negaram a tortura. A pena para o caso é de 2 a 8 anos de reclusão — deve ser aumentada de um sexto a um terço quando é cometido mediante sequestro e seus autores são agentes públicos.

Além da pena privativa de liberdade, o crime de tortura prevê a perda do cargo quando os seus autores são agentes públicos. No episódio de Santos, os acusados foram afastados preventivamente das funções externas pelo comando da Guarda Municipal.

# CONJUR 23 SET 2011

## Júri condena homem que matou ex-mulher

As três mulheres e os quatro homens sorteados para compor o conselho de sentença no júri popular na quinta-feira (22/9), no Fórum de Santos, condenaram um comerciante pelo assassinato a tiros da ex-mulher, que era secretária. O juiz Antonio Álvaro Castello fixou a pena em 14 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, sem o direito de apelar em liberdade. O crime aconteceu na frente da filha caçula do casal. No dia sessão, o réu completou 40 anos de idade.

Os jurados acolheram a tese do promotor Octávio Borba de Vasconcellos Filho, para quem o crime foi duplamente qualificado pelo motivo torpe e pelo emprego de meio que impossibilitou a defesa da vítima (pena de 12 a 30 anos). O advogado Eugênio Malavasi, defensor do comerciante, sustentou que houve um homicídio simples, cuja pena varia de 6 a 20 anos de reclusão. Cabe recurso.

O júri teve início às 9h30 e terminou às 19h50. Apenas duas testemunhas – a menina de 10 anos e a mãe da vítima – depuseram em plenário. Ambas foram indicadas pelo representante do Ministério Público. A criança chorou ao lembrar o crime. O comerciante relacionou cinco testemunhas para serem ouvidas no julgamento, mas desistiu de seus depoimentos com a anuência do promotor.

Diversos familiares e amigos da secretária acompanharam a sessão desde o começo. Boa parte deles vestia camiseta branca estampada com a fotografia da vítima e a palavra *Justiça*. Na frente do Fórum, foram afixados cartazes também com a foto da vítima e frases com o mesmo teor. O julgamento também atraiu desde as primeiras horas o interesse de estudantes de Direito e da comunidade em geral.

A morte da secretária, de 30 anos, ocorreu na noite de 27 de setembro de 2010. Ela chegava de carro ao prédio onde residia, na Avenida Washington Luiz, 245, na Encruzilhada, quando o réu se aproximou correndo armado com um revólver calibre 38. Após quebrar o vidro do motorista, ele disparou pelo menos três vezes contra a ex-mulher, de quem estava separado havia cerca de sete meses. No banco traseiro estava a filha caçula do casal.

### **Medo do pai**

Além de confirmar em plenário o que já dissera ao depor no inquérito policial e em juízo, ou seja, de que o pai fora o autor da morte da mãe, a menina pediu a sua condenação. Ela disse que teme sofrer algum mal quando ele sair da cadeia. O réu, por sua vez, confessou o crime ao ser interrogado. Ele alegou que a vítima o traía com um colega de trabalho dela.

O irmão da secretária, que acompanhou o júri desde o começo, ficou indignado com a declaração do ex-cunhado. “A história de traição não é verdadeira. A minha irmã sempre o respeitou. A vida dela era de casa para o trabalho, do trabalho para a faculdade e da faculdade para a casa. Revolta ouvir essa mentira”.

A vítima e o réu se conheceram quando a ela tinha apenas 13 anos, contou a mãe dela em plenário. O casal teve dois filhos. A menina tem 10 anos e o menino 15. Após o

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

# CONJUR

homicídio, eles passaram a morar com os avós maternos e guardam sequelas psicológicas do crime cometido pelo pai, segundo o tio deles.

23 SET 2011

“Os dois fazem tratamento com psicólogos e vivem assustados, cabisbaixos. Ela não dorme sozinha e sempre quer alguém por perto, porque tem medo que o pai venha matá-la. Ele sempre foi um menino alegre, mas está introspectivo. Não sai do quarto, cujas paredes quis pintar de preto”, diz o tio.

### Acusação e defesa

Os debates entre Borba e Malavasi contaram com réplica e tréplica. Em busca de uma pena menor para o cliente, o advogado sustentou a tese de homicídio simples, argumentando que ela “não afronta a inteligência dos jurados e nem significa impunidade e liberdade imediata”.

O advogado leu acórdão recente do Tribunal de Justiça de São Paulo que não considera torpe a conduta de quem mata por não concordar com a separação ou tenta a reconciliação. Ele também disse que a qualificadora do emprego de meio que impossibilitou a defesa da vítima é descabida.

Com base em depoimentos que constam no processo, segundo os quais o réu ameaçava a secretária de morte, Malavasi concluiu que a vítima não poderia ser por ele surpreendida. O representante do MP, no entanto, rebateu citando recente crime de repercussão nacional e outras jurisprudências.

“A juíza Patrícia Acioli, de São Gonçalo (RJ), sabia que era ameaçada de morte por condenar PMs envolvidos em grupos de extermínio. Mas no dia em que foi executada a tiros ao chegar em casa de carro, foi surpreendida pelos seus matadores e não teve como escapar”, afirmou ele.

Outras decisões do TJ-SP e entendimentos de juristas, como a advogada santista Renata Bonavides, autora do livro “Crimes Passionais ou Amor Patológico?”, foram mencionados pelo promotor para justificar a aplicação da qualificadora do motivo torpe no processo sob julgamento.

“O motivo torpe é aquele censurável. Majoritariamente, os nossos tribunais já decidiram que a torpeza ocorre quando o acusado, sentindo-se desprezado pela amada, decide se vingar, matando-a. Se o réu não agiu com torpeza, quando ela ficará caracterizada? Jurados, está se matando muito fácil hoje!”.